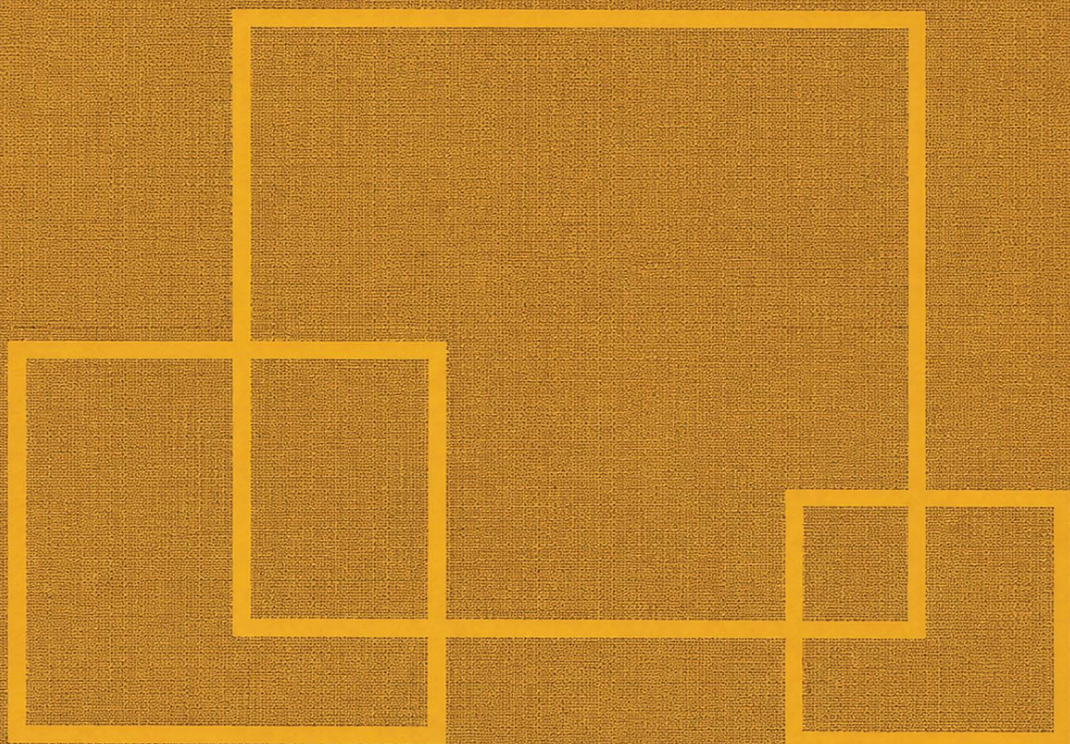




literatura econômica

ipea - Instituto de Planejamento Econômico e Social

volume 6 — número 3

junho — 1984

literatura econômica

ISSN 0100-655X

volume 6 — número 3 — junho — 1984



— Instituto de Planejamento
Econômico e Social

DIRETORES RESPONSÁVEIS

José Flávio Pécora
Presidente do IPEA

Michal Gartenkraut
Superintendente do INPES

José Augusto Arantes Savasini
Superintendente do IPLAN

CORPO EDITORIAL

Claudio Monteiro Considera
Editor

Ferranda Machado Pinto
Editora-Executiva

Alice Martins de Carvalho
Antonio de Lima Brito
Gilberto V. de Carvalho
Editores-Assistentes

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Alcídes F. Vilar de Queiroz
Djalma Gomes

A assinatura de LITERATURA ECONÔMICA é gratuita e inclui, além dos números regulares, publicados em fevereiro, junho e outubro o suplemento bimestral SUMÁRIOS DE PERIÓDICOS e o ÍNDICE BIENAL, bem como eventuais edições suplementares. Pedidos de números atrasados serão atendidos de acordo com a disponibilidade do estoque.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução das matérias divulgadas, desde que seja citada a fonte.

Os manuscritos devem ser apresentados em duas cópias, datilografadas em espaço duplo, com o máximo de 50 páginas. Todas as citações bibliográficas, no texto, em notas de pé de página ou no final das matérias, deverão seguir à risca as normas da ABNT.

Toda correspondência, manuscritos e doações de publicações devem ser endereçadas a:

LITERATURA ECONÔMICA — EDITORA

Av. Pres. Antônio Carlos, 51 — 15.º andar
Caixa Postal 2672
20.020 — Rio de Janeiro — RJ

O INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL — IPEA, Fundação vinculada à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, tem por atribuições principais:

I — auxiliar a Secretaria de Planejamento na elaboração dos programas globais de governo e na coordenação do sistema nacional de planejamento;

II — auxiliar a Secretaria de Planejamento na articulação entre a programação do Governo e os orçamentos anuais e plurianuais;

III — promover atividades de pesquisa aplicada nas áreas econômica e social;

IV — promover atividades de treinamento para o planejamento e a pesquisa aplicada.

O IPEA compreende um Instituto de Pesquisas (INPES), um Instituto de Planejamento (IPLAN), um Instituto de Programação e Orçamento (INOR) e o Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (CENDEC). Fazem parte do IPLAN três Coordenadorias: Planejamento Geral, Setorial e Regional, além do Centro Nacional de Recursos Humanos.

literatura econômica

volume 6

junho 1984

número 3

Sumário

NOTA DO EDITOR

Mudanças em Literatura Econômica	327
--	-----

ARTIGOS

Uma Nota Introdutória ao Artigo "A 'Crise' na Economia Há Cinquenta Anos Atrás", de Joseph A. Schumpeter	
--	--

Ricardo Tolipan

A "Crise" na Economia Há Cinquenta Anos Atrás	
---	--

Joseph A. Schumpeter

O Pensamento Econômico Latino-Americano: Crise do Paradigma	
---	--

Reinaldo Gonçalves 347

COMUNICAÇÕES

Prêmio Nobel de Economia — 1981: James Tobin	
--	--

Apresentação

Marcelo de Moura Lara Resende ... 363

Bibliografia até 1983

368

"Literatura Econômica": A Opinião dos Leitores	
--	--

Anna Luíza Ozorio de Almeida

Gilberto V. de Carvalho 395

O Novo Currículo Mínimo de Economia e sua Aplicação	
---	--

Flávio R. Versiani 411

LIVROS

Relação Classificada	429
----------------------------	-----

Resumos Informativos	447
----------------------------	-----

PUBLICAÇÕES ESPECIAIS

Publicações Seriadas	475
----------------------------	-----

Estudos e Pesquisas	481
---------------------------	-----

Referência	489
------------------	-----

PESQUISAS ECONÔMICAS

Índices das Pesquisas Concluídas e em Andamento, por Assunto	493
--	-----

Publicado por

 **IDEA** - Instituto de Planejamento Econômico e Social
INSTITUTO DE PESQUISAS — INPES

Rio de Janeiro

Lit. econ., 6(3): 325-527, 1984.

Nota do Editor

Mudanças em *Literatura Econômica*

Literatura Econômica muda efetivamente de apresentação gráfica a partir desta edição, onde foram consolidados os números 3 e 4, referentes aos meses de maio/junho e julho/agosto de 1984, passando a ser divulgada três vezes ao ano, respectivamente em fevereiro, junho e outubro. Sua antiga seção de periódicos passa a ser publicada bimestralmente, sob a forma de suplemento, com o título de "Sumários de Periódicos".

A revista, fiel aos seus princípios originais, não registra modificações básicas de conteúdo, adquirindo uma nova apresentação gráfica apenas para comportar um elenco de informações mais detalhado, que se foi particularizando principalmente ao longo dos últimos três anos e cujo registro exigia o emprego de técnicas gráficas mais elaboradas.

Nesta sua nova forma, Literatura Econômica passa a apresentar, simultaneamente, como fonte de estudo, dois ou três artigos de frente, versando seja sobre ensino, pesquisa ou divulgação de informações em economia no Brasil, seja sobre a evolução recente da produção científica da área econômica ou, ainda, traduções de textos clássicos de apoio didático; e, como fontes de referência, três seções: "Comunicações", com a bibliografia do Prêmio Nobel de Economia e de outros economistas de renome, precedida da resenha geral de sua obra; "Livros" e "Publicações Especiais", apresentando parte da literatura mais recente adquirida por algumas das principais bibliotecas brasileiras especializadas no assunto; e, finalmente, "Pesquisas Econômicas", ordenando por assunto os trabalhos concluídos ou em andamento nas instituições de pesquisa econômica brasileira.

O Suplemento "Sumário de Periódicos" divulgará o índice das revistas selecionadas através de reprodução fac-similada, única alteração objetiva digna de registro, subentendidas as vantagens que advirão do emprego deste novo método de reprodução, como, por exemplo, redução dos custos e rapidez de processamento, além da maior facilidade de consulta pelo usuário.

Estas alterações são as principais responsáveis pelo atraso observado na divulgação dos números da Literatura Econômica do corrente ano, pelo

que nos desculpamos, prometendo aos nossos assinantes desenvolver todos os esforços para manter a regularidade das próximas edições.

Neste número, ao assumirmos efetivamente a editoria da Literatura Econômica, aproveitamos a oportunidade para publicar o relato de Anna Luiza Ozorio de Almeida e Gilberto V. de Carvalho, onde são divulgados os resultados de uma criteriosa pesquisa junto aos nossos leitores, que se constitui num valioso diagnóstico sobre o que os mesmos pensam da revista. Parte das modificações apontadas acima resultam dessas opiniões, sendo nosso propósito poder atender a diversas outras num futuro próximo.

Uma Nota Introdutória ao Artigo “A ‘Crise’ na Economia Há Cinqüenta Anos Atrás”, de Joseph A. Schumpeter

RICARDO TOLIPAN *

Schumpeter é a mais importante expressão de uma teoria do conhecimento econômico que postula a existência de um núcleo de categorias que pode ser entendido como um dispositivo analítico neutro, isto é, insensível à contaminação ideológica. Sua monumental *História da análise econômica* tem como tarefa central demonstrar a existência e crescente organização de um núcleo de idéias deste tipo no âmbito da Economia Política.

O artigo de 1931 que agora se publica em português, supostamente a base de uma conferência proferida no Japão, condensa o essencial da “teoria pedagógica” associada a esta proposição. Quero dizer que o artigo contém, de forma lacônica, o conjunto de pressupostos ideais que devem orientar a formação de um indivíduo apto a reconhecer e utilizar o núcleo científico do saber econômico, vale dizer, o economista competente. Assim, mais que útil, o artigo é muito importante porque exprime uma atitude mental que preside, ainda hoje, a moral dominante entre os economistas. É ela que, sobretudo, define ainda seu senso de hierarquia intelectual, seu modo de distribuição de prestígio, seu sistema de estímulos e penalidades acadêmicas, em suma, os critérios de organização prática da “cidade científica” dos economistas.

O artigo em questão desenvolve um teorema otimista sobre o estado das artes na ciência econômica. Nega-se, com ele, que haja uma crise do conhecimento e afirma-se que existe apenas uma crise de conhecimento. Isto quer dizer que a relação de conhecimento deve-se passar entre um indivíduo munido de “competência” e um objeto que se desvende inexo-

* Da FEA/UFRJ.

ravelmente à ação desta competência e que, se há problema, este só pode advir seja do seu uso seja da capacitação do indivíduo. Como é absurdo pensar que a pessoa competente possa atuar de forma incompetente no seu âmbito de atividade, segue-se que, se existe problema, ele está localizado na formação do economista. Este sim deve ser tão grave quanto descreve Schumpeter, pois o artigo reconhece que apenas uma minoria de economistas pode ser tratada como competente, a maior parte dos quais tendo nascido e estudado na Inglaterra.

O conhecimento científico, cuja posse estabelece a competência, é tomado como dado, ou seja, ele já está formado no sentido de que suas bases já estão lançadas e garantidas, podendo então evoluir para o refinamento. Esta evolução depende apenas da ampliação do universo dos que o detêm, ou seja, dos já agora indefectíveis economistas competentes.

A formação deste conhecimento é apresentada como uma progressão contínua do senso comum até a formulação científica, quando então estes dois termos se estranham, ou seja, passa a existir ruptura entre eles. Isto advém da necessária dificuldade do conhecimento científico, sendo mesmo desejável, pois deve afastar a mediocridade dos caminhos da ciência. O processo e geração de competência passa, então, a distinguir aptos e inaptos, tornando-se naturalmente seletivo.

Em que consiste afinal a competência, noção-chave da epistemologia schumpeteriana? Este é o atributo adquirido por treinamento formal de um indivíduo com vocação weberiana para o conhecimento científico. Isto equivale a dizer que o saber científico em si mesmo já está dado, ou melhor, que suas condições existem para sempre e que todo o problema reside em dotar de suas virtudes heurísticas os indivíduos que podem praticá-lo. Todo o problema do conhecimento fica então reduzido à sua implementação individual, ou seja, à sua pedagogia.

Esta visão é possível quando se entende o plano conceitual como um conjunto, mais ou menos refinado, de instrumentos lógicos capazes de expressão numa linguagem perfeita e neutra de significados espúrios. Neste sentido, toda a evolução do saber é um processo do menor para o maior refinamento do instrumental, o que corresponde a uma crescente imersão deste instrumento na "linguagem perfeita". Percebe-se a relação de conhecimento como uma relação tecnológica entre um indivíduo "instrumentado" e um objeto externo observável.

É óbvio que, deste modo, o cientista deve estar sempre em “situação de laboratório”, onde são requeridas, principalmente, as qualidades de atenção e concentração e onde toda “discussão” e “distração ideológica” apenas perturbam o necessário sossego do ambiente em que se desenvolve o conhecimento. Um tal apelo à tranquilidade e à sã consciência do economista jamais foi feito com tanta crueza.

Enfim, uma competência profissional definida sectariamente com base em pressupostos os mais rudimentares, em geral extraídos da mais tradicional e sumária teoria do conhecimento, caracteriza a visão schumpeteriana da matéria. Isto não impede rasgos geniais de interpretação do pensamento econômico como no rápido tratamento que é dado ao método ricardiano. A contradição não chega a espantar. Os cientistas sempre tiveram uma pobre percepção do funcionamento de sua própria inteligência (esta nunca foi sua “especialidade”). Este fato, se, de um lado, aponta para o caráter precário desta inteligência, também lembra, de outro, a dificuldade de se conhecerem os dispositivos reais que permitem conservá-la.

Se não há mesmo espaço aqui para uma crítica aprofundada desta postura teórica ou para um melhor comentário de suas características, certamente cabe ao menos uma última e pequena intriga. Que novas escolas e profetas estariam, em 1931, “firmando suas reputações” à margem “do trabalho sério da ciência”? Quem serão os inúmeros economistas “cientificamente incompetentes” que “jamais aprenderam seu próprio ofício” e dele se afastam porque “não estão à altura da tarefa do cientista”? Será que por trás do plural adotado e excluído da minoria competente está também o “circo de Cambridge”, que já configurava uma escola sob a liderança do profeta Keynes e discutia o bom fundamento da ciência econômica oficial? Será que no ambiente remoto do Japão, durante uma conferência não destinada à publicação, aparecia, já em 1931, uma ponta de ciúme e amargo ressentimento que ficarão patentes na resenha de dezembro de 1936 da *General theory* publicada no *Journal of the American Statistical Association*?

A insinuação é possivelmente pura malícia, e o mais provável é mesmo que, além do que possa haver de saudável na condenação da pura incapacidade profissional e pedagógica, Schumpeter esteja visando aos economistas de má formação matemática, isto é, o historicismo e a inclinação filosofante do “continente”. Sua conferência expressaria, em sotaque austríaco, a fobia anglo-saxônica diante da cultura antipragmática e não-utilitarista de franceses e alemães.

É possível que ele esteja também (isto se infere pelo tom violento do artigo) vagamente irritado com a incompetência que, mesmo escrita em inglês e matematicamente formulada, a ciência econômica demonstrou naqueles primeiros anos da década de 30. Nem é preciso dizer o quanto a situação atual deve fazer penar a alma do mestre exilado em Harvard.

•

A “Crise” na Economia Há Cinquenta Anos Atrás

JOSEPH A. SCHUMPETER

Nota do Editor

Loring Allen, Professor de Economia da Universidade de Missouri-St. Louis, encontrou o rascunho manuscrito desta conferência entre os papéis de Joseph Schumpeter nos Arquivos da Universidade de Harvard enquanto preparava sua biografia. Devido à sua localização, o Dr. Allen julga que ele foi escrito após um dos muitos seminários que Schumpeter proferiu no Japão durante janeiro e fevereiro de 1931. Na opinião do Dr. Allen, provavelmente foi o seminário de 28 de janeiro de 1931, na Universidade do Comércio de Tóquio, hoje Universidade Hitotsubashi. Uma vez que Schumpeter raramente fazia suas conferências a partir de manuscritos ou até mesmo de notas, acredita o Dr. Allen que tenha sido escrito à noite, após o seminário, em seus aposentos no Hotel Imperial. O próprio rascunho não tem qualquer título. O que aparece acima é uma sugestão do Dr. Allen, mas o original poderia ter sido A atitude mental e o equipamento científico do economista moderno — que se achava anotado num pedaço de papel junto ao manuscrito, nos arquivos.

Na época, Schumpeter era Professor de Finanças Públicas na Rheinische Friedrich-Wilhelms Universität, a Universidade de Bonn, Alemanha. Na ocasião em que fez esta conferência, ele regressava à Europa, via Japão, após lecionar no semestre do outono na Universidade de Harvard, pouco depois de comparecer à seção de fundação da Econometric Society, numa

[O trabalho de Schumpeter foi publicado originariamente no *Journal of Economic Literature*, XX:1.049-59, set. 1982. A presente tradução é de Fanny Wrobel e Antonio de Lima Brito, com revisão técnica de Anna Luiza Ozorio de Almeida e Claudio M. Considera. Foram aqui suprimidas as inúmeras notas de rodapé constantes da versão publicada em inglês, as quais apontam apenas correções feitas pelo editor do *Journal of Economic Literature* ao inglês do autor e não constituem questões de importância substantiva. (N. do E.)]

reunião da *American Economic Association* realizada em Cleveland em dezembro de 1930. Dois anos mais tarde, no outono de 1932, ele retornou a Harvard, onde viveu até à sua morte, em 1950.

Este manuscrito reflete opiniões que coincidem com as do primeiro artigo importante de Schumpeter, escrito no ano em que ele recebeu o doutorado em Viena, com a idade de 23 anos, *Über die mathematische methode der theoretischen ökonome* (*Zeitschrift für Volkswirtschaft, Sozialpolitik und Verwaltung*, vol. XV, Viena e Leipzig, in Wilhelm Braumüller, 1906, pp. 30-49), e no seu primeiro livro, *Das wesen und der hauptinhalt der theoretischen nationalökonomie* (Leipzig, Duncker e Humblot, 1908). Ele expressou opiniões semelhantes em sua *History of economic analysis*, publicada postumamente (New York, Oxford University Press, 1954). A conferência é um relato sucinto e vigoroso das opiniões de Schumpeter sobre a economia e os economistas.

Só foram necessárias algumas pequenas modificações editoriais, para cortar frases e parágrafos, identificar seções e inserir esclarecimentos ocasionais, mas sem quaisquer mudanças substantivas. O manuscrito é publicado aqui com permissão do Departamento de Economia de Harvard, proprietária desses escritos.

SCHUMPETER: A "CRISE" NA ECONOMIA

I

Existe, em meu próprio país, uma impressão geral entre homens instruídos, e até mesmo entre os próprios economistas confessos, de que nossa ciência não tem métodos ou resultados que sejam aceitos universalmente ou que sejam dignos de sê-lo; de que ela consiste em um número indefinido de sistemas conflitantes, entre os quais pouco há o que escolher; de que ela é, na melhor das hipóteses, uma espécie de filosofia da vida econômica, sem muita relevância para a vida prática; em resumo, que seu estado é simplesmente caótico e que ela está imersa numa crise permanente. É claro que existem muitas razões para isto, uma das quais consiste na incapacidade, tanto do nosso público quanto de nós mesmos, de traçar a linha correta entre os teoremas e suas aplicações e entre os teoremas e as doutrinas filosóficas ou quase filosóficas. Além do mais, os assuntos

com os quais lidamos estão tão envolvidos com os interesses práticos e com a luta de classes sociais que a maioria das pessoas acha difícil considerar um resultado científico desapaixonadamente, sem *amá-lo* ou odiá-lo de acordo ou não com suas predileções.

São inúmeros os exemplos para esse tipo de infantilismo: se um economista expressa sua opinião de que foi má política a Inglaterra retornar ao padrão-ouro na paridade de pré-guerra e um outro diz que aquele país fez muito bem em fazê-lo, as pessoas imediatamente chegam à conclusão de que uma ciência que permite uma tal divergência de opinião sobre assuntos de importância fundamental não pode ter muito valor. Elas se esquecem de que as opiniões aludidas dizem respeito a um caso prático concreto e que muitas outras coisas estão inseridas numa tal opinião, além de meros teoremas científicos. Os dois homens, que pensam de forma tão diferente sobre a política monetária da Inglaterra, podem, no entanto, concordar perfeitamente quanto à teoria monetária. Suas divergências podem ser atribuídas a temperamentos, opiniões políticas ou pesos distintos que eles atribuem aos diferentes interesses nacionais e de classe envolvidos. Ou, para dar outro exemplo: os autores socialistas não podem resistir ao impulso de condenar *moralmente* quem quer que afirme que o atual desemprego, ou parte dele, tenha algo a ver com a taxa de salários, e lutam para refutar essa opinião. Entretanto, seja qual for o mérito do caso, não há nenhum sentido em desaprovar *moralmente* qualquer declaração sobre causa e efeito, ou em levar a discussão para o campo da moralidade, como não teria sentido desaprovar *moralmente* a declaração de que Napoleão foi derrotado na batalha de Waterloo. O socialista pode, é claro, ser a favor de salários altos, a despeito do desemprego que criam, mas é preciso honestidade intelectual para aceitar o fato, se ele puder ser comprovado. E no entanto, quando todos os nossos ideais e paixões estão envolvidos, é difícil fazê-lo. O público tem a impressão, então, de que é a *ciência* que não tem uma verdade clara a oferecer, quando são apenas os *cientistas* que, influenciados por motivos extracientíficos, a impedem de fazê-lo.

II

Quero que observem um fato muito significativo. Enquanto as pessoas falam da “crise” da economia, enquanto elas negam que a economia tenha qualquer coisa definida ou valiosa a dizer sobre seus próprios problemas, enquanto novas “escolas” vêm sendo criadas e novos profetas firmam suas reputações, tudo isto tem muito pouca influência sobre o trabalho sério

da ciência. Os economistas competentes não discordam tanto quanto os partidos ou as classes, e é fácil verificar que, quanto mais competentes são os economistas que se consultam, menos eles discordam sobre os fundamentos, tanto em relação aos métodos quanto aos resultados. Qualquer que seja o campo de nossa ciência para o qual nos voltamos — teoria geral, moeda, ciclos, economia do bem-estar, comércio internacional, transporte, e assim por diante — encontraremos, de fato, muito falatório irresponsável e, quase sempre, pseudofilosófico. E é nisto que consiste a nossa inferioridade. Mas, se sabemos para quais autoridades apelar, encontraremos entre elas tanta concordância quanto a que existe entre os cientistas competentes de qualquer outra área. E no país em que existe a maior parte dessa competência geral entre os economistas, a Inglaterra, descobrimos, de fato, que existe grande concordância sobre os “fundamentos” e muito pouco espaço tanto para escolas como para profetas.

Sigamos esta pista. Se o que eu disse é verdade, nosso diagnóstico sobre o estado insatisfatório das discussões econômicas será de que os economistas, de alguma forma, compreendem mal uns aos outros porque o equipamento científico de que dispõem é insuficiente. Em outras palavras, minha opinião é que aquilo que parece um estado caótico da nossa ciência se deve, não totalmente mas na sua maior parte, ao treinamento científico imperfeito dos economistas, o que os torna incapazes de aprender o que uma ciência como a nossa pode e deve fazer, e quais são realmente os pressupostos e as implicações de um argumento científico. Deixando de apreender isto e de encontrar satisfação na realização e no aprimoramento intelectual, conforme o que a construção de uma ciência empírica pode oferecer, eles observam os resultados científicos a partir de fora — a partir das implicações políticas ou filosóficas que pensam poder ligar a ela — e discutem sobre sistemas e generalidades porque não sabem o que fazer com um teorema. Surgem daí muitas dessas discussões intermináveis e inconclusivas que são, e sempre foram, a praga da nossa ciência e que ocorrem simplesmente pela falta de equipamento científico de um ou de ambos os lados, tornando impossível chegar ao âmago verdadeiro dos assuntos e elaborar os pontos realmente importantes — elas são apenas duelos entre combatentes que não aprenderam a arte da esgrima. Não é de admirar que o resultado pareça um caos para o público.

Por “equipamento científico” entendo aquelas aptidões de nossas mentes, aqueles hábitos de pensamento, o comando desses instrumentos que são o resultado de muitos séculos de luta com o propósito de estabelecer relações gerais entre os fenômenos que nos cercam. A ciência, ou

a teoria, nada mais é que o senso comum sistematizado e aprimorado, uma técnica de compreender o mundo, aprendida através da experiência, não como na vida prática, em cada situação concreta, mas de uma forma que poderá ser aplicada a muitos ou a todos os tipos de uma dada classe de fenômenos. Esses aprimoramentos têm que ser primeiro descobertos e, uma vez feito isto, aprendidos e aperfeiçoados por todas as sucessivas gerações. Nesse processo, desenvolve-se todo um conjunto de hábitos e técnicas, de métodos e conceitos, estranhos e desconhecidos para a mente inculta. É esse conjunto de instrumentos mentais que constitui o equipamento do cientista, distingue seu trabalho da visão do leigo e o torna necessário para a sociedade como um tipo diferente e membro de uma profissão distinta.

Ora, em que consiste o equipamento do economista? Ao responder a essa pergunta tentarei desdobrar resumidamente quais os dotes mentais que os jovens economistas devem tentar conquistar, se quiserem colocar-se acima da disputa dos charlatães que no momento atrapalham e importunam a nossa ciência. Minha resposta, a propósito, reforçará também minha afirmação, que num primeiro momento parece bastante atrevida e chocante, de que a maioria dos males e imperfeições da nossa ciência se deve à incompetência científica de um grande número de economistas, os quais jamais aprenderam seu próprio ofício e se voltam para a política e para a filosofia porque não estão à altura da tarefa do cientista.

Já houve tempo em que nada mais era necessário para a discussão das questões econômicas a não ser o conhecimento usual dos fatos e uma faculdade de raciocínio comum. Quando, no final do século XVII e início do século XVIII, Petty e Locke discutiram a conveniência da taxa de juros máxima legal, ou North estabeleceu os fundamentos da doutrina do comércio livre, ou quando, mais tarde, Hume desfechou seu ataque fulminante às falácias de algumas políticas econômicas da sua época (e de posteriores!), eles puderam ser compreendidos e criticados por todos os que eram capazes de compreender e criticar qualquer tipo de argumento. Isto está de acordo com o que eu disse acima: toda ciência nasce das questões práticas pelas quais as pessoas venham a se interessar, e não é, no princípio, nada mais do que o senso comum aplicado a essas questões. A economia permaneceu nesse estágio ao longo de todo o século XVIII, e não creio que haja nada na grande obra de A. Smith, a qual resume todo o conhecimento econômico da época, que não possa ser perfeitamente compreendido sem muita dificuldade por qualquer pessoa instruída, especialmente sem utilizar quaisquer idéias fora da vida cotidiana.

III

É verdade que, apesar disso, a discussão econômica começou a separar-se lentamente dessa última. Quando a discussão de um grupo de questões referentes a fenômenos inter-relacionados prossegue durante algum tempo, as pessoas descobrem que certos argumentos e cadeias de raciocínio tendem a repetir-se e certos conceitos reaparecem mais e mais vezes. Logo se descobre que esses argumentos, formas de raciocínio e conceitos podem ser expressos ou definidos de uma forma mais geral, o que os torna aplicáveis não apenas a *qualquer uma* das questões específicas, em cuja discussão fizeram sua primeira aparição, mas a *todas* as questões de uma certa classe, até mesmo àquelas que ainda não foram levantadas por ninguém.

A mente humana, agindo de acordo com os princípios da *Denkökonomie*, de Mach, utiliza essa descoberta. Ela se volta para a tarefa de elaborar tais argumentos e conceitos sem fazer referência a questões particulares. Aperfeiçoa-os de forma a transformá-los em instrumentos cada vez melhores para futuras discussões na medida em que surgem, de modo que façam de uma vez por todas o que, de outra forma, teria de ser repetido em cada caso particular. Logo que isto passa a ser feito, primeiro de maneira inconsciente e depois conscientemente, emerge uma "teoria", no verdadeiro sentido da palavra.

Este processo, é claro, vinha ocorrendo durante o século XVIII. Cantillon lançou as bases do estudo da forma usual de lidar com as questões econômicas, os fisiocratas construíram um aparato intrincado com o mesmo propósito, e muitos outros fizeram tentativas nesse sentido. Mesmo naquela época, portanto, passou a ser desvantajoso discutir problemas econômicos se o indivíduo ignorava o estoque comum de argumentos e conceitos econômicos que evoluía vagarosamente. E basta observarmos *A riqueza das nações*, de Smith, à luz da controvérsia posterior, para nos convenceremos de que as coisas não corriam tão facilmente como se poderia imaginar. Caso contrário, jamais aconteceria de as pessoas virem a se perguntar, 100 anos mais tarde, se A. Smith raciocinou dedutiva ou indutivamente, até que ponto e em que sentido ele era um atomista e um individualista, e assim por diante. Afinal, embora a ciência nada mais seja do que o senso comum sistematizado, logo que ela se torna objeto dos esforços de trabalhadores especializados, começa a utilizar até mesmo os processos comuns do pensamento de um modo freqüentemente não familiar ao "cidadão comum".

E no entanto podemos dizer, mais uma vez, que, embora o conhecimento factual especial e também o conhecimento dos conceitos e dos modos de raciocínio existentes se tornassem cada vez mais necessários para participar, com sucesso, da discussão econômica, nenhum "equipamento" especial era necessário para o economista. As pessoas falavam às vezes sensatamente e outras não. Em relação aos assuntos econômicos, mostravam-se ora mais ora menos a par dos fatos e das relações da vida econômica, mas nem num caso nem no outro elas faziam uso de qualquer técnica que fosse necessário aprender primeiro. E, devo acrescentar, esse fato é em parte responsável pelo progresso muito lento da economia como ciência e pelas muitas interrupções nesse progresso: não é nenhuma vantagem para uma ciência ser *muito* fácil, pois isto desencoraja as mentes boas e atrai as mediocres, criando um forte partido de oposição à elevação e ao aperfeiçoamento. Aqueles que têm consciência da sua incapacidade reclamarão contra qualquer esforço no sentido de elevar o assunto além de sua compreensão. Grande parte da história recente de nossa ciência pode, infelizmente, ser explicada desta forma.

IV

O primeiro autor cujos ensinamentos estavam claramente além do alcance do grande público — que mesmo assim o aplaudiu por uns tempos — foi Ricardo. Isto parece estranho porque o próprio Ricardo certamente não dispunha de qualquer equipamento especial nem utilizava a não ser as formas mais elementares de pensamento e formulação, cujas testemunhas são os exemplos numéricos através dos quais ele tenta ilustrar seu pensamento. Mas isto é assim apenas aparentemente. Esta aparência foi nociva porque fez com que tanto o leitor comum como os economistas declarados *pensassem* que o compreendiam. Se ele tivesse utilizado e explicitado formalmente o aparato apropriado para o seu raciocínio (o que foi feito posteriormente, em parte, por Edgeworth), as pessoas pelo menos teriam sido poupadas de não compreendê-lo, já que ficariam desencorajadas de lerem suas páginas.

Na verdade, Ricardo criou um tipo de teoria cuja técnica não é muito fácil de aprender, sendo inteiramente inacessível ao "cidadão comum". Assim, ele pode servir para exemplificar minha primeira asserção de que o *treinamento* para lidar com o argumento teórico é uma parte — creio que a primeira — do equipamento que um economista deve ter. Deixem-me ser mais preciso e colocar a ênfase no ponto certo: no caso

de Ricardo, o que interessava ao leitor comum era a sua doutrina de livre comércio, suas opiniões sobre o padrão monetário, e assim por diante, pois era isto o que importava do ponto de vista prático. E, se o leitor comum gostava dessas doutrinas, achava que era um ricardiano e que compreendia Ricardo. Mas, é claro, não entendia uma única linha do autor.

Se esse erro pode ser perdoado a um leitor comum, é na verdade melancólico constatar que em alguns países a grande maioria dos economistas "confessos" encaravam Ricardo sob o mesmo ponto de vista e não o compreenderam melhor. Na Alemanha, a geração de que faziam parte Held e Schmoller, que estavam entre os seus maiores expoentes, na maioria das vezes apenas analisava essas doutrinas e, não gostando delas, tomava a decisão de desaprovar moralmente o que eles achavam ser, por parte de Ricardo, uma atitude anti-social e "fazedora de dinheiro" em relação à vida econômica. Aqui somos obrigados a dizer, embora com o devido respeito às exceções, que houve uma perfeita bancarrota intelectual neste ponto, e que esses cientistas, que se limitaram a fazer tal julgamento sobre Ricardo, provaram com isto que não tinham a mínima idéia do que seja não apenas uma teoria ricardiana, mas *qualquer* teoria científica. Ora, se um homem com a capacidade de Held tivesse sido *ensinado* e aprendesse como *lidar* com a teoria, isto teria sido impossível e seus talentos teriam produzido frutos bem diferentes. Além disso, teriam sido evitadas controvérsias muito fúteis. E muitos tipos de ensinamentos que atrapalharam a linha de pensamento da geração que então se formava jamais teriam sido conhecidos. Era isto o que eu queria dizer quando afirmei que muito do que não satisfaz em nossa ciência, mesmo agora, deve-se em parte à falta de equipamento teórico e não à natureza ou à dificuldade específica do nosso tema.

V

Isto, todavia, na realidade é em si mesmo evidente. O que é menos óbvio, porém verdadeiro, é que mesmo aqueles que não olham para Ricardo tão superficialmente, ou de maneira não tão científica, mas tentaram entender os seus propósitos, não lograram, na sua maioria, nenhum êxito. Seguiram o que ele disse, ou parecia dizer, ponto por ponto, e tentaram discutir e ensinar esses pontos, um por um. Eles devem ter dito a seus alunos ou leitores, por exemplo, que Ricardo tinha uma teoria do valor-trabalho, uma teoria do salário de subsistência, uma certa teoria da

renda da terra, e assim por diante, e que havia alguns argumentos e fatos que apoiavam essas opiniões e outros contrários a elas. E o estudante, após ouvir isto, julgava haver assimilado o que Ricardo queria dizer.

Mas isto também é completamente errado. Para começar, não existe realmente nada nessas opiniões ou em outras similares, se alguém simplesmente as aprende e as acrescenta à lista de teorias que já conhece. O que se deve aprender é como trabalhar com elas, analisar situações concretas e resolver problemas com as mesmas. Se isto não é feito, essas teorias permanecem sem vida e estéreis. O professor, que nada mais faz do que ensiná-las, age como um professor de esgrima que se limita a mostrar a seu aluno os vários tipos de armas sem jamais ensinar-lhe como usá-las. E realmente a teoria permanece sem vida e estéril para a maioria dos estudantes e para muitos economistas confessos até a data de hoje justamente por esta razão. A meu ver, nada existe de mais marcante em nossa ciência do que esse hábito de lidar com uma teoria como se esta fosse um conhecimento valioso em si mesmo e, uma vez tendo lidado com a mesma, esquecer tudo sobre ela ao invés de utilizá-la enquanto dela dispomos, para absorver a realidade.

Entretanto, não se trata apenas disso. Prosseguindo com o exemplo dado acima, há pouco ou nenhum valor em explicar as teorias de Ricardo sobre salários, renda da terra, etc., se o professor não vai além delas, não penetra na estrutura fundamental da qual elas são apenas aplicações ou modificações, e se não mostra o funcionamento dessa estrutura e como ela precisa daquelas determinadas teorias e as coordena em relação a cada assunto em particular. Para tornar o meu ponto de vista mais claro, vou indicar resumidamente como isto pode ser feito no caso de Ricardo. Sua "estrutura fundamental" volta-se para o problema da distribuição. Tendo estabelecido, através de um empirismo bastante rudimentar, que tipos de rendas distinguir, ele vê-se diante de uma situação que pode ser assim expressa: salários mais renda da terra mais lucros somam o produto, e nossa tarefa é determinar essas quatro quantidades. É óbvio que se trata de uma equação linear entre quatro variáveis e, portanto, não pode fornecer qualquer solução definida. O avanço da teoria moderna é fornecer-nos tantas outras equações quantas desejarmos.

Ricardo procede de maneira diferente. Ao invés de procurar novas relações, tenta diminuir o número de quantidades "desconhecidas". Primeiro, reduz o problema. Para nós, a magnitude da Renda Nacional e o montante absoluto da renda real que é distribuída a cada um são as questões centrais. Ricardo limita seu problema à determinação das parcelas

relativas, o que lhe permite considerar o produto como uma constante arbitrária, e o número de "incógnitas" reduz-se de uma. Depois ele elimina a renda da terra, limitando-se a tratar de solos marginais que não geram nenhuma renda da terra. Obviamente, é vital ver o motivo que levou Ricardo a formular a renda da terra da maneira peculiar como fez. Ninguém pode dizer que compreendeu essa teoria famosa se não houver entendido isto. E ninguém pode ter uma opinião abalizada sobre o fato de devermos ou não conservá-la se não puder comparar os motivos de Ricardo para fazê-lo com os motivos que possamos ter sob as diferentes condições da teoria moderna.

Ficamos, então, com duas variáveis. Ainda demais para uma equação. Assim sendo, Ricardo elimina uma delas, os salários, afirmando que eles não são realmente uma quantidade desconhecida e sim conhecida, já que no longo prazo são predeterminados pela subsistência. Observem que, ao avaliar criticamente essa teoria, não é suficiente refutá-la provando que seus pressupostos são contrários ao fato. Toda a estrutura teórica de Ricardo se desmorona se não presumimos que os salários são determinados independentemente das outras condições do sistema. E surgem questões muito mais amplas do que as compreendidas apenas pelo tema salários. E ainda: é impossível compreender as teorias de Ricardo sobre qualquer assunto específico se se atenta apenas para elas e não para a relação que elas têm com cada uma das outras partes dos seus ensinamentos e para o papel que elas desempenham.

Para dominar isto é preciso um esforço mental diferente da simples discussão dos conteúdos específicos de cada teorema em particular. Podemos expressar isto, também, dizendo que aqui temos que dominar uma certa técnica de raciocínio, adquirir certos hábitos mentais que, de uma *forma global*, não estão implícitos na linha de pensamento cotidiano, embora cada elemento dos mesmos, de per si, esteja. E essa técnica, ou modo de colocar os problemas e lidar com eles, torna-se ainda mais difícil pelo fato de que Ricardo, como a maioria dos economistas teóricos, não a formula expressamente e não utiliza quaisquer conceitos ou formas de argumento que possam ser reconhecidos de imediato como estranhos aos hábitos mentais da vida comum. Ele não é *menos* mas *mais* inacessível porque não utiliza a matemática superior. A matemática está realmente presente em seu raciocínio, que, por sua natureza, é matemático. Mas ela tem que ser reconstruída pelo leitor, e seria muito mais fácil aprendê-la se ela houvesse sido escrita explicitamente pelo autor. Deixo a critério de vocês julgarem quantos leitores de Ricardo estariam capacitados para

essa tarefa, e em que medida todas as controvérsias sobre seus ensinamentos se devem simplesmente ao fato de ambos, críticos e seguidores, não estarem à altura da mesma.

É claro que isto se aplica com mais ênfase ainda às propostas teóricas mais perfeitas, porém mais difíceis, de épocas posteriores. A teoria da utilidade marginal e da produtividade marginal recebeu o mesmo tratamento que a de Ricardo, cercada de um emaranhado de controvérsias, a maioria das quais se deve simplesmente ao fracasso dos críticos em compreendê-la devidamente. Mais uma vez, como no caso de Ricardo, ela foi considerada apenas como uma doutrina, que se pode aprender através da leitura e que, após lê-la, pode-se aceitá-la ou rejeitá-la, ao invés de ser reconhecida como ela é — um arsenal de ferramentas teóricas que você tem de *aprender* a manusear antes de poder manifestar qualquer opinião sobre sua utilidade ou não. Aqui, os próprios conceitos fundamentais dificilmente podem ser apreciados por alguém que nada sabe sobre aquela lógica peculiar de margens, limites, funções e diferenciais que estão incorporados aos cálculos. E aqui, portanto, nossa ciência atinge, definitivamente, o ponto no qual a presença de uma técnica estranha aos métodos de pensamento da vida cotidiana torna óbvia a necessidade de um equipamento especial. Não foi por mera coincidência que dois dentre os três fundadores da teoria da utilidade marginal a expressaram na linguagem do cálculo. Até mesmo Menger, Wieser e Böhm-Bawerk, que não o fizeram, testemunharam a necessidade de fazê-lo, tanto pelo fato de seu raciocínio prestar-se à sua formulação através dessa linguagem, como em virtude de as falhas nas afirmativas daqueles autores poderem ser atribuídas à sua dificuldade em dominá-la.

Isto está especialmente claro no caso de Böhm-Bawerk, que foi muitíssimo além de Menger e aprofundou-se em problemas novos e difíceis, lutando bastante para tornar-se claro através de exemplos aritméticos, como fez Ricardo. O pouco sucesso que teve se revela no fato de a maioria dos economistas não saber, mesmo agora, qual foi a sua contribuição real. Se lhes fosse feita essa pergunta, certamente responderiam mostrando a explicação de Böhm-Bawerk para o fenômeno do juro. Porém, bem mais profunda é a sua tentativa de estabelecer uma relação funcional entre o estoque de bens de consumo, a duração do período de produção, a taxa de salários e a taxa de juros. Ora, é quase impossível apreciar isto através do método comum de ler a teoria. A familiaridade com os instrumentos teóricos, que só advém com treinamento árduo e longa experiência, é pré-requisito tanto para formar uma opinião sobre essa teoria como para

se poder fazer qualquer coisa com ela. E a conseqüência disso é que mesmo agora nossa ciência ainda não colheu os benefícios totais dos trabalhos desse grande homem, e a literatura à qual sua obra deu origem se acha em parte desvalorizada. Mas não precisamos ir tão longe. Ainda que permaneçamos nos limites das proposições elementares da utilidade marginal ou produtividade marginal, é claro que é preciso compreender-se a natureza da análise marginal (ou infinitesimal) para se poder trabalhar com ela. Basta que observemos objeções como as de Hobson ou Veblen ou, na verdade, de qualquer dos opositores, para ver que eles não dispõem desse necessário requisito. E aqui, novamente, a controvérsia e o caos não resultam das dificuldades do assunto, mas da nossa própria falta de treinamento e equipamento.

No caso de Walras, temos diante de nós, claro como a luz do dia, aquilo que se oculta embrionariamente nos obscuros escritos dos clássicos e dos austríacos. Aqui, o equipamento que queremos se destaca com uma clareza indiscutível, e a teoria econômica finalmente fala a sua própria linguagem. A ruptura com as formas cotidianas de pensamento é perfeita, e o leitor comum é levado a compreender que a questão está fora do seu alcance. A obra de Walras revela a verdade mais geral da economia e soluciona seu problema mais fundamental de uma forma que, embora deixe espaço suficiente para seu aprimoramento e já tenha sofrido a influência de obras posteriores e métodos mais poderosos, deve ser considerada para sempre como clássica. Mas é altamente característico do estado de coisas que prevalece em nossa área o fato de que, quando surgiu sua imortal obra *Elementos de economia política pura*, ela inicialmente não chamou nenhuma atenção. E mais tarde, quando já não era mais possível deixar de percebê-la, a atitude da maioria dos economistas não foi menos característica: eles simplesmente recusaram, por considerarem inadequado para a nossa ciência, aquilo que não entendiam e desencadearam a luta contra os "erros naturalistas" ou as "analogias mecânicas" que na história da nossa ciência terão que ser interpretados como uma tentativa de resguardar a economia do pensamento científico rigoroso e reservá-la para as leituras e as futilidades da fraseologia pseudofilosófica.

Vimos que as implicações mais profundas da teoria econômica estavam fora do alcance da maioria dos economistas desde a época de Ricardo. Só que eles não sabiam disso. Ora, quando ficaram convencidos da desagradável verdade, tentaram contestar ou minimizar suas inevitáveis conseqüências. Talvez isto não tenha passado de uma atitude puramente humana. Mas, sem dúvida, o dano causado por essa atitude ao progresso

da ciência foi sério e duradouro. O mérito de haver, pelo menos de forma substancial, superado esse impasse pertence a Alfred Marshall. Através de sua atitude cautelosa porém firme, não exigindo tanto da nova teoria, e parecendo mesmo ceder, ele aos poucos conquistou primeiro um grupo brilhante de seus próprios alunos e, mais tarde, muitos economistas de outros países, seja pela adesão aos novos métodos, seja para que mantivessem uma certa neutralidade. É claro que durante muito tempo, e até mesmo agora, os opositores gozaram, e ainda gozam, de sucesso evidente, pregando, como fazem, o que é compatível com a inércia da mente humana.

E é esta, então, a situação atual. A teoria econômica formalizada já se estabeleceu. Mas ela é compreendida perfeitamente apenas por uma minoria, enquanto aqueles que a dominam o suficiente para trabalhar com ela e levá-la adiante ainda constituem um grupo muito pequeno. Daí o fenômeno para o qual eu devo confessar que não conheço analogia na história de outra ciência em que, mesmo entre economistas profissionais, aqueles inteiramente *competentes* são comparativamente raros, e em que a atual discussão das questões econômicas sempre mostra o triste fato de alguns que tomam parte nela, e às vezes todos, não saberem do que estão falando.

Isto, e nada mais, é o mal fundamental de que padece a nossa ciência, e é isto que é responsável pelo que universalmente se considera errado nela. A maior parte das suas deficiências flagrantes, embora não todas, desapareceriam se os economistas apenas entendessem que esta ciência deve ser aprendida e praticada, como qualquer outra, e que não se pode apresentar qualquer opinião sobre ela ou sobre seus problemas antes de haver dominado suas técnicas. E é isto o que desejo especialmente incutir na geração que surge, cuja grande tarefa é emergir do presente caos, acabar com as controvérsias fúteis, coordenar seus esforços e empenhar-se em tentativas bem-sucedidas em novas áreas, fato que a perda de energia, devida à nossa falta de treinamento, e a conseqüente esterilidade de nossas discussões nos têm impedido até agora de dar início.

Seria um erro, contudo, imaginar que o "equipamento necessário" a que me refiro, em relação à teoria econômica, é simplesmente algum conhecimento de matemática superior. É bem verdade que acho esse conhecimento bastante útil, mesmo agora, e que um jovem deve contar com certo que viverá num futuro no qual não será fácil ser um economista competente sem esse conhecimento. Acredito que uma integral deve deixar de ser um mistério para um economista científico. Assim, eu certamente

estimularia qualquer estudante de economia, especialmente se seu interesse principal está na teoria, a adquirir um mínimo de experiência em matemática. Este mínimo não é o mesmo para todos. Aquele que quer apenas compreender devidamente nossos conceitos fundamentais e seguir as contribuições mais importantes dos economistas matemáticos precisa de muito pouco, na verdade, e uma introdução bem resumida e bastante elementar nos conceitos do Cálculo lhe será suficiente. Aquele que deseja compreender *tudo* o que já foi feito até agora, e especialmente aquele que deseja fazer ele mesmo esse tipo de trabalho, terá certamente que ampliar bem mais seus estudos para englobar a teoria das equações diferenciais, o cálculo de variações, a geometria analítica, e assim por diante, e terá também que se exercitar aplicando a matemática às outras ciências.

Mas, no que se relaciona à parte do equipamento científico do economista que diz respeito ao treinamento da teoria, eu *não* me refiro simplesmente à matemática. Pelo contrário, a matemática é apenas um auxiliar, apesar de muito importante. É a própria teoria, que o futuro economista tem que praticar, a arte de construir e *utilizar* conceitos e teoremas e de aprender nossos fatos através deles. Todos sabem que para jogar xadrez não é suficiente conhecer as peças e saber como se movem. É preciso que fique igualmente claro que o simples conhecimento das definições e teoremas não é o suficiente para a prática do jogo científico. Um pequeno conselho prático, porém, talvez seja melhor que qualquer analogia.

(37- 5- 50)

Nota do Editor [do JEL]: O rascunho de Schumpeter termina com esta frase, mas, como ela sugere um pensamento inacabado, ele provavelmente pretendia acrescentar algo. Aparentemente nunca o fez. Numa página em separado está a seguinte frase incompleta:

... seria o mesmo com a física, se a alguém que não entende do assunto fosse permitido apresentar as fantasias da sua própria ignorância e as dúvidas que sempre surgem na mente de quem está *aprendendo* uma matéria, como novas teorias ou como objeções válidas às teorias propostas pelos especialistas do assunto.



O Pensamento Econômico Latino-Americano: Crise do Paradigma

REINALDO GONÇALVES *

1 — INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é discutir as crises dos paradigmas do pensamento econômico latino-americano do pós-II Grande Guerra, a saber, o Pensamento da Cepal e a Escola da Dependência. Outrossim, procuramos avançar a hipótese da inexistência de um paradigma de pensamento econômico latino-americano na década de 70, como resultante da interação de processos que operaram no "mundo real" e de processos que atuaram no domínio das idéias.

A concepção de *paradigma* utilizada neste estudo tem como referência os trabalhos de Kuhn, para quem *paradigmas* são definidos como "aquelas realizações científicas que todos os praticantes de um dado campo conhecem intimamente e admiram, realizações sobre as quais eles modelaram sua própria pesquisa e que forneceram-lhes uma medida do seu conhecimento" [Kuhn (1963, p. 85)].¹

No que concerne à existência de paradigmas, Kuhn (1963, p. 86) argumenta que "não existe nada igual a isto nas artes, e os paralelismos nas ciências sociais são na melhor das hipóteses parciais".

Neste sentido, parece um tanto abusiva a utilização do conceito de paradigma para o chamado Pensamento da Cepal e a Escola da Dependência. Todavia, estas "correntes" ocuparam uma posição hegemônica no pensamento latino-americano que, embora não tenha sido única, pode levar-nos a atribuir-lhes um papel de "quase-paradigmas". Para evitar a

* Da UNCTAD.

¹ Ainda segundo Kuhn (1970, p. 10), um paradigma pode ser entendido como realizações científicas que apresentam duas características: a) "it was sufficiently unprecedented to attract an enduring group of adherents away from competing modes of scientific activity"; e b) "it was sufficiently open-ended to leave all sorts of problems for the redefined group of practitioners to resolve".

utilização de novos conceitos, com validade científica duvidosa, e sem a pretensão de grande vigor, utilizamos ao longo do texto o conceito de paradigma no *sentido lato* para caracterizar essa hegemonia da Cepal e da Escola da Dependência no pensamento latino-americano.

2 — O PENSAMENTO DA CEPAL

2.1 — Contribuições Fundamentais

Com o término da II Grande Guerra e a partir das incipientes experiências de industrialização substitutiva de importações, desenvolveu-se todo um debate no plano acadêmico acerca dos benefícios e custos de uma divisão internacional do trabalho, na qual os países avançados eram responsáveis pelo comércio de produtos manufaturados, ficando as economias subdesenvolvidas como exportadoras de produtos primários. Assim, foi no âmbito das Nações Unidas, particularmente na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), sob a liderança do economista argentino Raul Prebisch, que se procurou levantar argumentos teóricos questionando a validade desta divisão internacional do trabalho, sob o ponto de vista do processo de desenvolvimento de longo prazo das economias primário-exportadoras.

As contribuições da Cepal para uma teoria do desenvolvimento econômico foram bastante significativas e tiveram um certo impacto sobre as outras regiões subdesenvolvidas, como também sobre o mundo acadêmico anglo-saxônico. Estas contribuições fazem parte de um corpo teórico desenvolvido principalmente durante a década de 50, e que apresenta um grau satisfatório de coerência. Na realidade, conforme argumentam alguns autores, o pensamento cepalino da década de 60 “não registra nenhum avanço significativo na interpretação do processo global de desenvolvimento”.²

O Pensamento da Cepal, cujas origens podem ser encontradas nos trabalhos de Raul Prebisch das décadas de 30 e 40, ao desenvolver-se

² Cf. o trabalho de Rodríguez (1980, p. 6), que é a contribuição mais recente e profunda a respeito do estudo do pensamento cepalino. As teses centrais da Cepal foram formuladas no conhecido Manifesto de 1949 [Prebisch (1949)].

sobre a concepção original de centro e periferia, possui um caráter estruturalista, pois “tal concepção define certas peculiaridades da estrutura periférica: esta diz-se heterogênea, para indicar que existem atividades onde a produtividade do trabalho é elevada, e setores onde a mesma é muito baixa, devido ao atraso tecnológico; ademais, ela é qualificada de especializada, na medida em que a atividade exportadora concentra-se em poucos bens primários, e em que carece de muitos dos setores existentes nas economias modernas, onde as técnicas capitalistas se difundiram com amplitude. Por contraste, a estrutura produtiva dos centros se considera homogênea e diversificada” [Rodríguez (1980, p. 6)].

O enfoque estruturalista fica ainda mais evidente na seguinte visão sintética do pensamento cepalino: a estrutura produtiva heterogênea e especializada da periferia não permite a absorção do excedente de mão-de-obra existente, e influi no sentido de reduzir os preços relativos dos produtos exportados. Estes elementos, por seu turno, levam a um aumento do diferencial de renda entre o centro e a periferia.

Em resumo, o pensamento cepalino desenvolveu-se, a partir da concepção de centro e periferia, sobre três idéias (tendências) fundamentais: o desemprego estrutural, a deterioração dos termos de troca e o desequilíbrio externo.

2.2 — Crise do Paradigma

Sem dúvida, o Pensamento da Cepal sofreu críticas de “ortodoxos”, liberais “heterodoxos” e marxistas [Cardoso (1977)]. Contudo, o pragmatismo racionalista definia o escopo das idéias e das propostas de política econômica da Cepal, que foram abrangentes o suficiente na medida em que, por um lado, a industrialização fazia parte das lutas antiimperialistas e, por outro, a burguesia nacional era um agente histórico fundamental — juntamente com os Estados locais — para a construção do capitalismo nacional autônomo. Adicionalmente, uma posição inconclusiva com relação a questões controversas, como, por exemplo, o papel do capital estrangeiro no processo de industrialização, evitou a criação de áreas de conflito junto a grupos sociais e políticos que apoiavam o projeto de crescimento econômico via industrialização substitutiva de importações defendido pela Cepal. Vale ainda mencionar que, para o Pensamento da Cepal, foi possível conviver também com o reformismo político-social americano da época de Kennedy e da Aliança para o Progresso, como ficou caracterizado na reunião da OEA em Punta del Este em 1961.

Contudo, em meados dos anos 60, a experiência de desenvolvimento, particularmente das relações econômicas internacionais da América Latina, indicava o fracasso do projeto cepalino de um capitalismo nacional autônomo para a região. A grande expansão das empresas transnacionais desde fins da II Grande Guerra e a manutenção de obstáculos ao desenvolvimento decorrentes do desequilíbrio do setor externo, em paralelo com o processo de industrialização, levaram a uma revisão do pensamento cepalino.

Adicionalmente, constatava-se que o desenvolvimento da América Latina, com as necessárias mudanças estruturais, também encontrava obstáculos importantes de ordem política. Assim, a maior complexidade das questões indicava que faltava ao Pensamento da Cepal um enfoque de classe.

Durante os anos 60, o Pensamento da Cepal não apresentou nenhum avanço significativo em termos de um aperfeiçoamento do enfoque analítico original. Neste período, fica cada vez mais manifesta, nos documentos da instituição, a presença de problemas como o endividamento externo, o papel das empresas transnacionais, o desequilíbrio na balança comercial, a concentração da renda, a marginalidade e o aumento do desemprego e do subemprego, o atraso da agricultura e o aumento das tensões políticas e sociais na região [Rodríguez (1980, p. 13)].

O argumento acima também poderia ser estendido para os anos 70, embora se deva destacar dois aspectos importantes. No plano concreto da evolução das relações econômicas externas da América Latina e da economia mundial, um aspecto importante é a crise financeira, comercial e produtiva que irá afetar drasticamente as políticas econômicas e as estratégias de desenvolvimento dos países da região. Naturalmente, a adaptação da América Latina às novas condições criadas pela crise passa a ser uma das preocupações centrais da Cepal [Iglesias (1982)]. Um segundo aspecto a ser destacado no plano de evolução do pensamento latino-americano é a tentativa de Raul Prebisch, a partir de meados dos anos 70, de interpretar a problemática do subdesenvolvimento com base numa perspectiva globalizante (econômica, política e social). Este último aspecto será discutido na parte final do trabalho.

Para concluir, o Pensamento da Cepal entra em "crise" quando é ultrapassado pela realidade do processo de desenvolvimento latino-americano e quando se verifica a necessidade de um enfoque analítico mais complexo. E neste enfoque dever-se-ia "destacar a inter-relação dos fatores políticos com os econômicos e dever-se-ia reconhecer o fato de que a

política econômica nacional pode negociar tanto com governos estrangeiros como com empresas do exterior. Estas são as preocupações dos que abordam a análise da *dependência*" [Urquidí y Thorp (1973, p. 13)].

3 — A ESCOLA DA DEPENDÊNCIA

3.1 — Considerações Conceituais e Metodológicas

Em meados dos anos 60, o estudo da problemática do subdesenvolvimento alcançou um estágio crítico. Por um lado, existia uma insatisfação generalizada com a Economia do Desenvolvimento e a Sociologia do Desenvolvimento.³ Por outro, a magnitude e complexidade dos problemas nos países subdesenvolvidos aumentou substancialmente, com a realidade do atraso econômico, a insegurança política e o aprofundamento das relações internacionais tendo efeitos profundos sobre estas sociedades.

De uma perspectiva latino-americana, a substituição de importações, depois de fases sucessivas, tinha entrado em crises que tiveram efeitos profundos sobre a estrutura sócio-política e econômica da América Latina. Em meados dos anos 60, o sentimento quase que generalizado era de uma situação insatisfatória, pois a realidade do subdesenvolvimento tinha afetado uma parcela crescente da população e, adicionalmente, não havia reduzido de forma significativa a vulnerabilidade econômica da região.

Foram, então, a realidade do subdesenvolvimento, as crises do modelo de substituição de importações, a continuidade de vulneráveis relações internacionais e a inadequação das explicações teóricas que levaram a revisões críticas dos problemas de subdesenvolvimento no plano teórico. Estes são, na realidade, os elementos que constituem as raízes da Escola da Dependência, que surge como um esforço no sentido de um melhor entendimento da dinâmica do processo de subdesenvolvimento e, em particular, das relações econômicas internacionais da América Latina.⁴

³ Uma síntese das críticas à Economia do Desenvolvimento é encontrada em Nafziger (1976). Com relação à Sociologia do Desenvolvimento, ver Bernstein (1971).

⁴ Para uma avaliação crítica do "modelo de difusão" e comparações com o "modelo da dependência", ver Chilcote e Edelstein (1974, pp. 1-87).

Quais são os principais aspectos teóricos e metodológicos deste novo enfoque para os problemas do subdesenvolvimento, que surge na América Latina em meados dos anos 60?

O pressuposto teórico básico da Escola da Dependência é o entendimento do processo de subdesenvolvimento e desenvolvimento como um único processo, de modo que a análise de cada situação de subdesenvolvimento (de agora em diante entendido como situação de dependência) deve tomar em consideração o desenvolvimento do sistema capitalista como um todo.⁵

Neste sentido, a categoria de "dependência" surge não somente para caracterizar situações "condicionadas" ou "induzidas", mas também, e principalmente, para reconhecer a existência de uma estrutura metodológica de análise na qual o dinamismo de alguns países ou grupos de países (Periferia, Satélites, Subdesenvolvidos, Terceiro Mundo, Dependentes, ou qualquer dos nomes que se lhes dê) é histórica e estruturalmente vinculado ao dinamismo de outros países (Centro, Metrópole, Bloco Desenvolvido, etc.). Estes vínculos surgem de uma forma estrutural porque ambos os grupos são subsistemas com dadas estruturas internas (econômica, política, social e cultural) e compõem um sistema global — o Capitalismo — cujo funcionamento é caracterizado pela articulação destas dadas estruturas. Estes vínculos ainda surgem num nível histórico porque estas estruturas estão mudando, e transformações criam novas formas de articulação que caracterizam o dinamismo do sistema capitalista como um todo.

Não obstante, encontram-se dentro desta teoria diferentes formulações devido à sua própria natureza. Na medida em que esta Escola surgiu como uma resposta ao caráter parcial, estático e mecânico dos estudos convencionais dos problemas do desenvolvimento e subdesenvolvimento, tem-se tentado desde os primeiros trabalhos um enfoque interdisciplinar destes problemas. O resultado é que autores diversos trabalham a diferentes níveis, usam distintos esquemas conceituais e várias estruturas teóricas e analíticas. É precisamente este fato que nos impede de falar a respeito de uma "Teoria" da Dependência. Dada a heterogeneidade dos trabalhos, parece-nos mais adequado considerar a existência de uma "Escola da Dependência".

⁵ Vários *surveys* têm sido realizados a respeito da Escola da Dependência. Cf. Chilcote (1974), O'Brien (1975), Girvan (1973), Lall (1975) e Moran (1976).

3.2 — Crise do Paradigma

No início dos anos 70, a Escola da Dependência começa a sofrer críticas por parte de cientistas de fora e de dentro da própria Escola.

Cabe mencionar, todavia, que não houve uma penetração das idéias dessa Escola no pensamento anglo-saxônico, exceto por um número restrito de institutos de estudos latino-americanos localizados em algumas universidades européias e norte-americanas. Este fato pode ser explicado pelo próprio abismo entre o paradigma da Economia do Desenvolvimento tradicional e o da Escola da Dependência.

Dentre as críticas de fora da Escola da Dependência, vale destacar os trabalhos de Lall (1975), O'Brien (1975) e Fagen (1977). O primeiro argumenta que, quando da leitura da literatura, tem-se frequentemente a impressão de que a "dependência" é definida por um raciocínio circular. Os países em desenvolvimento são pobres porque são dependentes e mostram todas as características da dependência (p. 800). Lall não teria, assim, encontrado nenhuma conexão causal entre as características usadas para descrever países dependentes e a situação de subdesenvolvimento. Segundo Fagen (1977), o enfoque da dependência não é uma teoria, mas sim um "marco conceitual, de um conjunto de conceitos... de uma ótica que pretende situar e esclarecer uma ampla gama de problemas".

Os marxistas também apresentaram suas críticas à Escola da Dependência no início dos anos 70, destacando-se, neste sentido, as de Laclau (1971) aos trabalhos de Frank e as de caráter mais geral formuladas por Cueva (1974). O estudo de Warren (1973) procurou mostrar que, contrariamente ao colocado pela Escola da Dependência, os vínculos dos países aceleram o processo de industrialização, a quebra de estruturas arcaicas, e que os obstáculos ao processo de desenvolvimento deveriam ser encontrados nas estruturas internas. Um ataque direto foi feito por Kay (1975, p. 103), ao afirmar que "a teoria da dependência apareceu como uma combinação 'ecclética' da teoria econômica ortodoxa e frases revolucionárias". Finalmente, cabe mencionar a crítica de Leys (1977) à Escola da Dependência, no sentido de que esta era "teoricamente estagnante", incapaz de fornecer uma solução, assim como uma formulação de certos problemas, e que "faltava realismo" nas suas formulações.

As críticas levantadas por cientistas sociais de diferentes correntes, a falta de homogeneidade de pensamento, assim como o elevado nível de abstração e generalização dos estudos sobre dependência, levaram a uma gradativa perda de importância deste paradigma em meados dos anos 70. Assim, conforme argumenta um dos mais importantes autores da Escola

da Dependência: "Esforços teóricos e analíticos para mostrar o que é específico e novo nas formas correntes de dependência parecem ter-se dissipado em imagens cheias de abstrações fáceis mas enganosas: 'desenvolvimento do subdesenvolvimento', 'subimperialismo', *lumpen-bourgeoisie*, 'revoluções dos marginais', etc. Embora tais idéias algumas vezes apontem para importantes aspectos da especificidade do processo de industrialização na periferia, e para formas de dominação que o acompanham, elas também levam a análise distorcidas" [Cardoso (1976)].

A falta de homogeneidade de pensamento na Escola da Dependência também torna difícil a identificação de um conjunto coerente de teses a respeito das relações econômicas internacionais da América Latina. Uma crítica de natureza "positivista" aos estudos sobre dependência é que eles não forneceriam um conjunto de hipóteses operacionais, isto é, argumentos específicos o suficiente para serem testados empiricamente numa situação concreta particular. Esta poderia ser também uma das razões do ocaso da Escola da Dependência em meados dos anos 70, quando se pressentia que as elevadas abstrações e idéias gerais começavam a ser colocadas de formas aparentemente distintas das concepções originais, sem alterar, contudo, o seu conteúdo.

Um outro aspecto importante refere-se ao escopo limitado do pensamento associado com a Escola da Dependência no que concerne à política econômica. Em grande parte, o "fôlego curto" da Escola poderia ser explicado pela pouca "utilidade prática" dos seus ensinamentos. Em síntese, embora ela tenha influenciado significativamente o pensamento latino-americano sobre o processo do subdesenvolvimento e, em particular, sobre a industrialização substitutiva de importações (e as relações internacionais do continente), a partir de meados dos anos 60, parece-nos que já nos anos 70 verificava-se uma "crise do paradigma" da dependência.

4 — O PENSAMENTO ECONÔMICO LATINO-AMERICANO NA DÉCADA DE 70

O pensamento latino-americano na década de 70 sofreu a influência de diferentes processos atuando em diversos planos.

Em primeiro lugar, ocorreu a já discutida "crise do paradigma" da dependência, que deixaria um espaço vago a ser preenchido em termos

de novas contribuições analíticas e teóricas acerca do processo de desenvolvimento da América Latina e, em particular, das suas relações econômicas internacionais.

Em segundo lugar, ocorreram importantes modificações na evolução da formação acadêmica dos profissionais de economia. Mais precisamente, um aumento no número dos citados profissionais habilitados a uma análise mais aprofundada dos problemas latino-americanos (juntamente com uma melhoria no nível médio de qualificação destes profissionais) e um aumento no número de centros de "elite" de pesquisa e ensino.

Em terceiro lugar, ocorreu uma diversificação da formação acadêmica dos economistas latino-americanos, em virtude da maior penetração do neoclassicismo "refinado", do neokeynesianismo e das idéias do neomarkismo. Ademais, cabe destacar a influência da ortodoxia econômica, particularmente a do monetarismo.⁶

Em quarto lugar, na década de 70 ocorreu uma diversificação da estrutura econômica dos países latino-americanos. Se na década de 50 a característica comum aos países da região era o fato de se constituírem em economias primárias-exportadoras, duas décadas depois alguns países tinham montado parques industriais relativamente sofisticados, que lhes permitiam exportar produtos manufaturados. Não resta dúvida acerca da elevada variância do grau de sofisticação das estruturas industriais latino-americanas na década de 70, o que dificultou sobremaneira a construção de um pensamento latino-americano que incorporasse "a realidade" dos países da América Latina.

Em quinto lugar, a falência do projeto de construção de um capitalismo nacional autônomo na região — que era abrangente o suficiente para receber apoio tácito ou explícito de distintas correntes políticas e ideológicas — vai deixar um espaço vazio em termos da existência de projeto de desenvolvimento que receba um suporte mais ou menos generalizado na sociedade. Assim, faltou uma convergência mínima de interesses que impulsionasse a criação e difusão de um paradigma.

Finalmente, deve-se mencionar o efeito direto sobre o pensamento econômico latino-americano da própria crise da economia internacional que vigora desde meados dos anos 70. Este fato teria gerado uma crise

⁶ Cabe mencionar que os regimes políticos ditatoriais vigentes na América Latina permitiram diferentes experimentos (que na maior parte dos casos foram fracassados) em política econômica, dos mais variados matizes e significados. Em particular, destacou-se a aplicação da ortodoxia monetarista incorporada em programas de estabilização.

do pensamento que, vale assinalar, não é específica da América Latina. Conforme assinalado por Castells (1976, p. 5), "a crise também fez-se manifestar numa crise do pensamento sobre a crise".

A interação dos processos acima vai, na realidade, dificultar a identificação de um fio condutor para a compreensão das diversas etapas da reflexão econômica latino-americana na década de 70. Após a crise do Paradigma da Dependência, não ocorreu nenhuma substituição de paradigma na América Latina, o que dificulta a realização de um trabalho de identificação de existência de recursos conceituais, aparelhos metodológicos e estruturas teórico-analíticas próprios, que constituam um corpo teórico mais ou menos homogêneo e que permitam a formulação de hipóteses específicas.

Na realidade, neste trabalho propomo-nos a avançar a hipótese — a ser discutida em outros estudos mais detalhados, que tenham, inclusive, o benefício de uma retrospectiva mais ampla — de que, pelas razões mencionadas acima, não existiu na América Latina um paradigma de pensamento econômico na década de 70. Existiu, isto sim, a interpenetração, a articulação e a operação paralela de diferentes correntes do pensamento econômico contemporâneo aplicado àquela região, assim como nos trabalhos de economistas latino-americanos reconhecem-se traços — em alguns casos significativos — dos Paradigmas da Cepal e da Dependência.

Destarte, este nosso trabalho apresenta, naturalmente, um caráter incompleto, constituindo-se no primeiro passo numa direção que será posteriormente tratada de forma mais ampla e acabada.

5 — SUMARIO E CONCLUSÃO

O objetivo central deste trabalho foi analisar o pensamento econômico latino-americano contemporâneo, o que nos levou a destacar dois paradigmas importantes do pensamento latino-americano pós-II Grande Guerra a respeito do processo de desenvolvimento e, em particular, das relações econômicas da região, a saber, o Pensamento da Cepal e a Escola da Dependência.

A análise desenvolvida nas Seções 2 e 3 destacou a importância destes paradigmas para a compreensão da realidade da América Latina, onde as relações com o exterior são elementos determinantes da evolução eco-

nômica, política e social da região. Naturalmente, o impacto destes paradigmas foi diferenciado não só em termos da sua receptividade junto à "academia", como também na implementação da política econômica. Não resta dúvida de que o Pensamento da Cepal exerceu uma influência muito mais significativa do que a Escola da Dependência. Em primeiro lugar, dentre os fatores explicativos da "força" comparativa do Pensamento da Cepal, devemos destacar o seu lado "real", isto é, a força dessa instituição deveu-se, em grande parte, às implicações de política econômica derivadas do trabalho teórico desenvolvido no seu âmbito. Este fato significou a existência de propostas concretas relativas às políticas comercial, cambial, creditícia, comercial, tecnológica, etc. Em segundo lugar, o projeto de capitalismo nacional autônomo da Cepal era abrangente o suficiente para incorporar correntes políticas e ideológicas bastante distintas. Assim, de uma forma tácita ou explícita os projetos desenvolvimentistas de cunho populista recebiam o apoio de grupos políticos à esquerda e à direita, o que viabilizou a implementação de planos de industrialização substitutiva de importações na região. Um terceiro aspecto diz respeito ao fato de que o Pensamento da Cepal representava uma posição institucional sólida na América Latina e tinha, adicionalmente, uma natureza transnacional que lhe dava uma legitimidade e força não só na região como também no resto do mundo.

Last but not least, o Pensamento da Cepal apresentou um elevado grau de homogeneidade e coerência em virtude não só do seu caráter institucional, já mencionado, como também em decorrência da liderança intelectual exercida pelo economista argentino Raul Prebisch. Esta unidade de pensamento refletida nas suas teses é resumida por ele próprio [Prebisch (1981, pp. 26-8)].

Por seu turno, a Escola da Dependência não apresentou as características mencionadas que determinaram a força do Pensamento da Cepal, o que certamente não lhe tira a importância no pensamento latino-americano. Segundo Cardoso (1980, p. 12), a contribuição principal dos "dependetistas" latino-americanos "foi a de mostrar que a partir de meados dos anos 50 havia uma nova dinâmica no capitalismo internacional, impulsionado pelas empresas multinacionais, e que ela levaria a uma nova divisão internacional do trabalho. Estava em curso a internacionalização da produção capitalista. A linha de separação entre o mercado interno e o externo se redefinia: o imperialismo, que fora obstáculo à industrialização da periferia, passava a ser mola propulsora de um certo tipo de desenvolvimento industrial".

Comparativamente à análise feita pelos cepalinos durante a década de 50, "a novidade das análises da dependência não constitui, portanto, em sublinhar a dependência externa da economia que já fora demonstrada pela Cepal. Ela veio de outro ângulo: veio da ênfase posta na existência de relações estruturais e globais que unem as situações periféricas ao centro. Os estudos sobre a dependência mostravam que os interesses das economias centrais (e das classes que as sustentam) se articulam no interior dos países subdesenvolvidos com os interesses das classes dominantes locais. Existe, pois, uma articulação estrutural entre o centro e a periferia e esta articulação é global: não se limita ao circuito do mercado internacional, mas penetra na sociedade, solidarizando interesses de grupos e classes externos e internos e gerando pactos políticos entre eles que desembocam no interior do estado" [Cardoso (1980, p. 11)].

Ambos os paradigmas entram em crise no momento em que começa a ser crítica a distância entre a estrutura teórica recebida e a realidade política, econômica e social da América Latina. No caso do Pensamento da Cepal, esta crise de paradigma ocorreu em meados dos anos 60 com a própria crise do modelo de industrialização substitutivo de importações, enquanto a Escola da Dependência — que surge em parte como uma revisão crítica do pensamento cepalino — experimenta a sua crise em meados dos anos 70, em virtude também do seu reduzido poder explicativo frente à nova realidade latino-americana e mundial após a ruptura do sistema de Bretton-Woods e a crise energética.

A crise econômica internacional dos anos 70 e de início dos 80 vai-se manifestar também numa crise do pensamento sobre a crise e, em particular, sobre as relações econômicas internacionais. Este fato é evidente na confusão de ordem teórica vigente nos países avançados a respeito da realidade econômica contemporânea. Conforme muito bem expressou o Secretário-Executivo da Cepal: "Não menos grave é a questão das concepções teóricas dominantes, as quais não têm podido sugerir uma trajetória de ação clara e viável aos condutores da política econômica frente a este difícil e intrincado panorama. Os repetidos debates entre as correntes monetaristas e keynesianas não têm conseguido esclarecer suficientemente nem as causas da estagnação nem muito menos as medidas que seria preciso adotar para superá-la. A esta confusão no plano teórico e à sua inevitável projeção no terreno da ação tem-se somado a falta de uma coordenação entre as políticas econômicas dos países industriais que resulte adequada à natureza dos sérios problemas que enfrenta hoje a comunidade internacional" [Iglesias (1982)].

O pensamento latino-americano na década de 70 a respeito da realidade econômica da região, particularmente das suas relações econômicas internacionais, não foge à regra da inexistência de paradigmas no pensamento econômico contemporâneo. As infindáveis controvérsias entre neo-clássicos, keynesianos, marxistas e, mais recentemente, a corrente monetarista (todas nas suas diferentes versões "clássicas" e "revisadas"), a crise de paradigmas autóctones e a crescente complexidade das relações econômicas internacionais têm levado a uma situação de geral perplexidade frente aos problemas. A exceção óbvia e sempre presente é a dos "ortodoxos", que possuem doutrinas sem dimensão espacial e temporal.

Neste sentido, verifica-se a inexistência de um paradigma econômico latino-americano na década de 70, da mesma forma que não existe um paradigma no pensamento econômico contemporâneo.

Num quadro crítico de relações econômicas internacionais — e de crise do pensamento econômico contemporâneo — podemos destacar como um importante esforço de compreensão da realidade latino-americana os trabalhos teóricos realizados por Prebisch na segunda metade dos anos 70. Assim, aquele que foi talvez o economista de maior influência na América Latina nas últimas décadas, cuja concepção básica de centro-periferia havia sido originalmente desenvolvida durante os anos 30, de grande depressão na economia internacional, volta nos anos 70 — fase de crise econômica aguda no mundo — a apresentar o que talvez seja o esforço mais significativo de construção de uma teoria de desenvolvimento do capitalismo periférico. Infelizmente, não existe possibilidade neste trabalho de uma análise aprofundada e detalhada do pensamento prebischiano recente. Todavia, vale destacar a tese fundamental de Prebisch acerca do que talvez seja um novo paradigma de pensamento latino-americano que se está desenhando nos últimos anos: "na periferia o capitalismo ou economia de livre mercado realiza mal as duas funções básicas de qualquer sistema econômico: acumular capital reprodutivo para maximizar o emprego e a produção, por um lado, e, por outro, distribuir o produto de tal modo que satisfaça as necessidades da população".⁷

A respeito da importância do trabalho recente de Prebisch, argumenta-se que: "Trinta anos depois este autor apresenta, com este livro (*Capi-*

⁷ Os trabalhos de Prebisch da segunda metade dos anos 70 foram publicados principalmente na *Revista de la Cepal* e depois reunidos em uma publicação mais recente [Prebisch (1981)]. A citação apresentada no texto foi tirada de uma interessante análise deste livro feita por Hoppenhayn (1982, p. 290).

talismo periférico: crisis y transformación), outra crítica global do sistema de idéias dominantes. Desta vez ultrapassa o marco econômico e propõe uma teoria da sociedade. Seria interessante historiar a gênese desta nova teoria, pois serviria para ilustrar a explicação que propõe Kuhn acerca do surgimento e declínio de paradigmas como forma de avanço da ciência. De fato, esta nova crítica vai-se construindo a partir das falências da concepção global anterior para explicar uma realidade e resolver seus principais problemas" [Hopenhayn (1982, p. 294)].

Segundo Cardoso (1977, p. 53), no trabalho *Críticas ao capitalismo periférico*, publicado no primeiro número da *Revista de la Cepal*, Prebisch "refaz seu percurso teórico, numa espécie de reafirmação do Manifesto de 1949 acrescido dos temas pertinentes: dependência, distribuição desigual dos frutos do progresso técnico, democratização. O texto praticamente não quebra a linha — 'clássica', eu ousaria dizer — da Cepal."

Para finalizar, cabe mencionar que, no âmbito das idéias, da razão, do pensamento, a própria complexidade e profundidade da atual crise econômica internacional — que na realidade faz parte maior do que poderíamos chamar de uma crise de civilização — desafia e põe em xeque a própria razão e imaginação dos homens no seu esforço de análise e compreensão, sem falar da definição de estratégias de superação de obstáculos. Isto é verdade não somente para o pensamento latino-americano, como também para o pensamento econômico contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA

BERNSTEIN, H. Modernization and the sociological study of development. *Journal of Development Studies*, 7 (2):139-59, 1971.

CARDOSO, F. H. Les États-Unis et la théorie de la dépendence. *Revue Tiers-Monde*, XVII (68):805-25, 1976. [Reimpresso em Cardoso (1980)].

———. La originalidad de la copia: la Cepal y la idea de desarrollo. *Revista de la Cepal*, 4:7-40, 1977. [Reimpresso em Cardoso (1980)].

———. *As idéias e seu lugar*. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1980.

CASTELLS, M. *La crisis económica mundial y el capitalismo americano*. Barcelona, Editorial Laia S.A., 1976.

- CHILCOTE, R. H. A critical synthesis of the dependency literature. *Latin American Perspective*, 1:4-29, Spring, 1974.
- CHILCOTE, R. H., e EDELSTEIN, J. C., eds. *Latin America: the struggle with dependency and beyond*. New York, John Wiley and Sons, Inc., 1974.
- CUEVA, A. *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. México, Siglo XXI, 1974.
- FAGEN, R. Studying Latin American politics: some implications of a dependency approach. *Latin American Research Review*, XII (2), 1977.
- GIRVAN, N. The development of dependency economics in the Caribbean and Latin America: review comparison. *Social and Economic Studies*, 22 (1):1-33, 1973.
- HOPENHAYN, B. Algunas notas sobre el "Capitalismo periférico" de Raul Prebisch. *Desarrollo Económico*, 22 (86):287-94, 1982.
- IGLESIAS, E. América Latina y la presente coyuntura económica internacional. In: *Notas sobre la economía y el desarrollo de América Latina*, 367. Santiago, Cepal, 1982.
- KAY, G. *Development and underdevelopment: a marxist analysis*. London, The Macmillan Press Ltd., 1975.
- KUHN, T. S. Scientific paradigm. In: BARNES, B., ed. *Sociology of science*. London, Penguin Books Ltd., 1963.
- _____. *The structure of scientific revolutions*. 2.^a ed., Chicago, The University of Chicago Press, 1970.
- LACLAU, E. Feudalism and capitalism in Latin America. *New Left Review*, 67:19-38, maio/jun. 1971.
- LALL, S. Is "dependence" a useful concept in analysing underdevelopment? *World Development*, 3 (11/12):799-810, 1975.
- LEYS, C. Underdevelopment and dependency: critical notes. *Journal of Contemporary Asia*, 7 (1), 1977.
- MORAN, T. H. *Multinational corporations and dependency: a dialogue for dependentistas and non-dependentistas*. Mimeo. Annual Meeting of the American Political Science Association, 1976.

- NAFZIGER, E. W. A critique of development economics. *U. S. Journal of Development Studies*, 13 (1):18-34, 1976.
- O'BRIEN, P. A critique of Latin American theories of dependency. In: OXAAL, I., ed. *Beyond the sociology of development*. London, Routledge and Kegan Paul, 1975.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*, 3:47-111, set. 1949.
- . *Capitalismo periférico: crisis y transformación*. México, Fondo de Cultura Económica, 1981.
- RODRIGUEZ, O. *La teoría del subdesarrollo de la Cepal*. México, Siglo XXI, 1980.
- URQUIDI, V., e THORP, R., eds. *Latin America in the international economy*. London, The Macmillan Press Ltd., 1973.
- WARREN, B. Imperialism and capitalist industrialization. *New Left Review*, 81:3-44, set./out. 1973.



Prêmio Nobel de Economia

Com o propósito de divulgar bibliografias de autores selecionados, antecedidas de breves comentários, Literatura Econômica deu início a uma programação seriada, apresentando, a partir do v. 3, n. 1, as obras dos economistas agraciados com o Prêmio Nobel, na ordem cronológica da concessão do Prêmio.

1981: James Tobin

Apresentação

MARCELO DE MOURA LARA RESENDE *

1 — O PRÊMIO

A Academia Real de Ciências escolheu o Professor James Tobin, da Universidade de Yale, nos Estados Unidos, para receber o Prêmio Nobel de Economia referente ao ano de 1981, reconhecendo, portanto, definitivamente, a importância da análise dos mercados financeiros e sua relação com as decisões de gastos, emprego, produção e preços, desenvolvida por Tobin.¹ Antes de examinar mais detalhadamente alguns tópicos abordados na vasta contribuição científica e a múltipla e saudável influência que Tobin exerceu e continua a exercer, é interessante conhecer sua origem.

* Do IPEA/INPES e da PUC/RJ.

¹ Esta nota baseia-se principalmente nos relatórios sobre as contribuições de James Tobin para a Ciência Econômica, escritos por Douglas D. Purvis e Johan Myhrman, publicadas no *Scandinavian Journal of Economics*, 84 (1):61-88, 1982, e em artigos selecionados do próprio Tobin.

2 — O HOMEM

James Tobin nasceu em 1918 em Illinois, nos Estados Unidos. Estudou em Harvard, onde, embora tenha terminado a graduação em 1939, continuou por mais dois anos (1939/41). Em seguida trabalhou como economista em Washington (1941/42) e durante a II Guerra Mundial serviu como oficial da Marinha americana (1942/46). Em 1946, retornou a Harvard, de onde recebeu o grau de Ph.D., em 1947, e permaneceu por mais três anos como *Junior Fellow*, sendo que o último ele passou no Departamento de Economia Aplicada em Cambridge, na Inglaterra. Quando estudante graduado, Tobin conheceu Betty Ringo, com quem se casou. Em 1950, mudou-se para o Departamento de Economia da Universidade de Yale, de onde nunca mais saiu, a não ser temporariamente, como na época em que foi membro do Conselho de Assessores Econômicos do Presidente John Kennedy (1961/62). Em Yale, Tobin passou a *Sterling Professor*, em 1957, foi por dois períodos distintos Chefe do Departamento de Economia (1968/69 e 1974/78) e Diretor da Fundação Cowles para Pesquisas em Economia (1955/61 e 1964/65). Sua contribuição, entretanto, não está restrita à academia; na realidade, o cidadão prestante James Tobin nunca deixou de atender aos apelos para testemunhar perante comissões governamentais ou para defender, através da imprensa ou de palestras, as idéias ou medidas de política econômica em que acreditava. Tobin colaborou ainda com a American Economic Association, inclusive como seu Presidente em 1971, e aceitou dirigir uma controversa comissão formada para examinar os problemas econômicos de Porto Rico (1974/75).

3 — FORMAÇÃO

Tobin, como outros economistas de sua época, foi muito influenciado pelas idéias de Keynes (formação dos salários e desemprego; incerteza e expectativas; preferência pela liquidez; os determinantes do investimento e sua implicação para os ciclos econômicos; e o papel da política governamental). Embora particularmente influenciado pelos trabalhos de Keynes, especialmente pelas idéias apresentadas na *Teoria Geral*, Tobin sofreu ainda a influência de Joseph Schumpeter (seu professor), Alvin Hansen, Sir John Hicks, Abba Lerner e A. C. Pigou.

4 — O ECONOMISTA

Já houve quem dissesse, aliás muito apropriadamente, que Tobin é o economista dos economistas, tendo em vista a amplitude, qualidade e originalidade de suas contribuições. Além da conhecida teoria dos mercados financeiros, principal responsável pela escolha de seu nome para receber o Prêmio Nobel, Tobin contribuiu significativamente para melhorar os métodos econométricos, as teorias do risco, do consumidor e da firma, a teoria macroeconômica em geral e a análise da política econômica aplicada. Embora sem o propósito de examinar em detalhe o conteúdo e a significação de toda a oceânica obra de Tobin, é impossível deixar de mencionar pelo menos algumas das suas principais idéias.

5 — CONTRIBUIÇÕES

A principal contribuição de Tobin foi o desenvolvimento da teoria que serve de base para estudos cujo objetivo é entender como os agentes econômicos se comportam ao adquirirem diferentes ativos ou contraírem dívidas. Tobin mostra que, ao tomar decisões sobre a composição de suas carteiras, os agentes (famílias, firmas, etc.) ponderam dois fatores: a) o risco; e b) a taxa de retorno esperada. A concepção é simples mas permitiu avançar significativamente em relação ao que existia até então. Mais especificamente, Tobin demonstrou como o agente interessado em diminuir o risco de sua carteira pode diversificá-la entre a moeda, entendida como um ativo sem risco, e cuja taxa de retorno nominal é nula, e uma coleção de ativos com risco e uma taxa de retorno nominal esperada positiva. Demonstrou ainda que, em determinadas condições, a parcela do ativo sem risco (moeda) na carteira diminui caso o retorno da cesta de ativos com risco aumente. Em outras palavras, a análise envolve a ponderação entre o retorno médio esperado da carteira e a sua variância; o aumento da parcela de ativos com risco na carteira, por exemplo, implica o aumento tanto do retorno médio como da variância, o que significa que a "carteira ótima" seria aquela onde o benefício marginal do primeiro (retorno médio) compensa exatamente o custo marginal do segundo (variância).

Tobin proporcionou ainda outras contribuições importantes relacionadas com a função da moeda na economia, tendo escrito extensamente tanto sobre as razões pelas quais os agentes econômicos retêm a moeda como sobre as implicações da produção, por parte dos intermediários

financeiros, de ativos substitutos da moeda. Relacionado com o último ponto, Tobin é particularmente crítico de modelos que ignoram a presença de tais ativos e diz que estes não passam de modelos ingênuos de expansão de crédito onde é feita uma distinção arbitrária entre os bancos comerciais e outros intermediários financeiros, uma vez que as obrigações dos primeiros são tradicionalmente consideradas moeda, enquanto as obrigações dos últimos não. Segundo Tobin, a consideração de todo o leque de ativos financeiros num contexto de equilíbrio geral, como o utilizado em seus trabalhos, não só evita a classificação arbitrária dos agregados monetários, como permite concluir que a política monetária, entendida como variações na oferta de moeda, tem o seu efeito abrandado em função da possibilidade de substituição para os setores não controlados.

Tobin fez também inúmeras contribuições para a teoria macroeconômica em geral e para a teoria do crescimento macroeconômico em particular, dando sempre atenção especial à relação entre as flutuações de curto prazo e o crescimento de longo prazo — os dois grandes temas da macroeconomia. Mais especificamente, Tobin escreveu sobre os efeitos de um corte no salário nominal sobre o nível de emprego agregado, argumentou que não existe nada ótimo, eficiente e mesmo “natural” na taxa natural de desemprego, defendeu a necessidade de se reconhecer explicitamente a heterogeneidade da mão-de-obra, argumentou que existem ganhos reais a serem obtidos ao se expandir o emprego além da taxa natural e que tais ganhos devem ser comparados na balança social com os custos da inflação, defendeu a idéia de que, na presença de uma inflação de natureza inercial, qualquer política monetária/fiscal contractionista resulta em elevado desemprego, etc.

Em 1969, Tobin publicou um sumário do esquema analítico com o qual vinha trabalhando há mais de 10 anos, onde apresenta um modelo completo de equilíbrio de ativos, com atenção especial nas relações de substituição e restrições orçamentárias (*balance sheet constraints*), relacionando a determinação do equilíbrio no mercado de ativos com o fluxo de investimento.² A contribuição é importante porque o esquema analítico básico central para quase todos os estudos macroeconômicos sobre o investimento baseia-se nas idéias de Tobin. Ao desenvolvê-las, ele ajudou a entender melhor uma das questões mais difíceis da macroeconomia: os

² “A general equilibrium approach to monetary theory”, *Journal of Money, Credit, and Banking*, 1:15-29, fev. 1969.

determinantes do investimento agregado. É bem verdade que aqui Tobin não partiu do nada, e mais uma vez foi buscar inspiração em Keynes, sem dúvida seu maior ponto de referência.

É possível atribuir os trabalhos de Tobin, relacionados com a questão do crescimento macroeconômico, à sua constante perplexidade com o fato de que, no modelo keynesiano, o estoque de capital é considerado constante, embora, em equilíbrio, a poupança e o investimento não sejam nulos. O fato é que Tobin foi capaz de reconciliar as idéias presentes na literatura macroeconômica de curto prazo com aquelas existentes na literatura sobre o crescimento macroeconômico desenvolvidas por Harrod, Hicks, Goodwin e outros.

Finalmente, é impossível deixar de mencionar as idéias de Tobin sobre as políticas de estabilização e sua posição proeminente no eterno e nem sempre fértil debate sobre o monetarismo. Tobin jamais se recusou a defender a bandeira keynesiana e, como keynesiano, sempre combateu o desperdício representado pelo desemprego associado à alternativa de aceitar passivamente situações recessivas ou, o que é ainda pior, deliberadamente desenhar e implementar a recessão a fim de, por exemplo, combater a inflação e/ou melhorar a situação do balanço de pagamentos. Evidentemente, o debate entre keynesianos e monetaristas ainda não foi definitivamente resolvido, se é que existe solução para tais polêmicas. É bem verdade que hoje o monetarismo ortodoxo cedeu lugar a um novo tipo de economia conhecido como *new classical economics*.

Tobin continua a defender o uso de políticas de estabilização, mesmo na presença de expectativas racionalmente formadas, tendo em vista a inércia e rigidez de um mundo real que contrasta violentamente com os bem lubrificados modelos propostos pelos "novos clássicos". Ele critica as idéias desta nova corrente macroeconômica tendo em vista, ainda, sua incapacidade de apresentar um argumento de longo prazo contra as políticas de estabilização keynesianas.

6 — CONCLUSÃO

O gênio criativo, a capacidade de desafiar idéias e opiniões ortodoxas, a indisposição em aceitar respostas superficiais, o rigor acadêmico, a honestidade intelectual e a capacidade de expor suas idéias de forma cristalina fazem de James Tobin um desses raros e importantes cientistas cuja

sólida influência pode ser detectada na literatura, nos seus alunos e nos métodos que a profissão utiliza ao desenvolver trabalhos analíticos ou empíricos.

Bibliografia até 1983 *

Trabalhos Divulgados em Publicações Periódicas

A note on the money wage problem. *Quarterly Journal of Economics*,
p. 508-16, May, 1941

Liquidity preference and monetary policy. *Review of Economics and
Statistics*, p. 124-31, May 1947; p. 314-17, Nov. 1948 1947-48
Republicado em 1955 pela American Economic Association — *Readings
in fiscal policy*, A. Smithies & K. Butters, eds., p. 233-47.

The fallacies of Lord Keynes "General theory": comment. *Quarterly Jour-
nal of Economics*, p. 763-70, Nov., 1948

Taxes, saving and inflation. *The American Economic Review*, p. 1223-
32, Dec., 1949

A statistical demand function for food in the USA. *Journal of the Royal
Statistical Society*, Series A, Part II, p. 113-41, 1950

Monetary restriction and direct controls. *Review of Economics and
Statistics*, p. 196-98, Aug., 1951
Republicado em 1966 por Yale University. *National Economic Policy:
essays*.

* A bibliografia reproduzida nesta seção, contendo a produção acadêmica de Tobin até 1983, foi compilada pelo próprio autor. Tobin reuniu os trabalhos elaborados até 1981 no *Scandinavian Journal of Economics*, 84 (1):101-10, 1982, e atualizou esta bibliografia até 1983, a pedido de Marcelo de Moura Lara Resende.

- TOBIN, James & HOUTHAKKER, H. S. The effects of rationing on demand elasticities. *Review of Economic Studies*, 17 (3) :1-14, 1951
- Asset holdings and spending decisions. *American Economic Review*, p. 109-23, May. Papers and Proceedings. 1952
- A survey of the theory of rationing. *Econometrica*, p. 521-53, oct., 1952
- TOBIN, James & HOUTHAKKER, H. S. Estimates of the free demand for rationed foodstuffs. *Economic Journal*, p. 103-18, 1952
- Monetary policy and the management of the public debt: the Patman Inquiry. *Review of Economics and Statistics*, p. 118-27, 1953
- A dynamic aggregative model. *Journal of Political Economy*, Chicago, v. 63, p. 103-15, Apr., 1955
 Republicado em 1966 por Richard S. Thorn, ed. *Monetary theory and policy*. Random House, p. 205-21; e em 1969 por H. F. William & J. D. Huffnagle, eds. *Macroeconomic theory*. Appleton-Century-Crofts, p. 487-503.
- TOBIN, James & HALL Jr., Challis. Income taxation, output, and prices. *Economia Internazionale*, p. 522-42, Aug. 1955; p. 742-61, Nov. 1955; e p. 1-8, Feb. 1956 1955-56
- The interest-elasticity of transactions demand for cash. *Review of Economics and Statistics*, p. 241-7, Aug., 1956
- TOBIN, James & WATTS, Harold. An evaluation of the tests. *Bulletin of the Oxford Univ. Institute of Statistics*, p. 161-4, May, 1957
- The business cycle in the post-war world: a review. *Quarterly Journal of Economics*, 73 (2) :284-91, May, 1958
- Defense, dollars and doctrines. *Yale Review*, 47 (3) :321-34, Mar., 1958
 Republicado em 1964 por B. H. Wilkins & C. B. Friday, eds. *Economists of the new frontier*, p. 42-57; e em 1966 por Yale University. *National economic policy: essays*.
- Estimation of relationships for limited dependent variables. *Econometrica*, p. 24-36, Jan., 1958

- Liquidity preference as behavior towards risk. *Review of Economic Studies*, v. 25, n. 67, 1958
 Republicado em 1966 por M. G. Mueller, ed. *Readings in macroeconomics*. S. 1., Holt, Rinehart & Winston Inc., p. 65-86; por Richard S. Thorn, ed. *Monetary theory and policy*. S. 1., Random House, 1966, p. 172-91; em 1969 por H. R. Williams & J. D. Huffman, eds. *Macroeconomic theory*. New York, Appleton-Century-Crofts, p. 299-324; e em 1967 por J. Tobin & D. Hester, eds. *Risk aversion and portfolio choice*. New York, J. Wiley & Sons. (Cowles monograph, 19).
- On the predictive value of consumer intentions and attitudes. *Review of Economics and Statistics*, 41 (1):1-11, Feb., 1959
- Rejoinder to Professor Katona "A final remark". *Review of Economics and Statistics*, 41 (3):319, Aug., 1959
- Reply to Professor Eisner. *The Economic Journal*, v. 69, p. 599-600, Sept. 1959
- Growth through taxation. *The New Republic*, July, 1960
 Republicado em 1964 por C. B. Wilkins & C. B. Friday, eds. *Economists of the new frontier*. S. 1., Random House, p. 263-73; em 1966 por E. S. Phelps et al., eds. *Problems of the modern economy*; e por Yale University. *National economic policy: essays*.
- Towards a general kaldorian theory of distribution — a note. *Review of Economic Studies*, 27 (73):119-20, Feb., 1960
- Towards improving the efficiency of the monetary mechanism. *Review of Economics and Statistics*, p. 276-9, Aug., 1960
- Capital requirements for economic growth. *California Management Review*, v. 4, p. 4-13, Fall, 1961
- The future of the fed. *Challenge*, Jan., 1961
 Republicado em 1966 por Yale Univ. — *National economic policy: essays*.
- Money, capital and other stores of value. *American Economic Review*, 51 (2):26-37, May, Papers and Proceedings. 1961

Academic economics in Washington Ventures (Magazine of Yale Graduate School), Winter, 1963
Republicado em 1966 por Yale Univ. — *National economic policy: essays.*

Deficit, deficit, who's got the deficit? *The New Republic*, Jan. 19, 1963
Republicado em 1968 por Heinz Kohler, ed. *Readings in economics.* S. 1., Rinehart & Winston, p. 142-6; e em 1966 por Yale Univ. — *National economic policy: essays.*

How planned is our economy? *The New York Times*, Oct. 13, 1963
Republicado em 1965 por K. M. Schmidt, ed. *American national government in action.* S. 1., Dickenson Publ. Co.; em 1966 por Dean S. Ammer, ed. *Readings and cases in economics*; e em 1966 por Yale University. *National economic policy: essays.*

TOBIN, James & BRAINARD, William C. Financial intermediaries and the effectiveness of monetary controls. *American Economic Review*, Menasha, 53 (2) :383-400, May. Papers and Proceedings. 1963
Republicado em Cowles Monograph, n. 21. *Financial markets and economic activity*, J. Tobin & D. Hester, eds. New York, John Wiley & Sons, 1967.

Barry's economic crusade. *The New Republic*, Oct., 1964
Republicado em 1966 por Yale Univ. — *National economic policy: essays.*

Economic growth as an objective of government policy. *American Economic Review*, 54 (3) :1-20, May. Papers and Proceedings. 1964
Republicado em 1966 por G. L. Bach & N. Seeber, eds. *Economic analysis and policy: background readings for current issues.* S. 1., Prentice-Hall, Inc.; em 1968 por W. W. Heller, ed. *Perspectives on economic growth.* S. 1., Random House Inc.; e em 1966 por Yale Univ. — *National economic policy: essays.*

Europe and the dollar. *Review of Economics and Statistics*, 46 (2) :123-6, May, 1964
Republicado em 1965 por Warren L. Smith & Ronald L. Teigen, eds. *Readings in money, national income and stabilization policy.* S. 1., Richard D. Irwin, Inc., p. 476-80; em 1968 por H. A. Wolf & R. C.

- Doenges, eds. *Readings in money and banking*. New York, Appleton-Century-Crofts, p. 232-7 e em 1966 por Yale Univ. — *National economic policy: essays*.
- Government as planner. *Yale Political*, v. 3, n. 4, 1964
- Tax cut harvest. *The New Republic*, March, 1964
 Republicado por H. Kohler, ed. *Readings in economics*. S. 1., Holt, Reinhart & Winston, 1968. p. 159-64.
- The burden of the public debt: a review article. *Journal of Finance*, 20 (4) :679-82, Dec., 1965
- The monetary interpretation of history (a review article). *American Economic Review*, 15 (3) :464-85, June, 1965
- What is the lesson of 1929? *The New Republic*, June 19, 1965
 Republicado em 1966 por Yale Univ. — *National economic policy: essays*.
- Money and economic growth. *Econometrica*, 33 (4) :671-84, Oct., 1965
- The new era of good feeling between business and government. *Challenge*, p. 464-85, June, 1965
 Republicado em 1966 por Yale Univ. — *National economic policy: essays*.
- On improving the economic status of the negro. *Daedalus*, v. 94, n. 4, Fall, Proceedings ... 1965
 Republicado por T. Parsons & K. Clark, eds. *The negro American*. S. 1. Houghton Mifflin, 1966.
- The case for an income guarantee. *The Public Interest*, n. 4, p. 31-41, Summer and "Rejoinder". Fall 1966
 Republicado em Sept./Oct. 1967 em *Social Progress*, Office of Church and Society of the Board of Christian Education of the United Presbyterian Church Lancaster, Pa., v. 58, p. 32-41.
- Check the boom? *The New Republic*, Sept. 3, 1966
 Republicado em 1967 por L. C. Thurow, ed. *American fiscal policy*. S. 1., Prentice-Hall, Inc.

- TOBIN, James et alii. Neoclassical growth with fixed factor proportions. *Review of Economic Studies*, p. 79-115, Apr., 1966
- Children's allowances? *The New Republic*, Nov. 25, 1967; Reply, Dec. 1967
- For the tax surcharge. *The Washington Post*, Oct. 8, 1967
- It can be done! Conquering poverty in the US by 1976. *The New Republic*, June, 1967
- The neutrality of money in growth models: a comment. *Economica*, Feb., 1967
- TOBIN, James; PECHMAN, Joseph A.; MIESZKOWSKI, Peter. Is a negative income tax practical? *Yale Law Journal*, 77 (1):1-27, Nov., 1967
- Notes on optimal monetary growth. *Journal of Political Economy*, p. 833-59, Aug. (Paper presented at 1967 Conference of University Professors, Sept. 5-8), 1968
- The twilight of the gold standard. *The Washington Post*, Jan. 7, 1968
- TOBIN, James & BRAINARD, William C. Pitfalls in financial model building. *American Economic Review*, v. 58, p. 99-122, May. Papers and Proceedings, 1968
- Comment on "mean variance analysis in the theory of liquidity preference and portfolio selection, Borch, Karl and Martin Feldstein". *Review of Economic Studies*, p. 13-14, Jan., 1969
- The defense of the new economics. *Fortune*, Oct. p. 211-12, 1969
- A general equilibrium approach to monetary theory. *Journal of Money, Credit and Banking*, v. 1., p. 15-29, Feb., 1969
- TOBIN, James & SWAN, Craig. Money and permanent income: some empirical tests. *American Economic Review*, v. 54, p. 285-95, May 1969

- TOBIN, James & ROSS, Leonard. Paying for higher education. *The New Republic*, May 3, 1969, p. 18-21, Rejoinder to Mr. Thackrey, June 7, p. 32-3, 1969 1969
- Deposit interest ceilings as a monetary control. *Journal of Money, Credit and Banking*, 2 (1) :4-14, Feb., 1970
- Money and income: post hoc propter hoc? *Quarterly Journal of Economics*, v. 84, p. 301-17, May, 1970
- On limiting the domain of inequality. *Journal of Law and Economics*, 13 (2) :263-77, Oct., 1970
- Rejoinder to Milton Friedman. *Quarterly Journal of Economics*, v. 84, p. 328-9, May, 1970
- Administration's gamble with nation's economy. *The Washington Post*, Oct. 31, 1971
- Inflation and unemployment. *American Economic Review*, 62 (1) :1-18, March 1972. Presidential Address of Annual Meeting of American Economic Assn. New Orleans, Dec., 1971
- TOBIN, James & ROSS, Leonard. Living with inflation. *The New York Review of Books*, May 6, p. 23-6, 1971
- An exchange of views. *The New Republic*, July 22, 1972. (J. Tobin's reply to Melville J. Ulmer's June 24, 1972 article on McGovern's economics, and reply by Melville J. Ulmer). 1972
- Friedman's theoretical framework. *Journal of Political Economy*, 80 (5) : 852-63, Sept./Oct., 1972
 Republicado em 1974 em MILTON Friedman's monetary framework. S. 1. Univ. of Chicago Press. p. 77-89.
- Some arithmetic on the McGovern economic policies. *New York Times*, July 18, 1972
- TOBIN, James & ROSS, Leonard. Reply to Tullock. *Journal of Money, Credit and Banking*, 4 (2) :431-6, May (Regarding original article "Living with inflation"), 1972

Cambridge (UK) vs Cambridge (Mass.). Review of "Economic heresies: some old fashioned questions in economic theory" by Joan Robinson. *The Public Interest*, n. 31, p. 102-09, Spring, 1973

The careers of Paul Douglas. Review of "in the fullness of time: memoirs", by Paul H. Douglas. *The Yale Review*, p. 438-44, Spring, 1973

The economy of China: a tourists view. *Challenge*, p. 20-31, March/Apr., 1973

Conserving taxable capacity. *Evaluation Magazine*, p. 33-34, Spring, 1974. Special.

The energy crisis and life-styles: more bark than bite. *Business and Society Review*, n. 9, p. 60-4, Spring, 1974
(Adaptation of a National Academy of Sciences paper given at Forum on Energy).

How political must the council of economic advisers be? Discussion at Annual Meetings Allied Social Sciences Assns., New York, Dec., 1973. *Challenge*, p. 28-42, Mar./Apr., 1974

Inflation, interest rates and stock values. *The Morgan Guaranty Survey*, p. 4-7, July, 1974

A monetary policy in 1974 and beyond. *Brookings Papers on Economic Activity*, 1:219-32, 1974

Notes on the economic theory of expulsion and expropriation.. *Journal of Development Economics*, 1, p. 7-18, 1974

A review of "Economics and the public purpose", by J. K. Galbraith. *Yale Law Journal*, 83 (6) :1291-1303.

There are three types of inflation; we have two, Op-Ed. page. *New York Times*, Sept. 6, 1974

What is permanent endowment income? *American Economic Review*, 64 (2) :427-32, May, 1974

- Ford and the fed: creating a recession. *Yale Daily News*, Feb. 11, 1975
- Keynesian models of recession and depression. S. I., Cowles Foundation Discussion Paper n. 387, Jan. 1975
 Republicado em maio de 1975 por *American Economic Review*, 64 (2):195-202, May 1975. Papers and Proceedings.
- Who is crowding out what? *Challenge*, p. 56-7, Nov./Dec. 1975
- For a faster recovery. *Economic Outlook USA* (Univ. of Michigan), v. 3, p. 39-41, Summer, 1976
- Hansen and public policy. *Quarterly Journal of Economics*, v. 90, p. 32-7, Feb. 1976
- The Nobel Milton. *The Economist*, Oct. 23, p. 94-5, 1976
- Can Carter afford Arthur Burns? *New York Times*, Nov. 20, 1977
- The economic impasse: is there a way out? *Economic Outlook U.S.A.*, 4 (4):51-4, Nov., 1977
 Publicado pelo Center for Economic Education, Lehigh Univ., *Annual Lecture in Economic Problems*, Oct., 1977.
- How dead is Keynes? Invited address at Western Economic Assn. Annual Meetings, June 1977. *Economic Inquiry*, 15 (4):459-68, Oct., 1977
- Portrait: Tjalling Koopmans. *Challenge*, p. 58-9, Sept./Oct., 1977
- President Carter's economic program. *Japan Economic Journal*, Mar. 26, 1977
- Review: Thomas Sowell. Race and economics. *Journal of Economic Literature*, p. 1391-4, Dec., 1977
- Yale's primary mission. *Yale Alumni Journal*, Nov., 1977
- TOBIN, James & BAILY, Martin. Macroeconomic effects of selection public employment and wage subsidies. *Brookings Papers on Economic Activity*, 2, p. 511-41, 1977

- Anti-inflation policy and the 1979 outlook. *Economic Outlook USA*, v. 5, n. 4, Autumn, 1978
- Carter's macroeconomics: the record to date. *Journal of Post-Keynesian Economics*, v. 1, n. 1, 1978
- Comment from an academic scribbler for Symposium on Democracy in deficit. *Journal of Monetary Economics*, 4, p. 617-25 1978
- Monetary policies and the economy: the transmission mechanism. *Southern Economic Journal*, 44 (3) :421-31, Jan., 1978
- A proposal for international monetary reform. *Eastern Economic Journal*, 4 (3-4) :153-9, July/Oct., 1978
- Review of William E. Simon. A time for truth. McGraw-Hill Book Co., 1978. *New York Times Book Review*, June 11, 1978
- The federal budget and the Constitution. *Taxing and Spending*, p. 27-36, Fall 1979. Rejoinder p. 68-71, Winter 1979
- The Volcker shock. *New York Times* (Sunday Financial Section). Nov. 11, 1979
- Are new classical models plausible to guide policy? *Journal of Money, Credit and Banking*, v. 12, n. 4, Part. 2, Nov. (Discussion of papers by McCallum, Fellner, Barro and Lucas at American Enterprise Institute Conference), 1980
- Spending limits and measures of government size. *Puerto Rico Economic Quarterly*, v. 2. (First Federal Savings Bank of Puerto Rico), 1980
- Stabilization policy ten years after. *Brookings Papers on Economic Activity*, 1, p. 19-72. Tenth Anniversary Issue, 1980
- TOBIN, James et al. A model of US financial and nonfinancial economic behavior. *Journal of Money, Credit and Banking*, 12 (2) :259-93, May, 1980

- Comments on Lawrence H. Summers. Taxation and corporate investment: a q-theory approach (with Philip White) In: BRAINARD, Wm. C. & PERRY, George L., eds. *Brookings Papers on Economic Activity*, n. 1, 1981
- The monetarist counter-revolution today — an appraisal. *The Economic Journal*, 91 (361) :29-42; Discussions p. 43-57, Mar. 1981. Paper given before The Royal Economic Society, July, 1980
- Monetary policy: the collision course. *Journal of the Federation of American Scientists*, 34 (5) :5-7, June, 1981
- The Reagan economic program: budget, money, and the supply side. *Federal Reserve Bank's Economic Review*, San Francisco. Supplement: The Reagan economic program, 1981
- Review of "Keynes monetary thought: a study of its development", by Don Patinkin. Durham, No. Carolina, Duke, Univ. Press, 1976. 155 p. *Journal of Political Economy*, v. 89, n. 1, 1981
- Sleight of mind (Laetrile, alchemy, and Reaganomics). *The New Republic*, March 21, 1981
- Supply-side economics: what is it? Will it work? *Economic Outlook USA*, 8 (3) :51-3, Summer, 1981
- The commercial banking firm: a simple model. *Scandinavian Journal of Economics*, Stockholm, 84 (4) :495-530, 1982
- Economic policies and prospects for the 1980s. *Wirtschaft und Gesellschaft* 4/82, Jahrgang Heft 4. (Lecture delivered at Dr. Karl Renner Institut, Vienna, June, 1982
- The 1982 Economic Report of the President: the Annual Report of the Council of Economic Advisers: comment. *Journal of Monetary Economics*, 10 (3) :297-308, Nov., 1982
- Monetarism, no matter how long it takes. *Challenge*, 24 (6) :56-58, Jan./Feb., 1982

- Money and finance in the macroeconomic process. *Journal of Money, Credit and Banking*, Ohio, 14 (2) :171-204, May, 1982
- The wrong mix for recovery. *Challenge*, 25 (2) :171-204, May/June, 1982
- Discussion of "Domestic saving and international capital movements in the long run and the short run", by Martin Feldstein (NBER-EHESS Internat. Seminar on Macroeconomics, Mannheim, June 1982). *European Economic Review*, 21, p. 153-6, 1983
- Financial structure and monetary rules. *Kredit und Kapital*, Berlin, 16, p. 155-71, 1983. Universität Karlsruhe Lecture, West Germany, Dec. 8, 1982 1983
- Keynes: policies in theory and practice. *Challenge*, p. 5-11, Nov./Dec., 1983
- Liquidity preference, separation, and asset pricing. *Zeitschrift für Betriebswirtschaft*, 1 Y 7459 EX, no. 3, März, 1983
- Monetary policy in an uncertain world. Keynote address at the First International Conference of the Institute for Monetary and Economic Studies. *Bank of Japan Monetary & Economic Studies*, v. 1, n. 2. Proceedings. Oct., 1983
- Monetary policy: rules, targets, and shocks. *Journal of Money, Credit and Banking*, Columbus, 15 (4) :506-18, Nov., 1983

Contribuição em Coletâneas

- The role of statistical forecasts in planning for defense. In: FRIEDRICH, C. J. & MASON, E. S., eds. *Public policy III*, p. 197-223, 1942
- Money wage rates and employment. In: HARRIS, S. E., ed. *The new economics*, p. 572-90, 1947
 Republicado em 1966 por M. G. Mueller, ed. *Readings in macroeconomics*. S. 1., Holt, Rinehart & Winston, Inc., p. 215-25, e em 1969 por H. R. Williams e J. D. Huffnagle, eds. *Macroeconomic theory*. N. Y., Appleton-Century-Crofts, p. 366-79,

- Relative income, absolute income and saving. In: *MONEY, trade and economic growth* (in honor of John H. Williams). S. 1., Macmillan Co., p. 135-56, 1951
- Savings, capital gains and asset values. In: HELLER, W. W.; BODD, F. M., NELSON, C. L., eds. *Savings in the American economy: a symposium*, p. 220-23, 1953
- Introduction to "A panel on the technical problems of measuring preferences". In: CLARK, Lincoln H., ed. *Consumer behavior*. New York, p. 88-90, 1954
- Comment on "Consumer anticipations: their use in forecasting consumer behavior". In: LANSING, J. B. & WITHEY, S. B. *Short-term economic forecasting: studies in income and wealth*. Princeton, 17, p. 444-9, 1955
- "The interdependence between an effective stabilization policy and the attitudes of labor". In: COLM, Gerhard, ed. *The employment act, past and future*. Washington, National Planning Association, 1956
 Republicado em 1966 por Yale University — *National economic policy: essays*.
- Comment on "Measuring comparative purchasing power". In: *PROBLEMS in the international comparison of economic accounts*. Princeton, National Bureau of Economic Research, p. 343-7. (Studies in income and wealth, v. 20), 1957
- Comment "The measurement and behavior of unemployment". Princeton, National Bureau of Economic Research, p. 596-600, 1957
- Consumer debt and spending: some evidence from analysis of a survey. *Consumer installment credit*. Washington, Board of Governors of the Federal Reserve System, Part II, Conference on regulation, National Bureau of Economic Research, v. 1, p. 521-45, 1957
 Republicado em COWLES Monograph n. 20, *Studies of Portfolio Behavior*, Discussion of Milton Friedman's "A theory of the consumption function". In: *Consumer behavior*, Lincoln H. Clark, ed. New York, Harper & Bros., 1958, p. 447-54.

- TOBIN, James & WATIS, Harold W. Consumer expenditures and the capital account. *Proceedings of the Conference on Consumption and Saving*, edited by Irwin Friend and Robert Jones. Univ. of Pennsylvania, v. 2, 1960
 Republicado em 1967 por J. Tobin & D. Hester, eds. *Studies of portfolio behavior*. New York, J. Wiley & Sons. (Cowles Monograph n. 20).
- National goals and economic policy. *Papers presented at Second National Farm Policy Review Conference*. Agriculture Policy Institute, North Carolina State College, Nov., p. 2-38, 1961
- Government and the economy. *Papers of the Tenth Annual Conference on the Economic Outlook*. Ann Arbor, Dept. of Economics, Univ. of Michigan, Nov., 1962
 Republicado em 1966 por Yale Univ. *National economic policy: essays*.
- Commercial banks as creators of money. In: CARSON, Deane, ed. *Banking and monetary studies*. Richard D. Irwin, Inc., p. 408-19, 1963
 Republicado por: Warren L. Smith & Ronald L. Teigen, eds. *Readings in money, national income and stabilization policy*. Richard D. Irwin Inc., 1965, p. 156-63; e em 1967 por J. Tobin & D. Hester, eds. *Financial markets and economic activity*. New York, J. Wiley & Sons. (Cowles monograph, n. 21).
- Discussion at 9th Canadian Institute on Public Affairs Conference. *Economic planning in a democratic society*. Univ. of Toronto Press, p. 17-24, 1963
- Economic progress and the international monetary system. In: *Annual Meeting of the Academy of Political Science*, New York, May. Papers and Proceedings, p. 77-97, 1963
 Republicado em 1964 por B. Balassa, ed. *Changing patterns in foreign trade and payments*. New York, Norton, 1964. p. 112-25; e em 1966 por Yale Univ. — *National economic policy: essays*.
- An essay on the principles of debt management. *Fiscal and debt management policies*. Commission on money and credit. Prentice-Hall, Inc., p. 143-218, 1963

- Republicado em 1966 por Richard A. Ward, ed. *Monetary theory and policy*. International Textbook Co.
- On the economic burden of defense. Reports and speeches of the 8th Yale Conference on the teaching of the social studies, Graduate School, April, 1963
Republicado em 1966 por Yale Univ. — *National economic policy: essays*.
- TOBIN, James & DOLBEAR Jr., F. T. Comments on the relevance of psychology to economic theory and research. In: *PSYCHOLOGY: a study of a science*. McGraw-Hill Book Co., v. 6, 1963
- Discussion 3 at Central Banking Symposium. A critique of Central Banking in the United States. *Proceedings of a 50th Anniversary Symposium, Annual Report*, Federal Reserve Bank of Boston, p. 30-3, 1964
- The theory of portfolio selection, International Economic Assn. In: HAHN, F. & BRECHLING, F., eds. *The theory of interest rates*. Macmillan & Co., p. 3-51, 1965
- Adjustment responsibilities of surplus and deficit countries. In: *MAINTAINING and restoring balance in international payments*. Princeton, N. Y., Princeton Univ. Press, p. 201-11, 1966
- Income guarantees and incentives. *Proceedings of the National Symposium on Guaranteed Income*, Dec. 9, 1966. The Chamber of Commerce of the United States, 1966
- Appraising the nation's economic policy, 1966-67. Comments prepared for American Statistical Assn. Panel discussion at December 1967 Joint Meeting; published in *Proceedings*, 1967
- Comment on Crockett-Friend and Jorgenson papers in *Determinants of investment behavior universities*. National Bureau of Econ. Research Conference Series n. 18 p. 156-160, 1967
- Life cycles saving and balanced growth. In: FELLNER, William, ed. *Ten economic studies in the tradition of Irving Fisher*. New York, J. Wiley & Sons Inc., p. 231-56, 1967

- Unemployment and inflation: the cruel dilemma. In: PHILLIPS, A., ed
Price issues in theory, practice and policy. Univ. of Penns. Press,
1967
- The consumption function. *International Encyclopedia of the Social
Sciences*, v. 3, p. 358-68, 1968
- Raising the incomes of the poor. In: *Agenda for the nation*. Washington,
D.C., Brookings Institution, p. 77-116, 1968
- TOBIN, James & WALLIS, W. Allen. Third rational debate seminar,
1967-68. In: *WELFARE programs: an economic appraisal*. Washing-
ton, D.C., American Enterprise Institute for Public Research, 1968
- The case for a negative income tax, *Money and the poor: public welfare,
the negative income tax, or what?* Proceedings of a Conference co-
sponsored by the University of Connecticut Schools of Law and Social
Work, February 3, 1969, p. 60-7, 1969
- Monetary semantics. In: BRUNNER, K., ed. *Targets and indicators of
monetary policy*. Institute of Govt, and Public Affairs, UCLA Chan-
dler Publ. California, p. 165-74, 1969
- Macroeconomics. In: *ECONOMICS* (The behavioral and social sciences
survey). Prentice-Hall, Inc., p. 44-54, 1970
- TOBIN, James & DOLDE, Walter. Wealth, liquidity, and consumption.
In: *CONSUMER spending and monetary policy: the linkages*. Nan-
tucket, Federal Reserve Bank of Boston, June 1971. (Conference se-
ries, 5), 1971
- Wealth, liquidity and the propensity to consume. In: STRUMPEL, B.;
MORGAN, James N.; ZAHN, Ernest, eds. *Human behavior in
economic affairs; essays in honor of George Katona*. Amsterdam,
Elsevier Scientific Publ. Co., p. 36-56, 1972
- TOBIN, James & NORDHAUS, William. Is growth obsolete? In: *ECO-
NOMIC growth*. Colloquium V (50th Anniversary Series). National
Bureau of Economic Research, 1972

Republicado por Milton Moss, ed. em *The measurement of economic and social performance*, NBER v. 38, *Studies in income and wealth*, p. 509-32; Reply to Denison p. 554-62; Reply to Meyer p. 563-4.

Can we live with inflation? Can we live without it? In: *The economic outlook for 1974*. Annual Univ. of Michigan Conference on the Economic Outlook, Nov. 15-16, 1973, p. 71-80, 1973

Reflections on recent history. (Paper presented at American Statistical Assn. Panel on Income Maintenance & Welfare Reform session, Annual Meetings, Dec., 1973). In: *PROCEEDINGS* of the Social Statistics Section, ASA, p. 82-4; Institute for Research on Poverty Discussion Paper n.º 202-74, 1973

The wage-price mechanism: overview of the Conference. In: WEINER, S., ed. *The econometrics of price determination/Conference*. Board of Governors, Federal Reserve System, 1973

Discussion of "Some reflections on describing structures of financial sectors" by Albert Ando and Franco Modigliani. In: FROMM, Gary & KLEIN, Lawrence R., eds. *The Brookings model: perspective and recent developments*. Amsterdam, North-Holland, p. 565-7, 1975

Monetary policy, inflation and unemployment. In: *ANSWERS to inflation and recession: economic policies for a modern society* (a colloquium). The Conference Board, Albert T. Sommers, ed., p. 2-19, 1975

Multiple Probit regression of dichotomous economic variables. In: —. *Essays in economics*. Amsterdam, North-Holland, v. 2, cap. 43, 1975

Discussion of "Public pension funding and U.S. capital formation: a medium-run view" by Benjamin M. Friedman. In: *FUNDING pensions: issues and implications for financial markets*. Federal Reserve Bank of Boston, Proceedings of a Conference, Oct. 1976. p. 206-12, 1976

Economic stabilization policies in the United States. *The great ideas today*. A symposium on the World Economy, 1976

TOBIN, James & BUITER, Willem. Long-run effects of fiscal and monetary policy on aggregate demand. In: STEIN, Jerome L., ed. *Monetarism, studies in monetary economics*. Amsterdam, North-Holland, v. 1, p. 273-336, (1974 Conference), 1976

- American capitalism: the first two hundred years. In: *AMERICAN capitalism — the next 100 years*. Wright Investors Service, 1977
- Considerations regarding taxation and inequality. In: CAMPBELL, Colin D. ed. *Income redistribution conference*. Washington, D.C., American Enterprise Institute, 1977
- Full recovery or stagnation? Seminar in Economics. Western Michigan Univ., Mar., 1977
 Republicado em 1978 por Werner Sichel, ed. em *Economic advice and executive policy*. New York, Praeger Publ., 1978. p. 97-109.
- Macroeconomic models and policy. In: INTRILIGATOR, Michael D., ed. *Frontiers in quantitative economics*. Amsterdam, North-Holland Pub., v. III B, Chapter 18 b, p. 759-64, 1977
- The political economy of the 1960s. In: *TOWARD new human rights*. Univ. of Texas, Lyndon B. Johnson School of Public Affairs, p. 33-50, 1977
- TOBIN, James & BRAINARD, W. C. Asset markets and the cost of capital. In: NELSON, Richard & BALASSA, Bela, eds. *Economic progress: private values and public policy*. (Essays in honor of William Fellner). Amsterdam, North-Holland Publ., p. 235-62, 1977
- Kermit Gordon, 1916-1976. Biographical Memoir. American Philosophical Society. *Year Book*, 1978, 1978
- A new economic initiative? In: *AMERICAN capitalism. Proceedings*. 2nd Annual Symposium Wright Investors' Services, 1978. p. 1-11, 1978
- TOBIN, James & BAILY, Martin. Inflation-unemployment consequences of job creation policies. In: PALMER, John. *Creating jobs*. 2. ed. Washington, D.C., Brookings Institution, p. 43-72. (Brookings Studies in Social Economics), 1978
- Deficit spending and crowding out in shorter and longer runs. In: GREENFIELD, Harry I. et al., eds. *Economic theory for economic efficiency: essays in honor of Abba P. Lerner*. Cambridge, MIT Press, p. 217-36, 1979

- Discussion of MEDOFF, James L. & ABRAHAM, Katharine G. Unemployment, unsatisfied demand for labor, and compensation growth, 1956-1980. In: BAILY, Martin N., ed. *Workers, jobs, and inflation*. Washington, D.C., The Brookings Institution, 1982. (Proceedings of Conference held Nov. 7-8, 1980, sponsored by Brookings Institution and US Dept. of Labor, p. 83-88, 1980
- Discussion of Karl Brunner. The control of monetary aggregates. In: *CONTROLLING monetary aggregates*, III, Conference Series n. 23. Federal Reserve Bank of Boston. p. 69-75, Oct., 1980
- Government deficits and capital accumulation, Paish Lecture. In: CURRIE, David A. & PETERS, Will, eds. *Contemporary economic analysis*. London, Croom Helm, v. 2, p. 23-45, 1980
- Harry Gordon Johnson, 1923-1977. In: PROCEEDINGS of the British Academy. London, Oxford Univ. Press, v. 64, 1980
- TOBIN, James & BUITER, Willem. Debt neutrality: a brief review of doctrine and evidence. In: FURSTENBERG, George von, ed. *Social security versus private saving in post-industrial societies*. Ballinger Publ., v. 1, 1980
- TOBIN, James & BUITER, Willem. Fiscal and monetary policies, capital formation, and economic activity. In: FURSTENBERG, George M., ed. *The government and capital formation*. Cambridge, Mass., Ballinger Pub. Co., Chapter 3, (Series on capital investment and saving, v. 2), 1980
- TOBIN, James & MACEDO, Jorge Braga de. The short-run macroeconomics of floating exchange rates: an exposition. In: CHIPMAN, John S. & KINDLEBERGER, Charles P., eds. *Flexible exchange rates and the balance of payments: essays in memory of Egon Sohmen*. Amsterdam, North-Holland Pub., Chapter 1, 1980
- Comments on "Supply versus demand approaches to the problem of stagflation". In: BRUNO, Michael & SACHS, Jeffrey. *Macroeconomic policies for growth and stability*. (A European perspective). Symposium 1979. Herbert Giersch, ed. J. C. B. & Mohr, Tübingen, 1981

- Energy strategy and macroeconomic policies (held in N. Y. City). Donald MacNaughton Symposium, Proceedings, Syracuse University, 1981
- Discussion of "Issues in the coordination of monetary and fiscal policies" by Alan Blinder. Fed. Reserve Bank of Kansas City Symposium on Monetary Policy Issues in the 1980s, Jackson Hole, Wy, Aug. 9-10, p. 41-6, 1982
- Economic and financial outlook: monetary policy — 1982. Financial Outlook Conference, The Conference Board, New York City, Feb. 24-25, 1982. In: PROCEEDINGS.
- Inflation. In: GREENWALD, Douglas, ed. *Encyclopedia of economics*. New York, McGraw-Hill, p. 510-23, 1982
- The state of exchange rate theory: some skeptical observations. In: COOPER, R. et al., eds. *The international monetary system under flexible exchange rates: global, regional and national* (Essays in honor of Robert Triffin). Cambridge, Mass., Ballinger Pub., cap. 7, 1982
- Steering the economy then and new. In: PECHMAN, Joseph A. & SIMLER, N. J., eds. *Economics in the public service* (Papers in honor of Walter W. Heller). New York, W. W. Norton & Co., p. 11-45, 1982
- TOBIN, James et al. Tax reform and income redistribution: issues and alternatives. In: TOBIN, James, ed. *Essays in economics, theory and policy*. Cambridge, Mass., MIT Press, v. 3, p. 585-609, 1982
- Against the balanced budget and tax limitation amendment. Tax Foundation Inc. *The Federal Fiscal Dilemma: is there a solution?* Proceedings ... 34th National Conference, 1983
- Budget deficits, federal debt, and inflation in short and long runs. The Conference Board Public Policy Research Program Conference, Washington, D.C., Dec. 2, 1982. *Proceedings towards a reconstruction of Federal Budgeting*, p. 51-9, 1983

- Discussion of Robert E. Hall "Macroeconomic policy under structural change". In: *Symposium on Industrial Change and Public Policy*. Proceedings. Fed. Reserve Bank of Kansas City, Aug. 24-26, 1983. p. 113-22, 1983
- Inflation: the monetary and structural causes and cures. In: SCHMUKLER, Nathan & MARCUS, Edw., eds. *Inflation through the ages: economic, social, psychological and historical aspects*. New York, Brooklyn College Press, distributed by Columbia Univ. Press, p. 3-16, 1983
- Macroeconomics and fiscal policy. In: BROWN, E. Gary & SOLOW, Robert M., eds. *Paul A. Samuelson and modern theory*. New York, McGraw-Hill, p. 189-202, 1983
- Okun on macroeconomic policy: a final comment. In: TOBIN, James, ed. *Macroeconomics prices & quantities* (essays in memory of Arthur M. Okun). Washington, D.C., The Brookings Institution, 1983
- TOBIN, James & DOLDE, Walter. Mandatory retirement saving and capital formation. In: MODIGLIANI, Franco & HEMMING, Richard, eds. *The determinants of national saving and wealth*. Macmillan Press Ltd., cap. 3, Part I, Internat. Econ. Assn. Conference in Bergamo, Italy, 1983

Monografias e Publicações Avulsas

- A theoretical and statistical analysis of consumer saving. Ph.D. dissertation. Harvard Univ., 1947
- TOBIN, James & RIECKEN, H. W. Ten years out statistically in Harvard class of 1939, *10th Anniversary Report*, 1949. 1949
- The application of multivariate. Probit analysis to economic data. S.n.t. (Cowles Foundations Discussion Paper, 1), 1955
- Consumer survey statistics. A report of consultant Committee on Consumer Survey Statistics, Board of Governors of the Federal Reserve System, July, 1955

- The American business creed. Cambridge, Harvard Univ. Press, 1956
- Alternative forecasts of saving 1947-56. (Cowles Foundation Discussion Paper, 33), 1957
- TOBIN, James & GUTHRIE, Harold W. Inter-generation transfers of wealth and the theory of saving. (Cowles Foundation Discussion Paper, n. 98), 1960
- The international monetary system and the dollar. Ohio Univ., May 13. (College of Business Administration Lecture Series), 1963
- The problem of international liquidity. Statement to the Joint Economic Committee, Congress of the United States, Nov. 15, 1963
 Republicado em maio 1966 por Yale Univ. — *National economic policy: essays*.
- Can the US avoid depressions and inflation? (Voice of America TV Lecture 1965), 1965
 Republicado em 1967 por John R. Coleman. *The changing American economy*. N.Y., Basic Books Inc.
- Economic planning machinery in the United States. Prepared for Princeton-Brookings Roundtable on Business Government Relationships. (J. J. Corson, meeting at Brookings, Apr. 28) mimeo, 1965
- The future of the dollar as international money. Santa Barbara, Univ. of California, March. (Carl Snyder Memorial Lecture), 1965
 Republicado por Yale Univ., New Haven. *National economic policy: essays*. May 1966.
- The intellectual revolution in U.S. economic policy-making. Noel Buxton Lecture January. (Univ. of Essex). London, Longmans, Green & Co. Ltd., 1966
- National economic policy essays. New Haven, Yale Univ. 211 p., 1966
- Essays in economics. v. 1: Macroeconomics. Amsterdam, North-Holland, Republicado em 1974. 1971

- Technological development and employment. S. 1., (Cowles Foundation Discussion Paper n. 348). Dec., 1972
 Republicado em 1974 em *Eastern Africa Economic Review*, v. 6, n. 1, June 1974. Discussion Paper of the Institute of Development Studies, Univ. of Nairobi.
- Financing higher education. Paper presented at *Business Today Conference*, Chicago, Ill., Nov. 19, 1973
- The new economics one decade older. Princeton, Princeton Univ. Press, 105 p. (Eliot Janeway Lectures on Historical Economics in honor of Joseph Shumpeter, 1972), 1974
- Essays in economics. v. 2: consumption and econometrics. Amsterdam, North-Holland Pub. Co., 1975
- The world economy in retreat: the United States. First Chicago Report, May 1975. First National Bank of Chicago Conference on World Economic Stabilization, 1975
- Inflation control as social priority. Paper presented at Conference on the Political Economy of Inflation and Unemployment in Open Economies, Athens, Greece, Oct. 21-23, 1976
- Prospects for continued economic growth in the United States. Yale Univ., Conference for the Connecticut Council for the Social Studies. (Yale History Dept. in Cooperation with Conn. State Dept. of Education). May 6, 1977
- Explaining the existence and value of money. Comment at Federal Reserve Bank of Minnesota Conference on Models of Monetary Economics, Dec. 7-8, 1978
- Foreign economic policy, depreciation of the dollar and domestic policy. Yale Law School, Conference on the United States Role in the Contemporary World, Jan. 20, 1979
- Asset accumulation and economic activity. (Reflections on Contemporary macroeconomic theory). Yrjö Jahnsson Lectures. Oxford, Basil Blackwell, 1980

- Inflation: the monetary and structural causes and cures. Paper given at Brooklyn College of the City University of New York, Conference on Society in Change Inflation through the ages: Economic, Social, Psychological and Historical Aspects, March, 1980
- Nobel memorial lecture: money and finance in the macro-economic process. Stockholm, Nobel Foundation, Dec., 1981
- Essays in economics; theory and policy. Cambridge, Mass., MIT Press, 685 p. (The papers of James Tobin, 3), 1982
- An era of prosperity ahead? Speech before the International Direct Market Symposium. Montreux, Switzerland, Apr. 27, 1983

Festschrift

- SCHULTZ, Theodore W. Tobin's national goals and economic policy. In: FARM policy review conference. North Carolina State College, Nov., 1961
- LEITE, José Alfredo Américo. A teoria monetária de Tobin. João Pessoa, Univ. Federal da Paraíba, Curso de Mestrado em Economia, 1982. 10 fls. (Série textos didáticos, 7).
- MYHRMAN, Johan. James Tobin's contributions to economics. *Scandinavian Journal of Economics*, 84 (1):89-99, 1982
- PURVIS, Douglas D. James Tobin's contributions to economics. *Scandinavian Journal of Economics*, 84 (1):61-88, 1982

Edições

- TOBIN, James & HESTER, D., eds. *Financial markets and economic activity*. New York, J. Wiley & Sons. (Cowles Foundation Monograph, n. 21), 1967
- TOBIN, James & HESTER, D., eds. *Risk aversion and portfolio choice*. New York, J. Wiley & Sons. (Cowles Foundation Monograph, n. 19), 1967

TOBIN, James & HESTER, D., eds. *Studies of portfolio behavior*. New York, J. Wiley & Sons. (Cowles Foundation Monograph, n. 20), 1967

Macroeconomics prices & quantities: essays in memory of Arthur M. Okun. Washington, D.C., The Brookings Institution, 1983

Trabalhos a Serem Editados

Interest (rate of) and "portfolio". Forthcoming in: Encyclopedia published by Società per Azioni, Milan, Italy.

Reflections inspired by proposed constitutional restrictions on fiscal policy. in: BOYER, Kenneth D. & SHEPHERD, William D., eds. *Economic regulation; papers in honor of James R. Nelson*. Forthcoming.

A short primer on inflation in the United States. Forthcoming in: THINK (IBM publication).

Comment on "On a theoretical and empirical basis of macroeconomic models", by Albert Ando. Forthcoming in: KMENTA, Jan & RAMSEY, James B., eds. *Large scale macro-econometric models: theory and practice*. Amsterdam, North-Holland Pub. (Oct. 1978. Univ. of Michigan Conference).

Diagnosing inflation: a taxonomy. Forthcoming in volume of Conference papers. (Israel, June 1979). Academic Press.

Expectations, attitudes, and economic behavior. Paper given at Founders Symposium, Univ. of Michigan Survey Research Center, Oct. 1979. Forthcoming.

The conservative counter-revolution in economic policy. Paper presented at New York University Sesquicentennial Conference, Oct. 16, 1981. Forthcoming.

Discussion "Fellner on the state of monetary policy". Forthcoming in Proceedings of the Colloquium on alternatives for economic policy, The Conference Board, Washington, D.C., June 11, 1981.

Discussion of Jack Guttentag and Richard Herring. Financial disorder and international banking. Wharton School Symposium on savings, investment and capital markets, March 1981. Forthcoming in volume to be published by Ballinger Pub. Co.

Keynesian policies in theory and practice, Forum on the policy consequences of J. Maynard Keynes, Holstra Univ., Sept. 22, 1983. Forthcoming. Adaptation "Keynes' Policies in theory and practice". Challenge p. 5-11, Nov./Dec. 1983.

“Literatura Econômica”: A Opinião dos Leitores

ANNA LUIZA OZORIO DE ALMEIDA *

GILBERTO V. DE CARVALHO **

1 — INTRODUÇÃO

Em outubro de 1982 e março de 1983 a Editoria da *Literatura Econômica (LE)* enviou circulares aos seus assinantes, acompanhadas de um pequeno questionário, a cujas respostas vinculava-se a renovação da assinatura para os anos subsequentes. Com uma tiragem-limite de 2.000 exemplares, a *LE* era distribuída, gratuitamente, aos assinantes da revista *Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)* e a uns poucos assinantes exclusivos, num total que já beirava esse limite, não deixando margem para outras solicitações que chegavam a cada momento. A melhor maneira encontrada para evitar atingir-se o estoque “zero” e de ter-se de negar o envio a futuros pretendentes foi, em primeiro lugar, desvincular a *LE* da *PPE* e, em segundo, passar a enviá-la tão-somente aos que pessoalmente respondessem ao questionário supracitado. Na circular de 22 de março de 1983 isto ficou bem claro: “... a assinatura da *Literatura Econômica* não está mais vinculada à da revista *Pesquisa e Planejamento Econômico*, passando a depender de pedido explícito, através do questionário anexo. A razão que nos levou a tomar essa resolução é que, tendo em vista o aumento da demanda pela revista, a única forma de evitar aumentar a tiragem atual foi através da eliminação das assinaturas em desuso, solicitando a opinião direta dos leitores realmente interessados”.

Foi essa a finalidade primordial da *enquête* efetuada na época. Porém, aproveitou-se o ensejo e tentou-se ir mais longe: levantar o perfil profissional do assinante, saber a sua opinião detalhada sobre a revista, coletar sugestões para o seu melhoramento e sondar quais as seções preferidas pelo leitor, e até mesmo suscetíveis de serem melhoradas, conservadas ou

* Do INPES/IPEA e da FEA/IEI/UFRJ.

** Do INPES/IPEA.

suprimidas. Como veremos adiante, no levantamento feito, essas tentativas foram bastante frutíferas.

As respostas chegavam, em princípio, com uma certa lentidão. Após o recebimento da 609.^a, foi feito um corte, a fim de se poder efetuar a necessária tabulação, mesmo porque (e isso é normal) as respostas já se repetiam, e as que ainda continuariam a chegar (e foram muitas) com certeza não modificariam substancialmente o quadro geral de opiniões. Agora, já de posse de mais de 1.500 respostas verificou-se que o corte fora feito no momento adequado: esses primeiros 609 questionários respondidos mostraram-se bem significativos e não foram modificados pelos demais. A Editoria resolveu, diante disso, publicar apenas a tabulação inicial.

Foram obtidas apenas 10 respostas negativas (antigos assinantes que não pretendiam continuar a receber a *LE*): duas solicitaram exclusão sem dar qualquer explicação — uma da Biblioteca do Ministério da Indústria e do Comércio (1) e outra da Coordenação Estadual do Planejamento do Estado do Espírito Santo; cinco alegaram que a *LE* fugia à sua especialidade (entre eles, um sociólogo do IUPERJ, um técnico em administração e a Biblioteca da Universidade de Bundoora, na Austrália); dois outros, economistas, alegaram que deixavam de ser assinantes apenas por “não ter tempo para lê-la, consultá-la, usar”; e um último, respondendo pela Biblioteca da USIMINAS, apresentou como motivo o fato de que naquela época estava havendo um remanejamento no seu acervo.

Algumas respostas, como sempre, foram originais, como a de um economista do Rio de Janeiro que considerou uma chantagem por parte da Editoria o fato de esta sujeitar a assinatura (gratuita) à resposta do questionário enviado. Duas bibliotecárias sugeriram que os resumos de livros e de artigos de revistas especializadas fossem impressos em forma de fichas, com 7,5 × 12,5 cm, destacáveis, prontas para a formação de um fichário (solicitação que, infelizmente, a Editoria não pode atender, tendo em vista a feitura semi-artesanal da *LE*). Um estudante de economia anotou, no espaço relativo à pergunta sobre a razão de desejar continuar a receber a *LE*, que gostava de ver, na seção “livros”, “as contradições dos economistas”.

Em seguida é apresentada a tabulação das respostas que bem definiram o perfil profissional dos assinantes e deram à Editoria a certeza de que a *LE* está ocupando um espaço que se encontrava realmente vago. Vê-se que, em cinco anos de existência, a revista tornou-se um instrumento válido de trabalho para professores, estudantes e profissionais de economia, além dos de outras áreas.

2 - TABULAÇÃO

N.º (%)

2.1 - Questionários Recebidos	609	—
Tirando-se as repetidas e as negativas	576	100,0

2.2 - Perfil Profissional dos Assinantes

Economistas	370	64,2
Economistas profissionais	148	25,7
Professores universitários de Economia ..	143	24,8
Estudantes universitários de Economia ..	79	13,7
Outros:	61	10,6
Demógrafos	1	0,2
Engenheiros	19	3,3
Administradores	12	2,1
Agrônomos	6	1,1
Geógrafos	2	0,3
Professores do Ensino Médio	3	0,5
Outros (empresários, advogados, militares, etc.)	18	3,1
Professores universitários de áreas que não a de Economia	14	2,4
Sociologia	3	0,5
Administração	2	0,3
Outras matérias	9	1,6
Estudantes universitários de áreas que não a de Economia	6	1,4
Administração	3	0,5
Outras áreas	3	0,5
Bibliotecas:	127	22,0
Sem especificação	9	1,6
De Escolas Superiores	24	4,2
De Centros de Pesquisa	22	3,8
De Serviço Público	33	5,7
De Empresas	39	6,8

Dos 143 professores universitários em Economia:

Pertencem a centros filiados à ANPEC ..	47	8,2
Pertencem a centros não-filiados à ANPEC	97	16,8

Destes não-filiados:

São de escolas localizadas nas capitais e grandes centros metropolitanos	58	10,1
São de outros centros (escolas do interior)	39	6,8

Observações: (i) nem sempre as respostas são claras, dependendo, portanto, de interpretação pessoal; (ii) algumas vezes elas são múltiplas (engenheiro e economista/professor de administração e estudante de economia, etc.) e, assim, nem sempre há coincidência entre a quantidade de respostas gerais e a de respostas detalhadas (esta observação é válida para todos os itens deste inquérito); (iii) ainda em relação ao item "perfil profissional" do assinante, é interessante ver as respostas ao item do questionário onde se pergunta "a quem serve melhor a LE" (item 2.5).

2.3 — Pergunta: Deseja Continuar Assinante da LE? Por Qué?

Como vimos, das 609 respostas, apenas 10 foram negativas. Ao subitem "por quê?", 98 deixaram o espaço em branco, apesar de terem dado resposta positiva (desejam continuar assinantes).

Dos que responderam ao subitem, as principais razões apontadas foram as seguintes:

	N.º	(%)
A LE ajuda na atualização e reciclagem	136	23,6
Proporciona boa informação bibliográfica	113	19,6
É ótima/boa fonte de consulta/referências	71	12,3
É útil, interessante, ajuda, etc. (respostas gerais)	62	10,8
É útil para a pesquisa	48	8,3
É do interesse dos usuários da biblioteca	53	9,2
É útil no trabalho do economista profissional	18	3,1
É útil no ensino	14	2,4

É o melhor/mais atualizado boletim bibliográfico da área	13	2,3
Pela qualidade das informações	10	1,7
Aumenta os conhecimentos	8	1,4
Completa as informações bibliográficas	7	1,2
É bom veículo para conhecimento do que se publica no Brasil	5	0,9
É a única revista no gênero, em português	4	0,7
Pelas excelentes resenhas/artigos/traduições, etc.	4	0,7
Porque é insubstituível/imprescindível	3	0,5
É útil para os artigos que escrevo (resposta de um jornalista)	1	0,2
O nível geral é bom	1	0,2
	571*	99,1

2.4 — *Que Seção(ões) Consulta mais Regularmente?*

A esta pergunta, 86 responderam que consultam todas as seções, enquanto 83 nada responderam. Dos restantes, as preferências foram as seguintes (notar que estas ultrapassam os 100%, visto que alguns leitores apontam mais de um item):

	N.º	(%)
Livros	150	26,0
Artigos	148	25,7
Periódicos	142	24,7
Resumos ("abstracts")	78	13,5
Pesquisas Económicas	75	13,0
Comunicações	37	6,4
Publicações Especiais	35	6,1
Pesquisas em Andamento	13	2,3
Prémio Nobel	2	0,3
	680	118,0

* N.B.: Muitos dão mais de uma resposta.

A esta pergunta acrescentou-se outra: Por que prefere consultar tal (is) seção (ões)? As respostas nem sempre foram bastante claras, frequentemente repetitivas, muitas delas difíceis de serem resumidas e outras de difícil interpretação. Procurou-se resumí-las como se segue:

Em primeiro lugar estão as respostas gerais, normalmente relativas às preferências por *todas* as seções:

	N.º	(%)
Todas são boas, úteis, interessantes, etc.	57	9,9
Atualizam os conhecimentos	9	1,6
Dão boas informações	9	1,6
Facilitam a aquisição de livros, revistas	6	1,4
São todas úteis para o ensino e a pesquisa	4	0,7
São fontes didáticas	2	0,3
Refletem a situação acadêmica	2	0,3
Facilitam a discussão dos mais diversos temas	1	0,2
	90	15,6

Sem resposta: 162

A maioria das respostas, porém, foram específicas, em que pese a observação acima:

Livros

	N.º	(%)
Informa sobre bibliografia/atualização bibliográfica ..	86	14,9
Útil para o ensino	23	3,9
Útil para a pesquisa	17	2,9
Indicativo das tendências do Brasil e de fora	14	2,4
Ajuda no acompanhamento da evolução da teoria econômica	8	1,4
Indicativo das tendências do exterior	4	0,7
Facilita na compra	3	0,5
A seleção é criteriosa	3	0,5
Ajuda na consulta de fontes	1	0,2
	159	27,6

Artigos *

É curioso o fato de, com frequência, terem sido apontadas as mesmas razões para a preferência "livros e artigos". Pouquíssimas se referiam apenas aos Artigos:

	N.º	(%)
Atualização	17	2,9
Útil, interessante, etc.	6	1,4
Traz idéias novas	3	0,5
A seleção é criteriosa	2	0,3
As traduções são boas	2	0,3
Ajuda nas aulas	1	0,2
	31	5,4

Periódicos

	N.º	(%)
Pela comodidade e rapidez na consulta	29	5,0
Mantém o leitor atualizado	22	3,8
Ajuda na procura de temas de interesse profissional ..	15	2,6
É útil, interessante, etc.	6	1,4
Pela criteriosa seleção	2	0,3
Facilita o contato com o pensamento estrangeiro	1	0,2
Permite o contato com revistas estrangeiras	1	0,2
	76	13,2

Pesquisas Econômicas

	N.º	(%)
Mantém o leitor atualizado	34	5,9
Útil ao trabalho e ao ensino	16	2,8
Dá idéia do que se faz nas universidades e nos centros de pesquisa	10	1,7
É a única publicação no gênero	1	0,2
Possibilita o contato com outros pesquisadores	1	0,2
	62	10,8

* N.B.: Refere-se aos artigos de frente publicados na LE, e não à seção bibliográfica que informa sobre artigos publicados em outros periódicos.

Resumos (de livros e de artigos de revistas)

	N.º	(%)
Proporciona uma visão do conjunto da produção ...	18	3,1
Facilita a rápida visão do conteúdo	17	2,9
Facilita a escolha/compra de livros	11	1,9
Atualização bibliográfica	13	2,3
	59	10,2

Observação: Estas 59 respostas a respeito dos "resumos" não exprimem de maneira total as preferências sobre a seção. No item "sugestões para melhoria da *LE*", houve quatro blocos de respostas, como veremos, que o completaram: 19 assinantes sugeriram a ampliação da seção; 3 pediram que os resumos sejam mais críticos, e não apenas descritivos; 1 solicitou que a seção seja melhorada; 1 pleiteou que se publiquem os resumos de todos os livros das bibliotecas do IPEA.

Publicações Especiais

	N.º	(%)
Atualização	22	3,8
É a única publicação no gênero	2	0,3
É útil, interessante, etc.	1	0,2
	25	4,3

Comunicações

	N.º	(%)
Atualização	22	3,8
Contém matérias dificilmente encontradas em outras publicações	2	0,3
	24	4,2

Pesquisas em Andamento

	N.º	(%)
Dá idéia do que se faz no País	11	1,9
Ajuda o contato com pesquisadores	5	0,9
Atualiza o pesquisador	1	0,2
	17	2,9

2.5 — *A Quem Serve Melhor a LE?*

Esta pergunta era dirigida, isto é, fez-se uma listagem de cinco possíveis usuários, solicitando ao assinante uma resposta seletiva, de 1 a 5, sendo 1 o usuário principal. Deixou-se uma sexta opção, em aberto, intitulada "Outros", onde o assinante teria a sua liberdade de escolha. Parece que, de maneira geral, os assinantes acharam exaustivas as cinco propostas, uma vez que foram raros os que preencheram esse sexto item: apenas 30 indicações de "outros", sendo que algumas de uma mesma pessoa. Começemos por elas.

A LE serve melhor, entre outros, a:

	N.º	(%)
Qualquer um, mesmo não sendo economista	11	1,9
Cientistas Sociais	4	0,7
Economistas fora da profissão, mas sempre desejosos de atualização	4	0,7
Editoras	3	0,5
Jornalistas	2	0,3
Administradores	2	0,3
Empresários	2	0,3
Governo	1	0,2
Livrarias	1	0,2
	30	5,2

As respostas diretamente dadas aos cinco itens propostos, de certa maneira, completaram o perfil profissional dos assinantes da *LE*:

262 deram 1.º lugar ao pesquisador;

229 deram 2.º lugar ao professor;

109 deram 3.º lugar ao economista profissional;

127 deram 4.º lugar ao estudante;

118 deram 5.º lugar à biblioteca.

(Ver o quadro geral na página seguinte.)

Prioridade	Estudante		Professor		Pesquisador		Economista Profissional		Biblioteca	
	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	(%)
1.º lugar	19	3,28	89	15,5	262	45,5	60	10,4	63	10,9
2.º lugar	28	4,9	229	39,8	121	21,0	87	15,1	41	7,1
3.º lugar	109	18,9	100	17,4	47	8,2	109	17,9	66	11,5
4.º lugar	127	22,0	42	7,3	15	2,6	87	15,1	101	17,5
5.º lugar	95	16,5	4	0,7	5	0,9	74	12,8	118	20,5
Sem Indicação Numérica de Qualificação	13	2,3	27	4,7	40	6,9	24	4,2	28	4,7
Total	391	67,9	491	85,2	490	85,1	441	76,6	417	72,4
Sem Resposta	114	19,8	85	14,8	70	12,2	96	16,7	103	17,9

NOTA: "Sem resposta" — 114 dos respondentes talvez achem que a LE interessa aos estudantes; 85, Idem, quanto aos professores; e assim por diante.

2.6 — *Você Tem alguma Sugestão para Melhorar a LE?*

A esta questão, 345 assinantes não deram qualquer resposta e 32 se declararam plenamente satisfeitos com a situação atual. Grande parte, porém, foi bastante pródiga em novas idéias, as mais variadas, que procuramos dividir nos itens seguintes.

Sugestões relativas à própria revista

	N.º	(%)
Manter o nível atual/não acabar/manter uma tradição	13	2,3
Publicar sumário detalhado em cada número (temas, autores, etc.)	7	1,2
Melhorar a apresentação gráfica/tipos maiores	7	1,2
Publicar índice analítico a cada cinco anos	6	1,0
Publicar números especiais sobre temas especiais (foram citados: Economia Urbana, Desenvolvimento, etc.)	2	0,3
Cumprir melhor os prazos/catalogar as publicações por assunto, por título e por autor/maior divulgação, também entre não-economistas/deveria passar a ser mensal/ter na lombada título, mês, ano, volume, número/tentar atingir, também, economistas não-acadêmicos/apresentar algo especificamente para estudantes/criar uma página do leitor	8	1,4
	43	7,5

Sugestões para criação de novas seções e serviços

	N.º	(%)
Publicar estudos sobre os melhores métodos de ensino em escolas de ciências econômicas/promover debates sobre métodos de ensino dessa matéria no Brasil	9	1,6
Procurar meios de fornecer cópia de artigos, teses, etc., com ou sem pagamento	7	1,2
Criar seção especializada em Agricultura, Indústria, Investimentos, Demografia, etc.	5	0,9
Dar cobertura, também, a centros não-filiados à ANPEC, como IPLAN, FUNCEX, etc., e outros Centros de Pós-Graduação	4	0,7

Indicar Instituto/Editora, endereço, etc., de teses que tenham sido ou venham a ser publicadas	3	0,5
Seção nova com as teses defendidas em nível de pós-graduação, com resumos dos próprios autores	2	0,3
Divulgar acordos com bibliotecas especializadas fora do eixo Rio-São Paulo, para favorecer estudiosos de outros centros	2	0,3
Publicar as novidades do IPEA/publicar endereço de autores de teses, para contato/incluir tópico específico para temas de teses de mestrado e doutorado/criar "banco de dados" sobre a economia, com acesso livre ao público/publicar, em capítulos, um curso prático de orientação de pesquisa científica	5	0,9
	37	6,4

Mais sobre o Brasil

	N.º	(%)
Mais artigos sobre economia brasileira	20	3,5
Abordagens sobre conseqüências da economia interna/externa sobre a vida do Brasil	7	1,2
Maior e melhor cobertura de periódicos nacionais (são citados: Revista de Finanças Públicas, Revista da Fundação João Pinheiro, Revista Paranaense de Desenvolvimento, Revista da Universidade Rio dos Sinos, etc., e até jornais, como a Gazeta Mercantil)	7	1,2
Depois da série "Prêmio Nobel", iniciar série de grandes economistas brasileiros (vivos e mortos)	5	0,9
Levantamento de trabalhos sobre o Brasil, publicados no exterior	4	0,7
Mais sobre Econometria, Contabilidade, Finanças, etc., de autores brasileiros	3	0,5
Algo sobre os grandes itens atuais, como, por exemplo, o álcool, etc.	3	0,5
Comparação entre soluções do nosso Governo e os de outros países quanto a problemas econômicos idênticos	2	0,3
	51	8,9

Houve também sugestões referentes diretamente a algumas seções:

Livros

	N.º	(%)
Ampliar a seção "Resumos"	19	3,3
Aumentar a quantidade de bibliografia tematizada ..	5	0,9
Bibliografia conforme os itens do JEL	4	0,7
Informar os endereços das editoras	3	0,5
Tornar os "abstracts" menos descritivos (mais críticos)	3	0,5
Criar uma página para livros novos em português	2	0,3
Publicar os "Resumos Informativos" em forma de fichas de 7,5 X 12,5, a fim de facilitar a formação de arquivo	2	0,3
Publicar listagem dos lançamentos, independentemente de ter ou não recebido (utilizado os catálogos das editoras) / publicar o índice dos novos lançamentos — com resumo ou não/melhorar ou suprimir os "Resumos Informativos"	4	0,7
	42	7,3

Periódicos

	N.º	(%)
Classificar os artigos por temas	7	1,2
Como é feito com "Livros", também publicar lista dos melhores artigos/publicar endereço e condições (preços) para assinatura das revistas/tentar um levantamento das revistas mais em cima da data	3	0,5
	10	1,7

Artigos

	N.º	(%)
Ampliar a seção	14	2,4
Mais artigos sobre temas iguais, para possibilitar estudos comparativos	8	1,4
Publicar, em cada número, um artigo clássico/um grande artigo de difícil acesso para o brasileiro	8	1,4

Publicar, anualmente, artigo do ganhador do Prêmio Nobel/por que ele ganhou o Prêmio?	4	0,7
Artigos sobre Economia Rural, Agropecuária e afins	2	0,3
Publicar artigos sobre resultados positivos de pesquisas/com estudos de casos aplicados ao planejamento empresarial/comentários dos grandes clássicos	3	0,5
	39	6,8

Pesquisas

	N.º	(%)
Ampliar a seção "Pesquisas Econômicas"	6	1,0
Ampliar a seção "Pesquisas em Andamento"	2	0,3
Publicar sumário bimestral das pesquisas concluídas/ publicar as fontes dos dados estatísticos das pesquisas/ relacionar as pesquisas de todas as escolas superiores, para que a informação seja mais completa	3	0,6
	11	1,9

3 — CONCLUSÕES

Computando os resultados deste inquérito, cujas respostas vez por outra ainda chegam, uma primeira conclusão emerge: os que até agora enviaram suas opiniões têm a *LE* em alto conceito, fazem questão que ela continue a existir, crie uma tradição. Alguns chegam mesmo ao nível da retórica, quando afirmam que a *LE* é insubstituível, é imprescindível, "está perfeita como está". Além disso, não são poucos os que afirmam que é ótima fonte de consulta, de atualização bibliográfica, para a reciclagem de alunos e professores, etc. Nem mesmo os 10 assinantes que não desejam mais recebê-la fazem quaisquer críticas negativas ao seu conteúdo. Houve muitas sugestões, todas elas, porém, visando à sua ampliação, à ampliação de algumas seções preferidas, à criação de novas seções. Alguns parece que não entenderam muito bem o espírito da revista, que, na realidade, se orienta principalmente para a divulgação da literatura econômica com alguns artigos em torno desse assunto, acrescida de artigos clássicos de difícil acesso, e sugerem seções novas com estudos

sobre diversos temas, discussões e até aulas (apostilhas) sobre economia. São, entretanto, exageros causados pela penúria de literatura especializada em nossas bibliotecas e pelo amor que têm pela revista. O que não deixa de ser um elogio.

Outro ponto interessante, tirado das respostas dos leitores, é a necessidade de maior abertura e de maior extensão da *LE* no que toca às suas fontes e à sua clientela. Explicando melhor: são bastante numerosas as sugestões no sentido de que a *LE* seja divulgada também entre não-economistas; adote uma linguagem que possa atingir o economista não-acadêmico; apresente sempre algo do interesse dos estudantes; crie uma página do leitor; faça melhor e maior cobertura de periódicos nacionais, como, por exemplo, as revistas de Finanças Públicas, da Fundação João Pinheiro, da Universidade Rio dos Sinos, Paranaense de Desenvolvimento, etc.; dê cobertura também a Centros de Economia não-filiados à ANPEC (alguns exemplos citados: IPLAN, FUNCEX e demais centros de pós-graduação); divulgue acordos com bibliotecas especializadas fora do eixo Rio-São Paulo, a fim de favorecer a estudiosos de outros centros; crie seção específica sobre economia regional; crie um banco de dados acessível ao público. Mesmo que uma ou outra dessas sugestões seja criticável, resta, porém, que elas significam um desejo de que a *LE* se expanda, atinja uma clientela maior.

É bom lembrar também outra sugestão dos leitores: a melhoria do aspecto gráfico da *LE*, com tipos maiores para facilidade da leitura, publicação de sumários (temas, títulos, autores, editoras com o seu endereço, preços de compra e de assinatura), numeração de cada exemplar na lombada (número, volume, data), "resumos" em forma de fichas.

Enfim, todos os assinantes da *LE* que responderam ao questionário, pretendendo, assim, continuar a recebê-la, gostam da revista, acham-na necessária para o seu trabalho. O que sugerem para a sua melhoria são medidas que a ampliem, a tornem mais acessível (sem lhe baixar o nível), dêem-lhe uma apresentação que melhore o seu manuseio.

O Novo Currículo Mínimo de Economia e sua Aplicação

FLÁVIO R. VERSIANI *

1 — INTRODUÇÃO

A recente aprovação do novo currículo mínimo do curso de graduação em Ciências Econômicas, a vigorar a partir do próximo ano, marca o término de mais de uma década de esforços em favor de uma reforma no currículo atual, em vigor desde 1962.¹ Pode-se dizer, assim que se abre agora uma nova fase no ensino de Economia no País.

Seria certamente ingênuo esperar que as modificações ora introduzidas pudessem trazer, a curto prazo, melhoras sensíveis nos cursos de Economia, cujos maiores problemas estão ligados, como é notório, a causas estruturais mais amplas. No entanto, é certo que o novo currículo abre a possibilidade de uma modernização do ensino, na área, em mais de uma direção. Três inovações podem ser destacadas nesse sentido: a elaboração da Monografia de graduação, que agora é exigida e poderá ser um instrumento poderoso de aprendizado; o sistema de desdobramento de matérias, com limites máximos e mínimos, que poderá conduzir a um curso mais equilibrado e mais concentrado nas áreas básicas de formação profissional; e as recomendações quanto à orientação geral do curso e ao conteúdo de algumas matérias, que poderão facilitar modificações para melhor em seu ensino.

Pode-se esperar, por outro lado, que a entrada em vigor do novo currículo desperte algumas inquietações. Há, por exemplo, o temor, já manifestado por algumas escolas, de que ele venha a ser uma camisa-de-força no planejamento dos cursos, tolhendo a diversidade e a introdução

* Professor da Universidade de Brasília e membro do Conselho Federal de Economia.

¹ O novo currículo mínimo consta do Parecer n.º 375/84, aprovado no Conselho Federal de Educação em 6 de junho, homologado pela Ministra da Educação e Cultura em 26 de junho e publicado no *Diário Oficial da União* de 28 de junho de 1984.

de inovações nos currículos plenos. Teme-se também que a implementação de alguns dos novos requisitos — como a Monografia — possa ser complicada e problemática.

Será útil que esses receios e dúvidas sejam colocados numa perspectiva correta. Em primeiro lugar, é preciso ver que as normas sobre a aplicação de currículos mínimos incluem certas flexibilidades, às vezes pouco conhecidas e utilizadas, que facilitam a sua adaptação à visão particular que um dado departamento ou faculdade tenha do ensino de Economia. Assim, adequadamente aplicado, o novo currículo mínimo não restringe, necessariamente, a liberdade de orientação didática de cada unidade de ensino. Além disso, os problemas de adaptação, que certamente existirão, poderão ser minimizados pela compreensão correta do sentido das modificações introduzidas. O que se faz necessário é que o novo currículo mínimo seja bem entendido e bem aplicado.

Dentro desse espírito, o presente texto tem o propósito de destacar os pontos principais da reforma e de discutir algumas questões mais importantes ligadas à sua implantação.

2 — O SENTIDO DA REFORMA CURRICULAR

As modificações introduzidas pelo novo currículo mínimo refletem um processo de discussão sobre a reforma curricular de Economia que vem desde o início dos anos 70. A primeira proposta concreta nesse sentido originou-se de um seminário sobre o ensino de Economia promovido em 1972 pela ANPEC (Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia).² Nos anos subsequentes, houve outras iniciativas e propostas, sem que, no entanto, se chegasse a resultados práticos.

Foi a partir de 1980 que se tomaram medidas concretas, na área do Ministério da Educação e Cultura, com vistas à pretendida reforma. No final desse ano, a Secretaria de Educação Superior do MEC designou uma Comissão Especial de três professores para oferecer sugestões sobre

² Ver LIMA, Ricardo R. A. Revisão do currículo mínimo de Economia. *Boletim Informativo do CREP*, Brasília, jul./ago. 1973. Este texto inclui a proposta levada ao seminário pelo autor, em nome do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, e que foi aprovada, com alterações marginais, naquele encontro.

um novo currículo mínimo de Economia.³ Após suas primeiras reuniões, essa Comissão propôs à SESU a convocação de um grupo mais amplo de professores e profissionais de Economia, de reconhecida experiência em suas áreas de atuação, para opinar sobre a reforma curricular.⁴

A Comissão, em estreito contato com o Grupo de Consulta, esteve em atividade até meados de 1983, com duas fases distintas de atuação. De início, o objetivo de seus trabalhos foi a fixação dos princípios gerais sobre os quais se devia apoiar a reforma. Esses princípios, juntamente com uma anteproposta do novo currículo mínimo, foram enfeixados, em abril de 1981, num documento destinado à discussão por profissionais, professores e estudantes de Economia. Numa segunda fase, a Comissão, tendo em conta as sugestões e críticas suscitadas por tal documento, dedicou-se à elaboração de um Relatório Final de suas atividades, enviado à SESU em julho de 1983. Esse Relatório serviu de base ao Parecer do Conselho Federal de Educação que introduziu o novo currículo mínimo.⁵

O Conselho Federal de Economia teve participação central no processo de divulgação e discussão do documento da Comissão, que foi enviado pelo CoFEcon a todos os cursos de Economia do País e respectivas representações estudantis, assim como aos Conselhos Regionais de Economia, sindicatos, associações profissionais, etc. As sugestões recebidas foram consolidadas e discutidas no IX Simpósio de Conselhos de Economia, em julho de 1982, onde se aprovou um projeto substitutivo de reforma, agregando vários elementos novos à proposta original da Comissão.

Esse breve histórico dá um pano de fundo para a melhor compreensão das características da reforma ora aprovada, resultante de um processo amplo e complexo de consulta e discussão em que nem sempre houve a possibilidade de soluções de consenso. No caso de posições francamente

³ A Comissão foi constituída pelos Profs. Flávio Rabelo Versiani, da Universidade de Brasília, José Alberto Magno de Carvalho, da Universidade Federal de Minas Gerais, e Ricardo R. A. Lima, da Universidade de Brasília.

⁴ Fizeram parte do Grupo de Consulta os Profs. Armando Mendes, da Universidade Federal do Pará e do Conselho Federal de Educação, Cláudio de Moura Castro, então da CAPES/MEC, Clélia de Castro, da Universidade Federal de Juiz de Fora, Herbert Calhau, da SESU/MEC, Isaac Kerstenetzky, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Luis Paulo Rosenberg, do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, Marcos Formiga, do CNPq, Paulo Renato de Souza, da Universidade Estadual de Campinas, Ricardo Duarte, da Universidade Federal do Ceará, Roberto B. M. Macedo, da Universidade de São Paulo, e Yony Sampaio, da Universidade Federal de Pernambuco.

⁵ O autor do Parecer n.º 375/84 foi o Conselheiro Armando Mendes, também membro do Grupo de Consulta.

divergentes, o projeto finalmente adotado refletiu quase sempre a busca de uma solução que preservasse a liberdade de escolha por parte de cada instituição, procurando-se antes de tudo garantir a diversidade sem pretender ignorar o pluralismo de posturas — ou, o que seria pior, sem impor unilateralmente uma posição uniforme. Mas é claro que as soluções a que se chegou refletirão também, em algum grau, a visão pessoal dos membros da Comissão e do Grupo de Consulta, assim como a do autor do Parecer do Conselho Federal de Educação e dos seus membros.

Por outro lado, é importante assinalar o grau elevado de convergência que se observou em relação a várias características da reforma nas diferentes fases de sua discussão. Quanto a isso, os seguintes pontos devem ser destacados:

Ênfase na formação teórica — A preocupação com o caráter superficial e genérico da formação proporcionada em muitos cursos de Economia esteve presente desde o Seminário de 1972 e foi ressaltada no documento de 1981 da Comissão, que defendia a necessidade de dar ênfase a uma “formação teórica sólida (que naturalmente pressupõe um conhecimento adequado do quadro histórico-institucional em que se insere a realidade à qual se aplicam as abstrações teóricas), ao invés de pretender concentrar o curso em aspectos ‘práticos’ da realidade econômica”. Esta preocupação refletiu-se de duas formas na elaboração do novo currículo mínimo: de um lado, fixaram-se limites *mínimos* para as horas-aula dedicadas a matérias teóricas; e, de outro, estabeleceu-se um limite *máximo* para o desdobramento de matérias introdutórias ou auxiliares. Esta última providência teve também o propósito de impedir a prática, hoje presente em algumas escolas menores, de incluir no curso de Economia um grande elenco de disciplinas de Administração ou de Contabilidade, a título de desdobramento de “Introdução à Administração” ou de “Contabilidade Geral”, matérias do currículo mínimo atual.

Ênfase na formação histórico-institucional — Houve também amplo consenso quanto à necessidade de reforçar a formação em “História Econômica”, brasileira e mundial, e de procurar proporcionar ao estudante um conhecimento adequado do quadro institucional econômico no Brasil. O resultado concreto disso foi o aumento das matérias históricas (aliado a um limite mínimo para seu desdobramento), além de recomendações quanto ao conteúdo de algumas matérias.

Monografia como requisito de graduação — Essa inovação, já adotada em outros bacharelados, relacionou-se à constatação de que a formação de economistas freqüentemente se ressentia de um treinamento deficiente na redação de trabalhos escritos, do que decorre uma baixa capacidade de desenvolver e expor argumentos de maneira articulada e formalmente correta. Introduzida pela primeira vez no documento da Comissão, a idéia da Monografia recebeu apoio da quase totalidade das instituições que sobre ela se manifestaram, verificando-se mesmo que em diversos cursos de Economia já existe atualmente uma exigência semelhante (houve também preocupações quanto à colocação em prática dessa norma, o que será discutido adiante).

Pluralismo metodológico — No correr das discussões sobre a reforma curricular, várias vozes manifestaram-se no sentido de que o novo currículo mínimo de alguma forma facilitasse, ou mesmo promovesse, a apresentação de paradigmas teóricos alternativos aos incluídos nos livros-texto mais correntes, especialmente em matérias como “Macroeconomia” e “Microeconomia”. Para alguns, os próprios títulos dessas matérias, tradicionalmente identificados com um dado conteúdo programático, seriam um obstáculo à adoção de uma orientação menos ortodoxa no ensino da teoria. Dentro de tal perspectiva, a proposta originária do CoFEcon propunha várias inovações nos rótulos das matérias: “Macroeconomia” e “Microeconomia”, por exemplo, seriam suprimidas, colocando-se em seu lugar, simplesmente, “Teoria Econômica”. Como esta modificação drástica suscitou reações desfavoráveis, a solução adotada no Parecer n.º 375/84 foi a de manter os nomes usuais das matérias, incluindo em compensação recomendações explícitas quanto à necessidade de abrir espaço, no curso, para abordagens alternativas.

Flexibilidade: matérias de escolha — Dentro da idéia de proporcionar a cada faculdade ou departamento a possibilidade de dar mais ênfase a certas matérias (levando em conta a especialização do corpo docente, os interesses dos estudantes, os fatores regionais, etc.), as propostas de reforma curricular incluíram, desde a primeira delas, em 1972, disposição permitindo que o currículo mínimo possa variar de escola para escola, dentro de certos limites. Assim, o currículo mínimo agora aprovado tem uma parte fixa, comum a todos os cursos, e uma parte aberta à escolha do colegiado de cada curso.

Distinção entre Economia e Administração — Existe freqüente confusão, por parte dos estudantes, acerca das áreas de atuação profissional do economista e do técnico em administração. Como muitos estudantes de Economia estariam, de fato, melhor situados num curso de Administração, dado o tipo de atividade profissional que pretendem exercer, julgou-se útil que o novo currículo mínimo procurasse demarcar melhor a distinção entre as duas áreas.

Orientação do curso: princípios gerais — O currículo mínimo é um conjunto de títulos de matérias; nada se diz sobre o conteúdo de seus programas, que deve ser decidido pelos professores de cada departamento ou faculdade. E não podia ser de outra forma, já que a fixação de programas ou ementas traria um elemento inadmissível de rigidez ao ensino, ainda mais quando se considera a possibilidade de que um dado currículo mínimo permaneça em vigor por largo espaço de tempo (o atual, por exemplo, foi fixado em 1962). Não obstante, algumas questões ligadas à fixação e desenvolvimento de programas pareceram de tal importância que se concluiu ser justificada a inclusão, no novo currículo mínimo, de normas específicas a esse respeito. Assim, além de recomendações sobre certas disciplinas, que veremos a seguir, o ato que fixou o novo currículo estabeleceu explicitamente alguns princípios quanto a quatro pontos: o comprometimento do curso “com o estudo da realidade brasileira, sem prejuízo de uma sólida formação teórica, histórica e instrumental”; o pluralismo metodológico; a necessidade de se enfatizarem “as inter-relações ligando os fenômenos econômicos ao todo social em que se inserem”; e a necessidade de se “transmitir ao estudante, ao longo do curso, o senso ético de responsabilidade social que deverá nortear o exercício futuro de sua profissão”.

3 — A IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO CURRÍCULO

Ao se considerar a questão da aplicação do novo currículo mínimo, é conveniente ter em mente uma comparação com aquele que atualmente está em vigor, como se pode observar na tabela a seguir. Dessa comparação ressalta, à primeira vista, o maior número de matérias do que agora se introduz: 24 contra 17 no currículo mínimo ora em vigor. Deve-se notar, no entanto, que essa impressão é, em grande parte, uma ilusão de ótica.

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ECONOMIA: O VELHO E O NOVO CURRÍCULO MÍNIMO

Curriculo em Vigor
(Parecer n.º 397/62)

Novo Currículo Mínimo
(Parecer n.º 375/84)

CICLO BÁSICO

1. Introdução à Economia
2. Matemática
3. Contabilidade
4. Estatística
5. História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil
6. Geografia Econômica
7. Instituições do Direito
8. Introdução à Administração
9. Sociologia

CICLO PROFISSIONAL

1. Análise Microeconômica
2. Contabilidade Nacional
3. Economia Internacional
4. Moedas e Bancos
5. História do Pensamento Econômico
6. Análise Macroeconômica
7. Finanças Públicas
8. Política e Programação Econômica

I — MATÉRIAS DE FORMAÇÃO GERAL

I—A — Núcleo Comum (seis matérias)

1. Introdução às Ciências Sociais (Evolução das Ideias Sociais)
2. Introdução à Economia
3. Matemática
4. Introdução à Estatística Econômica
5. Instituições de Direito
6. Contabilidade e Análise de Balanços

I—B — Matérias de Escolha (pelo menos uma entre as seguintes)

7. Sociologia
8. Ciência Política
9. Antropologia
10. Economia e Ética

II — MATÉRIAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

II—A — Núcleo Comum — Formação Teórico-Quantitativa (oito matérias)

11. Estatística Econômica e Introdução à Econometria
12. Contabilidade Social
13. Teoria Macroeconômica
14. Teoria Microeconômica
15. Economia Internacional
16. Economia do Setor Público
17. Economia Monetária
18. Desenvolvimento Sócio-Econômico

II—B — Núcleo Comum— Formação Histórica (quatro matérias)

19. História do Pensamento Econômico
20. História Econômica Geral
21. Formação Econômica do Brasil
22. Economia Brasileira Contemporânea

II—C — Núcleo Comum — Trabalho de Curso (duas matérias)

23. Técnicas de Pesquisa em Economia
24. Monografia (atividade curricular)

II—D — Matérias de Escolha (pelo menos três entre as seguintes)

25. Política e Planejamento Econômico
26. Elaboração e Análise de Projetos
27. Processamento de Dados
28. Econometria
29. Economia Agrícola
30. Economia Industrial
31. Economia Regional e Urbana
32. Economia do Trabalho
33. Demografia Econômica
34. Economia dos Recursos Naturais
35. Economia dos Transportes
36. Economia da Energia
37. Economia da Tecnologia
38. Administração
39. Metodologia da Análise Econômica

Em primeiro lugar, se se considerar que as matérias eram anuais na época em que o currículo mínimo atual foi implantado, vê-se que a rigidez era então bem maior: impunha-se um currículo mínimo abrangendo de fato 34 matérias. Além disso, mesmo em comparação com a situação presente, em que predominam disciplinas semestrais, verifica-se que o novo currículo mínimo simplesmente normaliza uma prática de desdobramentos que já é corrente, ao menos nos cursos de melhor qualidade (como nos casos de "Estatística" e "História Econômica").

Em faculdades onde o currículo mínimo atual tenha poucos desdobramentos, o novo currículo mínimo representará, certamente, uma proporção maior do currículo pleno do que antes. No mais das vezes, isto será uma evolução na direção certa, forçando uma concentração maior do curso em matérias básicas para a formação do economista.

Os passos a serem seguidos para a implementação do currículo mínimo podem ser descritos como se segue:

I — *Fixação das "matérias de escolha"* — Como dito anteriormente, o currículo mínimo não é único para todos os cursos: há certa margem de escolha, de tal forma que cada faculdade ou departamento de fato terá sua própria versão do currículo mínimo. Como indicado na tabela, o colegiado de orientação didática de cada curso escolherá *pelo menos uma* das matérias do grupo I-B e *pelo menos três* das matérias do grupo II-D.

A escolha relativa ao grupo I-B proporciona ao departamento ou faculdade a possibilidade de optar pela matéria que melhor se ajusta ao objetivo de fornecer uma formação complementar na área de Ciências Sociais, tendo em conta as condições específicas da instituição de ensino. Nas universidades, em especial, tais matérias são em geral lecionadas por professores de outro departamento, o que às vezes torna difícil garantir que o programa adotado seja o mais apropriado para o curso de Economia. Com a flexibilidade agora introduzida, este problema é minimizado.

As opções dentro do grupo II-D têm também o sentido de aumentar o escopo de decisões de cada escola, propiciando a escolha entre enfatizar matérias já constantes do currículo mínimo atual ou usualmente oferecidas como optativas ("Política e Planejamento Econômico", "Elaboração e Análise de Projetos", "Econometria", "Administração"), ou então dar preferência a matérias voltadas para áreas específicas de Economia, tanto áreas tradicionais ("Economia Agrícola", etc.) como emergentes ("Economia da Tecnologia", etc.), ou ainda matérias complementares de formação

(tão diversas como "Processamento de Dados" e "Metodologia da Análise Econômica"). A idéia aqui é sugerir rumos de diversificação do ensino de Economia, além do núcleo de matérias básicas. As matérias não escolhidas como parte do currículo mínimo de um dado curso poderão, evidentemente, fazer parte do currículo *pleno* respectivo, juntamente com outras não listadas no grupo II-D.

Cabem aqui duas observações. Primeiro, as escolhas não são irreversíveis: mudando as condições objetivas que determinaram uma dada opção (disponibilidade de professor com certa especialização, por exemplo), esta poderá ser alterada — embora seja de bom senso que as alterações não se tornem muito freqüentes. Segundo, no caso de opção por mais de quatro matérias de escolha, será necessário levar em conta que o número global de horas-aula das disciplinas em que se desdobram as matérias do currículo mínimo não poderá ultrapassar determinado teto, como se verá a seguir. Assim, quanto mais matérias de escolha forem incluídas, menos espaço haverá para o desdobramento de outras matérias do currículo mínimo.

2 — *Desdobramento do currículo mínimo em disciplinas* — Como já acontece atualmente, as matérias do currículo mínimo poderão ser desdobradas em uma ou mais disciplinas, a critério de cada departamento ou faculdade. O que nem sempre se percebe é que esse mecanismo oferece a possibilidade de uma aplicação muito flexível do currículo mínimo, conformando-o à orientação adotada em cada curso. Nada impede, por exemplo, que determinadas matérias sejam desdobradas de forma a enfatizar tópicos considerados de importância particular (por exemplo: "Organização Industrial", "Economia Latino-Americana" e "Álgebra Linear" poderiam ser desdobramentos de "Teoria Microeconômica", "História Econômica Geral" e "Matemática", respectivamente). E nem esses desdobramentos terão que ser necessariamente cursados em seqüência, podendo ser útil, ao contrário, apresentar uma disciplina introdutória de determinada matéria no início do curso e deslocar outra disciplina da mesma matéria para os últimos semestres (o que pode ser o caso para "História do Pensamento Econômico", por exemplo).

De qualquer forma, os desdobramentos terão que obedecer a certos limites. Em primeiro lugar, o currículo mínimo como um todo não pode, com seus desdobramentos, corresponder a mais de 80% do total mínimo exigido para o curso de Economia como um todo (2.700 horas-aula). Em

outros termos, tomando como referência disciplinas de 60 horas-aula, o curso terá no mínimo 45 disciplinas ($2.700 \div 60$), dentre as quais no máximo 36 corresponderão a matérias do currículo mínimo.

Além disso, as Matérias de Formação Geral não poderão cobrir mais de 720 horas (ou 12 disciplinas de 60 horas-aula), dentro da idéia de evitar um destaque excessivo a disciplinas introdutórias ou instrumentais. Um desdobramento obviamente indicado aqui é o de "Matemática", pois não se poderá propiciar uma formação matemática adequada em menos de duas ou três disciplinas de 60 horas.

Por outro lado, há também limites mínimos: "Teoria Microeconômica" e "Teoria Macroeconômica" terão que ser desdobradas, no seu conjunto, em não menos do que 240 horas-aula; as quatro Matérias de Formação Histórica terão que corresponder a, no mínimo, 300 horas-aula; e os créditos da Monografia equivalerão a 240 horas-aula. Vê-se, então, que essas sete matérias do currículo mínimo (embora Monografia não seja bem uma "matéria") terão que se desdobrar em pelo menos 13 disciplinas de 60 horas. Conseqüentemente, as 24 matérias do novo currículo mínimo corresponderão a, no mínimo, 30 dessas disciplinas.

Em resumo, e raciocinando sempre com disciplinas de 60 horas-aula:

- o curso de Economia terá, no mínimo, 45 disciplinas; e
- o currículo mínimo corresponderá, no mínimo, a 30 e, no máximo, a 36 disciplinas.

3 — *Fixação do currículo pleno* — Discriminado o currículo mínimo, restará estabelecer as chamadas "disciplinas complementares", que completarão o currículo pleno. Como visto anteriormente, haverá espaço para nove a 15 disciplinas complementares (de 60 horas), com o intuito de se atingir o total de 2.700 horas-aula — dependendo do número de desdobramentos das matérias do currículo mínimo.

É importante notar que algumas das disciplinas complementares poderão também ser definidas como obrigatórias pelo colegiado de cada curso, o que amplia o âmbito de decisão das faculdades ou departamentos. Tudo o que se exige é que algumas disciplinas (cujo número não é preestabelecido) sejam optativas para os alunos.

4 — *As matérias novas* — É bom atentar, quando da elaboração dos programas, para os objetivos que se pretendeu atingir com a introdução de novas matérias, especialmente no caso de "Introdução às Ciências Sociais" e de "Técnicas de Pesquisa em Economia".

Com "Introdução às Ciências Sociais" — que tem como subtítulo "Evolução das Idéias Sociais" — o propósito é transmitir ao estudante uma visão do processo de formação das Ciências Sociais, tendo como pano de fundo uma perspectiva histórica ampla, abrangendo as grandes transformações sociais dos últimos dois a quatro séculos. A idéia é que o estudo da matéria inclua a leitura orientada de autores clássicos, não só de Economia, mas também de outras Ciências Sociais.

"Técnicas de Pesquisa em Economia", matéria destinada precipuamente a preparar os alunos para a elaboração da Monografia de graduação, deverá tratar de problemas associados à coleta, utilização e apresentação de dados primários e secundários, familiarizar o estudante com as fontes de informações estatísticas mais importantes sobre a economia brasileira e, em geral, favorecer o desenvolvimento da capacidade de expor argumentos econômicos de maneira clara, articulada e formalmente correta, inclusive no que toca a regras formais de apresentação.

5 — *A Monografia* — Como dito antes, o objetivo da introdução da Monografia como requisito de graduação é proporcionar ao estudante o treinamento numa atividade que será central ao seu exercício profissional futuro, qualquer que seja sua área de atuação: a preparação de trabalhos escritos. A idéia é que o último semestre do curso seja integralmente (ou pelo menos primordialmente) dedicado à preparação da Monografia. Daí a exigência de que a primeira matrícula na matéria "Monografia" só se possa fazer depois de completados ao menos dois terços do total do curso.

A Monografia aparece como uma matéria de, no mínimo, 240 horas-aula de duração — embora seja uma atividade de natureza distinta — justamente para marcar o fato de que sua elaboração deverá exigir do estudante dedicação e tempo equivalentes ao da carga horária de um semestre completo, ou pouco menos. E também porque a preparação desse trabalho pressupõe orientação individual, sendo tal encargo parte da carga docente dos professores nele envolvidos, da mesma forma que uma disciplina normal. É evidente que, para que essa orientação seja efetiva e profícua, será necessário e conveniente que cada professor tenha um número reduzido de trabalhos sob sua orientação e que um mesmo orientador acompanhe a elaboração do trabalho de um dado estudante, desde a definição do tema até a redação final. Uma preocupação central relacionada com a implantação do novo currículo mínimo será, assim, a de assegurar a disponibilidade de um número suficiente de docentes aptos a orientar a elaboração da Monografia. Pode-se prever que aí resida a maior dificuldade

associada à reforma curricular, nos primeiros anos de sua implementação. Embora cada departamento ou faculdade possa definir as normas quanto à preparação e aprovação da Monografia por seus estudantes, o trabalho deverá, em qualquer caso, ser individual. Quanto ao tema e à forma, o Parecer n.º 375/84 recomenda que:

... a Monografia aborde temas concretos, de preferência algum aspecto da economia nacional. Não são desejáveis trabalhos de natureza teórica, mais compatíveis com a pós-graduação. A forma final que deve assumir é a de um artigo aceitável eventualmente para publicação em revista especializada, respeitados os padrões técnicos dessas publicações.

Na medida em que o Estágio Supervisionado seja uma atividade que propicie efetivo treinamento profissional ao estudante (o que não é a regra), a Monografia poderá ser elaborada em associação com um desses estágios. Mas o Estágio Supervisionado não poderá substituir a Monografia, pois são atividades distintas.

6 — *Conteúdo de algumas matérias* — O Parecer n.º 375/84 contém algumas recomendações sobre o programa de certas disciplinas, inspiradas nos princípios gerais do ensino de Economia, agora introduzidos, e também, como vimos, nas discussões prévias sobre a reforma curricular.

Essas recomendações não devem ser vistas como uma limitação, mas antes como um fator propiciador de diversidade, pois no mais das vezes representam uma ampliação do escopo da matéria a que se referem, em relação à prática mais corrente.

A principal recomendação refere-se a "Macroeconomia" e "Microeconomia", sendo conveniente transcrever o que diz a respeito o Parecer n.º 375/84:

Nas matérias n.ºs 13 e 14, "Teoria Macroeconômica" e "Teoria Microeconômica", mantiveram-se os rótulos tradicionais, por serem já consagrados e terem ampla utilização. Não obstante, os programas das disciplinas correspondentes não devem, necessariamente, se moldar pelos conteúdos dos livros-texto tradicionais dessas matérias. Ao contrário, deve-se levar em conta, aqui, a recomendação de uma abordagem não só pluralista, como voltada precipuamente para o entendimento da realidade brasileira. Dentro desse espírito, pretende-se que tanto a "Teoria Macroeconômica" como a "Teoria Microeconômica" contemplem abordagens diversas ao invés de se cingirem a um enfoque único. Assim, "Teoria Macroeconômica", p. ex., não

se limitará a um ensinamento das teorias clássica e keynesiana, para incluir também as linhas alternativas de cunho histórico-estrutural. No caso de "Teoria Microeconômica", por outro lado, às abordagens da economia tradicional se adicionariam visões alternativas com relação à questão do valor e ao estudo de estruturas de mercado. É para alcançar esses objetivos que ... a Resolução estabelece o desdobramento das duas matérias.

Quanto a "História Econômica Geral", o Parecer afirma:

... Pretende-se que a "História Econômica Geral" abranja não apenas a origem e evolução das economias capitalistas, mas igualmente a das economias centralmente planejadas. De certo modo, será o retorno a um estudo comparado dos sistemas econômicos (previsto em currículo anterior).

No que toca a "Economia do Setor Público" e "Economia Monetária":

"Economia do Setor Público" ... não deve constituir-se mero substitutivo de matérias anteriores voltadas para a chamada "Ciência das Finanças" ou "Finanças Públicas". Seu objetivo é o de proporcionar ao estudante uma visão integrada da ação do Estado na atividade econômica e desta naquele.

Em "Economia Monetária" espera-se que, além dos aspectos teóricos do fenômeno monetário, se proceda a uma apresentação crítica dos mecanismos institucionais correspondentes, de modo particular o sistema monetário e financeiro brasileiro.

Vê-se que a ênfase é principalmente no pluralismo e na preocupação com uma abordagem brasileira, onde isso for pertinente.

4 — OBSERVAÇÕES FINAIS

Como se disse anteriormente, nas discussões sobre a reforma curricular apareceram dois tipos principais de objeções quanto ao espírito das mudanças agora adotadas. De um lado, algumas faculdades reclamavam contra o que consideravam uma limitação excessiva de sua liberdade de orientar seu curso como melhor lhes parecesse; sugeria-se que o currículo mínimo fosse reduzido a um mínimo, ou mesmo eliminado, como exigência formal, para as escolas de melhor nível. De outro lado, houve queixas também — dessa vez principalmente de escolas menores — quanto à dificuldade de

implantação das novas normas, sobretudo no que se refere à Monografia: a orientação seria excessivamente absorvente para os professores; haveria grande dificuldade de controlar a qualidade dos trabalhos; a exigência da Monografia acabaria sendo inteiramente desvirtuada e esvaziada.

A um melhor exame, ambas as restrições parecem pouco convincentes. Como foi visto, o novo currículo mínimo deixa grande flexibilidade às escolas, desde que aplicado com certa imaginação. Além disso, a legislação abre ainda a possibilidade de organização de cursos experimentais, sem regras preestabelecidas, para aquelas escolas que, sentindo-se por demais tolhidas pelo currículo mínimo, tenham condições de fazê-lo.

Por outro lado, é certo que a Monografia exigirá esforços de adaptação, e é também fácil de prever que cursos fracos produzirão monografias de má qualidade. Ainda assim, a experiência de várias escolas mostra que os problemas associados à exigência de um trabalho de curso não são intransponíveis, e os resultados podem ser compensadores. Bem aplicado, esse novo requisito poderá ser um elemento importante de aperfeiçoamento do curso de Economia.

ANEXO

RESOLUÇÃO N.º 1.184, do Conselho Federal de Educação *

Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de Ciências Econômicas.

O Presidente do Conselho Federal de Educação, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Parecer n.º 375/84, homologado pela Excelentíssima Sr.^a Ministra da Educação e Cultura,

RESOLVE:

Art. 1.º — O curso de bacharelado em Ciências Econômicas será ministrado com o mínimo de 2.700 (duas mil e setecentas) horas-aula, cuja integralização se fará num mínimo de quatro e num máximo de sete anos.

* Publicada no *Diário Oficial da União* de 28 de junho de 1984.

§ 1.º — No caso de cursos lecionados predominante ou exclusivamente em horário noturno, o prazo mínimo de integralização será de cinco anos, e o máximo, de oito anos.

§ 2.º — O total de 2.700 horas não inclui a carga horária de Estudo de Problemas Brasileiros e de Educação Física (Prática Desportiva).

Art. 2.º — O currículo mínimo do curso de Ciências Econômicas compreende as seguintes matérias (e atividade curricular):

I — MATÉRIAS DE FORMAÇÃO GERAL

I-A — *Núcleo Comum* (seis matérias)

1. Introdução às Ciências Sociais (Evolução das Idéias Sociais)
2. Introdução à Economia
3. Matemática
4. Introdução à Estatística Econômica
5. Instituições de Direito
6. Contabilidade e Análise de Balanços

I-B — *Matérias de Escolha*

7. Sociologia
8. Ciência Política
9. Antropologia
10. Economia e Ética

II — MATÉRIAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

II-A — *Núcleo Comum — Formação Teórico-Quantitativa* (oito matérias)

11. Estatística Econômica e Introdução à Econometria
12. Contabilidade Social
13. Teoria Macroeconômica
14. Teoria Microeconômica
15. Economia Internacional
16. Economia do Setor Público
17. Economia Monetária
18. Desenvolvimento Sócio-Econômico

II-B — *Núcleo Comum — Formação Histórica* (quatro matérias)

19. História do Pensamento Econômico
20. História Econômica Geral
21. Formação Econômica do Brasil
22. Economia Brasileira Contemporânea

II-C — *Núcleo Comum — Trabalho de Curso* (duas matérias)

23. Técnicas de Pesquisa em Economia
24. Monografia (atividade curricular)

II-D — *Matérias de Escolha*

25. Política e Planejamento Econômico
26. Elaboração e Análise de Projetos
27. Processamento de Dados
28. Econometria
29. Economia Agrícola
30. Economia Industrial
31. Economia Regional e Urbana
32. Economia do Trabalho
33. Demografia Econômica
34. Economia dos Recursos Naturais
35. Economia dos Transportes
36. Economia da Energia
37. Economia da Tecnologia
38. Administração
39. Metodologia da Análise Econômica

Art. 3.º — Cada instituição de ensino escolherá pelo menos uma matéria entre as listadas no item I-B do Art. 2.º (“Matérias de Formação Geral — Matérias de Escolha”) e pelo menos três entre as listadas no item II-D (“Matérias de Formação Profissional — Matérias de Escolha”), como matérias integrantes do currículo mínimo.

§ único — A escolha a que se refere este artigo, feita pelo colegiado de orientação didática do curso, poderá ser revista quando o indicarem a evolução da Economia e as necessidades do ensino.

Art. 4.º — No desdobramento das matérias do currículo mínimo adotado pelas instituições, deverão ser observados os seguintes limites:

a) o número de horas-aula dedicado a cada matéria do currículo mínimo não poderá ser inferior a 60 (sessenta);

b) o número total de horas-aula do conjunto das matérias do currículo mínimo, e das disciplinas em que estas se desdobrarem, não poderá exceder a 2.160 (duas mil, cento e sessenta), ou seja, 80% do mínimo estabelecido no Artigo 1.º;

c) o número total de horas-aula das Matérias de Formação Geral do currículo mínimo (Art. 2.º, item I), e das disciplinas em que estas se desdobrarem, não poderá exceder a 720 (setecentas e vinte);

d) as matérias Teoria Macroeconômica e Teoria Microeconômica e seus desdobramentos deverão corresponder, em seu conjunto, a pelo menos 240 (duzentas e quarenta) horas-aula;

e) as Matérias de Formação Histórica (Art. 2.º, item II-B) e seus desdobramentos deverão corresponder, em seu conjunto, a pelo menos 300 (trezentas) horas-aula;

f) o desenvolvimento da Monografia (Art. 2.º, item II-C, n.º 24) deverá corresponder a pelo menos 240 (duzentas e quarenta) horas.

§ único — No caso da Monografia, a carga horária corresponderá ao período dedicado a atividades relacionadas à elaboração do trabalho de graduação (Art. 6.º), efetuadas sob a orientação do professor responsável.

Art. 5.º — As instituições de ensino acrescentarão outras disciplinas às resultantes do desdobramento das matérias do currículo mínimo, formando assim seu currículo pleno, de forma a atender à vocação e interesse dos corpos docente e discente e a peculiaridades regionais.

§ único — Na fixação do currículo pleno, as instituições de ensino deverão oferecer um elenco de disciplinas optativas, aberto à escolha do estudante, de tal forma a propiciar flexibilidade na estrutura do curso e certo grau inicial de especialização.

Art. 6.º — A Monografia consistirá em um trabalho de graduação, a ser elaborado individualmente pelo estudante, sob orientação de um professor, e submetido à aprovação formal de uma comissão de professores, designada pelo colegiado do curso ou órgão equivalente.

§ único — Só poderão candidatar-se à elaboração da Monografia os alunos que já tiverem completado pelo menos 1.800 (mil e oitocentas) horas-aula do currículo pleno (ou seja, dois terços do mínimo fixado no Art. 1.º).

Art. 7.º — A definição do currículo pleno e a fixação dos programas de cada disciplina, assim como seu ensino, deverão obedecer aos seguintes princípios:

a) o curso de Ciências Econômicas deverá estar comprometido com o estudo da realidade brasileira, sem prejuízo de uma sólida formação teórica, histórica e instrumental;

b) o curso deverá caracterizar-se pelo pluralismo metodológico, em coerência com o caráter plural da Ciência Econômica, formada por correntes de pensamento e paradigmas diversos;

c) no ensino das várias disciplinas do curso deverá ser enfatizada a importância fundamental das inter-relações ligando os fenômenos econômicos ao todo social em que se inserem;

d) dever-se-á transmitir ao estudante, ao longo do curso, o senso ético de responsabilidade social que deverá nortear o exercício futuro de sua profissão.

Art. 8.º — O currículo mínimo fixado nesta Resolução vigorará para os estudantes que iniciarem seu curso a partir de 1985.

§ único — Excepcionalmente, as instituições poderão adaptar ao novo currículo os cursos dos alunos que ingressarem durante a sua vigência no segundo ciclo ou ciclo de formação profissional.

LIVROS

Esta seção informa sobre livros de economia, editados nos últimos três anos, recém-adquiridos pelas bibliotecas do IPEA, da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da FGV-Rio de Janeiro. As publicações apresentam-se agrupadas por assunto, segundo o sistema de classificação para livros do Journal of Economic Literature. A sigla abaixo de cada referência designa o local onde a obra encontra-se disponível para consulta ou empréstimo. O sinal ● indica que consta uma súmula do trabalho em "Resumos Informativos".

Relação Classificada

000 ECONOMIA GERAL; TEORIA; HISTÓRIA; SISTEMAS

010 *Economia Geral*

CASTRO Neto, Alberto Correia e. Análise de projetos. — Rio de Janeiro: Bennett: Imp. Metodista, 1982. 134 p.: il.
FGV LE 84-100

FOURASTIE, Jacqueline. Economia / Jacqueline Fourastie ... [et al.]; tradução de Maria da Graça Lustosa Becskházy. — 4. ed. — Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1983. vi, 280 p.: il. (Ciências Sociais/Fundação Getúlio Vargas). Extraído de: The social sciences: problems and orientations = Les sciences sociales: problèmes et orientations, editado pela Unesco.
FGV LE 84-101

GASPAR Filho, Valter. 1.000 perguntas: direito tributário. — 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1982. 400 p.
FGV LE 84-102

SELÚNSKAIA, Valéria. A verdade sobre a colectivização da URSS / Valéria Selúnskaia, Vladimir Tétichev. — Moscou: Progresso, 1982. 104 p.

UFRJ/FEA

LE 84-103

SILVA, Luiz Antonio Machado. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos / Luiz Antonio Machado ... [et al.] — Brasília, D. F.: Assoc. Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1983. 303 p.

FGV

LE 84-104

STALIN, Josif. Joseph Stalin: política / Joseph Stalin; organizador José Paulo Netto; tradução editorial Vitória e José Paulo Netto. — São Paulo: Ática, 1982. 199 p. (Coleção grandes cientistas sociais; 29).

FGV

LE 84-105

020 *Teoria Geral da Economia*

- DORNBUSCH, Rudiger. Macroeconomia / Rudiger Dornbusch, Stanley Fischer. — 2. ed. — Rio de Janeiro: McGraw Hill, 1982. 673 p. INPES

LE 84-106

EFFECTOS macroeconómicos de cambios en las barreras al comercio e al movimiento de capitales: un modelo de simulación = The macroeconomic effects of changes in barriers to trade and capital flows: a simulation analysis. — Santiago: Naciones Unidas, 1982. 68 p.: tab., gráf. (Estudios e informes de la CEPAL; 20).

INPES

LE 84-107

- SHONFIELD, Andrew. The use of public power. Oxford: Oxford University Press, 1982. 140 p. INPES

LE 84-108

030 *História do Pensamento Econômico; Metodologia*

MARX, Karl. Karl Marx: economia / Karl Marx; organizador Paul Singer; tradução Edgard Malagodi ... [et al.]. — São Paulo: Ática, 1982. 200 p. (Coleção grandes cientistas sociais; 31).

FGV

LE 84-109

- MIGLIOLI, Jorge. Acumulação de capital e demanda efetiva. — São Paulo: T. A. Queiroz, 1982. 301 p. (Biblioteca básica de ciências sociais; ser. 3: Teoria e método; 2).

CENDEC

LE 84-110

- OSER, Jacob. História do pensamento econômico / Jacob Oser, William C. Blanchfield; tradução de Carmem Terezinha Santoro dos Santos; revisão técnica de José Paschoal Rossetti. — São Paulo: Atlas, 1983. 455 p.: il. — Tradução de: The evolution of economic thought.

FGV

LE 84-111

- ROSDOLSKY, Roman. Genesis y estructura de el capital de Marx. — 3. ed. — México: Siglo Veintiuno, 1983. 630 p. (Biblioteca del pensamiento socialista. Serie ensayos críticos).

UFRJ/FEA

LE 84-112

040 *História Econômica*

Ver também: LE 84-194

- ALBUQUERQUE, Rui H. P. L. de. Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola: as relações de produção na cotonicultura paulista, 1920-1950. — São Paulo: Hucitec; Brasília: GNPq, 1982. 268 p. (Economia & planejamento. Teses e pesquisas). — Originalmente apresentado como tese de mestrado ao Departamento de Economia da Unicamp. — Bibliografia: p. 263-8.

FGV

LE 84-113

- GALBRAITH, John Kenneth. Moeda: de onde veio, para onde foi / Tradução de Antonio Z. Sanvicente. — 2. ed. — São Paulo: Pioneira, 1983. 338 p. Tradução de: "Money whence it came, where it went?".

IPLAN

LE 84-114

- HISTÓRIA econômica: ensaios / Antonio Emílio Muniz Barreto ... [et al.] — São Paulo: Inst. de Pesquisas Econômicas da Univ. de São Paulo, 1983. 181 p.: tab., gráf. (IPE/USP. Relatórios de pesquisa; 13).

INPES

LE 84-115

- THE MANAGED economy: essays in British economic policy and performance since 1929 / Edited by Charles Feinstein. — Oxford: Oxford Univ. Press, 1983. 284 p.: tab.

INPES

LE 84-116

Ver também: LE 84-105; LE 84-108

- COUVRE, Maria de Lourdes Manzini. A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático: 1964-1981. — São Paulo: Brasiliense, 1983. 327 p.
INPES LE 84-117

- GALBRAITH, John Kenneth. O novo estado industrial / Tradutor Leonidas G. de Carvalho; revisor Aldo Bocchini Neto. — 2. ed. — São Paulo: Pioneira, 1983. 296 p. Tradução de: The new industrial state, 3. ed.
IPLAN LE 84-118

TREPELKO, V. A crise geral do capitalismo. — Moscou: Progresso, 1982. 174 p. (Biblioteca de conhecimentos políticos; 4).
UFRJ/FEA LE 84-119

100 CRESCIMENTO ECONÔMICO; DESENVOLVIMENTO; PLANEJAMENTO; CICLOS

110 *Crescimento Econômico; Desenvolvimento; Teoria e Política de Planejamento*

KALECKI, Michal. Introdução à teoria do crescimento em economia socialista. — São Paulo: Brasiliense, 1982. 156 p.
UFRJ/FEA LE 84-120

PAUL, Samuel. Strategic management of development programmes. — Geneva: ILO, 1983. vii, 137 p.: il. (Management development series/Organização Internacional do Trabalho; 19). — Bibliografia: p. 127-34.
FGV LE 84-121

120 *Estudos de Desenvolvimento Econômico*

Ver também: LE 84-185

- BALASSA, Bela. The newly industrializing countries in the world economy. — New York: Pergamon Press, 1981. 461 p.: tab. (Pergamon policy studies on international development).
INPES LE 84-122

DECKER, David R. The political, economic, and labor climate in Colombia / David R. Decker, Ignacio Duran. — Philadelphia, Penn.: Univ. of Pennsylvania, The Wharton School, Industrial Research Unit, 1982. xi, 129 p.: il. (Multinational industrial relations series, Latin American Studies; 4).

FGV

LE 84-123

- DESENVOLVIMENTO capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise / Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Renata Coutinho (orgs.); Carlos Lessa ... [et al.]. — São Paulo: Brasiliense, 1982. 228 p.: tab., gráf. 2 v., v. 1.

INPES

LE 84-124

A ECONOMIA brasileira e suas perspectivas: Apecão, v. 22, 1983. — Rio de Janeiro: APEC, 1983. 286 p. + anexo: tab., gráf.

INPES

LE 84-125

EFFECTOS de las empresas multinacionales sobre el empleo en los países en desarrollo. — Ginebra: OIT, 1982. xii, 126 p.: tab.

FGV

LE 84-126

ESTUDIO económico de América Latina, 1981. — Santiago: CEPAL, 1983. 863 p.: tab., gráf.

INPES

LE 84-127

PERCEPTIONS, aspirations and motivations of some intermediate groups with respect to the national options for self-reliant development: the case of Mexico / by Centre of Economic and Social Studies of the Third World; research team Hector Cuadra ... [et al.]. — Paris: Unesco, Division for the Study of Development, 1982. 93 p.

FGV

LE 84-128

PERU: major development policy issues and recommendations / Ulrich Thumm ... [et al.]. — Washington, D. C.: World Bank, Latin American and the Caribbean Regional Office, 1981. vii, 220 p., tab. (A World Bank country study).

FGV

LE 84-129

RIFKA, Sohél, coord. Ecuador: el mito del desarrollo / por Alberto Acosta ... [et al.]; coordinación Sohél Rifka. — Quito: El Conejo: ILDIS, 1982. 237 p., il. (Colección Ecuador hoy; 9).

FGV

LE 84-130

- O SEGUNDO BRASIL: perspectivas sócio-demográficas / Editor Manuel Augusto Costa. — Brasília, 1983. 223 p.: tab., gráf.
INPES LE 84-131

130 *Flutuações, Projeções Económicas e Inflação*

Ver também: LE 84-124; LE 84-127

- BOMHOFF, Eduard Jan. Inflation, the quantity theory, and rational expectations. — Amsterdam: North-Holland, 1980. 242 p.: tab. (Studies in monetary economics; 5).
INPES LE 84-132

GARCIA, Alvaro Antonio Louzada et alii. Análise da política de preços mínimos para os produtos agrícolas do Rio Grande do Sul. -- Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1982. 128 p.: tab.
FGV LE 84-133

OECD economic outlook: v. 33, July 1983. — Paris: OCDE, 1983. 171 p.
INPES LE 84-134

- THE POLITICS of inflation: a comparative analysis / Edited by Richard Medley. — New York: Pergamon Press, 1982. 248 p.: tab., gráf. (Pergamon policy studies on international politics).
INPES LE 84-135

- PRICING policy and investment criteria in public enterprises: proceedings of two International Workshops organized by ICPE with the United Nations Development Administration Division / Edited by Zia U. Ahmed. — Ljubljana: International Center for Public Enterprises in Developing Countries, 1982. 297 p.: il.
INPES LE 84-136

WORLD economics outlook: a survey by the staff of the International Monetary Fund. — Washington, D. C.: FMI, 1983. 242 p.: tab. (FMI occasional paper; 21).
INPES LE 84-137

WURGAFT, José. Políticas de estabilización y empleo en América Latina. — Santiago: Programa Regional de Empleo para América Latina e o Caribe, 1982. 51 p.: tab. (Investigaciones sobre empleo; 22).
INPES LE 84-138

200 ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS

210 *Métodos e Modelos Econométricos, Estatísticos e Matemáticos*

- HOFFMANN, Rodolfo. *Análise de regressão: uma introdução à econometria* / Rodolfo Hoffmann, Sônia Vieira. — 2. ed. — São Paulo: Hucitec, 1983. 379 p.

CENDEC

LE 84-139

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Metodologia do censo demográfico de 1980*. — Rio de Janeiro: IBGE, 1983. 477 p.: il. (IBGE. Série relatórios metodológicos; 4).

INPES

LE 84-140

- MODELING of large-scale energy systems: proceedings of the IIASA/IFAC Symposium on Modeling of Large-Scale Energy Systems, February 1980 / Editores W. Häfele, L. K. Kirchmayer. — Oxford: Pergamon Press, 1981. 461 p.: il. (International Institute for Applied Systems Analysis. IIASA proceedings series; v. 12).

INPES

LE 84-141

SECRETARIA DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL. *Metodologia brasileira para avaliação de tecnologias de energia utilizando o modelo Markal* / Secretaria de Tecnologia Industrial; Cia. Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras [Rio de Janeiro]. — Brasília: STI, 1983. 72 p.: tab., gráf.

INPES

LE 84-142

220 *Estatísticas Sócio-Econômicas*

Ver também: LE 84-189

300 TEORIA E INSTITUIÇÕES MONETÁRIAS E FISCAIS

310 *Teoria e Instituições Monetárias e Financeiras*

Ver também: LE 84-114

CASTRO, José Augusto de. *Incentivos creditícios à exportação*. — 5. ed.: rev. e atual. até jan. 81. — Rio de Janeiro: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, 1981. 156 p. (FUNCEX. Informe técnico; 2).

UFRJ/FEA

LE 84-143

LAVALLE, Patricio Leiva. El financiamiento de las exportaciones en América Latina: los sistemas promocionales de financiación y seguro de crédito a la exportación. — Santiago de Chile: CEPAL, 1983. 212 p. (Estudios e informes de la CEPAL; 18).

FGV

LE 84-144

LEMGRUBER, Antonio Carlos Braga. O controle da base monetária e as flutuações dos multiplicadores monetários e creditícios / Antonio Carlos Braga Lemgruber e José Alfredo Lamy. — Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, Inst. Brasileiro de Economia, Centro de Estudos Monetários e de Economia Fiscal, 1981. 118 p.: il.

FGV

LE 84-145

LOPES, João do Carmo. Moeda e bancos: uma introdução / João do Carmo Lopes, José Paschoal Rossetti. — 2. ed. rev. e atual. — São Paulo: Ática, 1981-82. 326 p.

UFRJ/FEA

LE 84-146

- MARINHO, Henrique J. M. Noções de política monetária: uma abordagem brasileira. — Rio de Janeiro: Campus, 1983. 133 p.: tab., gráf. INPES

LE 84-147

- PARIS-DAUPHINE Conference on Money and International Monetary Problems (5.: 1981: University of Paris-Dauphine). Recent issues in the theory of flexible exchange rates / Edited by E. Claassen, P. Salin. — Amsterdam: North-Holland, 1983. 285 p.: tab., gráf. (Studies in monetary economics; 8).

INPES

LE 84-148

RIBAS, Armando P. Mercados de capitales bajo inflación / Armando P. Ribas ... [et al.]; Nicholas Bruck, editor; prefácio de Julio Juan Bardi. — Buenos Aires: Bolsa de Comercio de Buenos Aires; Washington, D. C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 1982. xxi, 471 p.: il.

FGV

LE 84-149

SILVA, Peri Agostinho da. Técnicas do mercado aberto. — Rio de Janeiro: Inst. Brasileiro de Mercado de Capitais, 1983. 119 p.: il. (Informes especiais. Economia & finanças; 1).

FGV

LE 84-150

320 *Finanças Públicas Internas e Política Fiscal*

Ver também: LE 84-102; LE 84-136

CASTRO, José Augusto de. Incentivos fiscais e a formação de preços para exportação. — 6. ed. rev. e atual. — Rio de Janeiro: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, 1982. 137 p. — (FUNCEX. Informe técnico; 1).

UFRJ/FEA

LE 84-151

CONGRESSO Internacional de Ciências Administrativas (18.: 1980: Madrid). 20 années de reformes budgétaires: essai d'un bilan international: report général = 20 years of budgetary reform: a tentative international stocktaking: general report. — Bruxelles: Baudrillart & Poincard, 1982. 128 p.: il. Preparado pelo Inst. International de Sciences Administratives.

FGV

LE 84-152

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (Porto Alegre). Análise dos investimentos do setor público estadual — RS: 1979-1981. — Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1982. 239 p.: il.

FGV

LE 84-153

400 *ECONOMIA INTERNACIONAL*

GATT, Genebra. International trade, 1981/82. — Geneva, 1982. 194 p. + 25 tab.

INPES

LE 84-154

410 *Teoria de Comércio Internacional*

- ADAMS, F. Gerard. Commodity exports and economic development: the commodity problem and policy in developing countries / F. Gerard Adams, Jere R. Behrman. — Lexington, Mass.: Lexington Books, 1982. 328 p.: il. Inclui índice. Bibliografia: p. 303-18.

INPES

LE 84-155

420 *Relações de Comércio, Política Comercial, Integração Econômica*

Ver também: LE 84-122; LE 84-143; LE 84-144; LE 84-151; LE 84-192.

- BRASIL-EUROPA ocidental: cooperação e conflito / Organizador Heinz-Michael Stahl. — Campinas: Cartigraf, 1982. 169 p.: tab. —

(Coleção Ildes; 5) Documentos do seminário Brasil-Europa... realizado no 1.º Encontro Europa-Brasil promovido pelo Ildes, em Teresópolis, RJ, 15-17 de junho de 1982.

INPES

LE 84-156

INTERNATIONAL TRADE CENTRE UNCTAD/GATT. Consórcios de exportação. — 2 ed. — Rio de Janeiro: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, 1982. 233 p. — (FUNCEX. Informe técnico; 10).

UFRJ/FEA

LE 84-157

PAYER, Cheryl. The World Bank: a critical analysis. — New York: Monthly Review Press, 1982. 414 p.

INPES

LE 84-158

REGIMEN de comércio exterior del Uruguay / Asociación Latinoamericana de Integración, Secretaría Geral. — Montevideo: ALADI, 1982. 208 p.: il.

FGV

LE 84-159

430 *Balanco de Pagamentos, Finanças Internacionais*

Ver também: LE 84-148

SEMINÁRIO sobre Centros Financeiros Internacionais (1982: Rio de Janeiro). Anais. — Rio de Janeiro: Banco do Brasil, 1982. 156 p.

FGV

LE 84-160

WILLIAMSON, John. The lending policies of the International Monetary Fund. — Washington, D. C.: Institute for International Economics, 1982. 72 p.

FGV

LE 84-161

440 *Investimentos Internacionais e Ajuda Externa*

Ver também: LE 84-126

LAS EMPRESAS transnacionales en la economía de Chile: 1974/1980 / Naciones Unidas. — Santiago de Chile: CEPAL, 1983. 178 p.: tab. (Estudios e informes de la CEPAL; 22).

FGV

LE 84-162

500 ADMINISTRAÇÃO; FINANÇAS DAS EMPRESAS; COMERCIALIZAÇÃO; CONTABILIDADE

510 *Administração*

BARNDT, Stephen E. Essentials of operations management / Stephen E. Barndt, Davis W. Carvey. — Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, 1982. xv, 160 p.: il. — (Prentice-Hall essentials of management series).
FGV LE 84-163

CARAVANTES, Geraldo Ronchetti. Mudança: avaliação de estratégias de renovação institucional / Geraldo Ronchetti Caravantes; apresentação de José Augusto Amaral de Souza; tradução Milton Cavaleiro Mendes, Mary D. Cardoso. — Porto Alegre: Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1982. 187 p.: il.
FGV LE 84-164

- FINANCIAL profitability and losses in public enterprises of developing countries / Edited by Zia U. Ahmed. — Ljubljana: International Center for Public Enterprises in Developing Countries, 1982. 167 p. Baseado nos resultados do International Workshop, organizado pelo ICPE em colaboração com as Nações Unidas, em Ljubljana, 1 a 5 de junho de 1981
INPES LE 84-165

530 *Comercialização*

MARKETING: aplicações de métodos quantitativos. — leituras selecionadas / Coordenadores José Afonso Mazzon, José Augusto Guagliardi, Jairo Simon da Fonseca. — São Paulo: Atlas, 1983. 295 p.: il.
FGV LE 84-166

540 *Contabilidade*

ALCANTARA, Humberto de. Apropriação de custos. — Rio de Janeiro: Confederação Nacional da Indústria, Dep. de Assistência à Média e Pequena Indústria, 1982. 77 p.: il.
FGV LE 84-167

FLORENTINO, Américo Mateus. Custos: princípios, cálculos e contabilização. — 8 ed. — Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1983. xiii, 336 p.: il.
FGV LE 84-168

600 ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL; MUDANÇA TECNOLÓGICA;
ESTUDOS INDUSTRIAIS

610 *Organização Industrial e Política de Governo*

Ver também: LE 84-122

AHUJA RUIZ, Victor E. Bravo. La empresa pública industrial en México. — México, D. F.: Inst. Nacional de Administración Pública, 1982. 257 p.: tab. — (Estudios. Administración pública mexicana; 4).
FGV LE 84-169

BRAGA, Helson C. Mensuração da concentração industrial no Brasil. / Helson C. Braga, João L. Mascolo. — Brasília: Escola de Administração Fazendária, Centro de Pesquisa e notas de trabalho; 1).
UFRJ/FEA LE 84-170

CASTAN, Nelson, coord. A produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista. — Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1983. 2 v.: il. — Conteúdo: v. 1. Proposta teórica e análise da indústria. — v. 2. Análise da lavoura, da pecuária e conclusões gerais.
FGV LE 84-171

CRUZ Filho, Murilo F. Propriedade industrial e transferência de tecnologia: alguns efeitos da legislação para a empresa nacional / Murilo F. Cruz Filho, Anne-Marie Maculan. — Brasília, D. F.: Cons. Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1981. 57 p.: il. — (Estudos de política científica e tecnológica; 3).
FGV LE 84-172

MEIER, Roberto C. et alii. Cases in production and operations management. — Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, 1982. xv, 319 p.: il.
FGV LE 84-173

MONTEIRO, Fernando Batalha. SIPEP — Sistema Integrado de Programação e Controle da Produção: um modelo cibernético de administração industrial. — Manaus: Metro Cúbico, 1982. 262 p.: il.
FGV LE 84-174

- BURSZTYN, Marcel. Que crise é esta? / Coletânea organizada por Marcel BursztyN, P. Leitão, A. Chain. — São Paulo: Brasiliense, 1984. 214 p.
INPES LE 84-175

ENCONTRO de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro (1.: 1982: Rio de Janeiro). Anais. — Rio de Janeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, 1982. 1 v. (paginação irregular).
FGV LE 84-176

ERBER, Fábio. Problemas de tecnología en el sector de los bienes de capital: estudio monográfico de los principales productores de maquinaria industrial del Brasil. — Ginebra: UNCTAD, 1982. 93 p.
UFRJ/FEA LE 84-177

TIGRE, Paulo Bastos. Technology and competition in the Brazilian computer industry. — London: Frances Pinter, 1983. 186 p.
UFRJ/FEA LE 84-178

630 *Estudos Industriais*

Ver também: LE 84-177; LE 84-178

ARAUJO Junior, José Tavares de. Processo técnico e formas de concorrência: um estudo de caso sobre a indústria de vidro. — Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia Industrial, 1982. iv, 145 p.: il. (Texto para discussão/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial; 12). — Bibliografia: p. 137-44. — Originalmente apresentada como tese de doutorado à Universidade de Londres.
FGV LE 84-179

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Análise dos setores industriais: estrutura, desempenho, problemas: a indústria de calçados, 1980/81. — Brasília: CDI, 1983. 351 p.: tab., gráf.
INPES LE 84-180

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Análise dos setores industriais: estrutura, desempenho, problemas: a indústria de couro, pele e produtos similares, 1980/81. — Brasília: CDI, 1983. 315 p.: tab., gráf.

INPES

LE 84-181

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Análise dos setores industriais: estrutura, desempenho, problemas: a indústria de mobiliário, 1980/81. — Brasília: CDI, 1983. 315 p.: tab., gráf.

INPES

LE 84-182

TEIXEIRA, Gabriel do Nascimento. Manual de produtividade industrial. — Rio de Janeiro: Confederação Nacional da Indústria, Dept. de Assistência à Média e Pequena Indústria, 1982. 64 p. (Manuais CNI).

FGV

LE 84-183

700 AGRICULTURA; RECURSOS NATURAIS

710 *Agricultura*

Ver também: LE 84-113; LE 84-133; LE 84-155; LE 84-171

ANDRADE, Manuel Correia de. Áreas de domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e norte de Minas Gerais. — Recife: Sudene, Divisão de Política Espacial, 1982. 496 p.: il. (Estudos regionais/Sudene; 7). — Bibliografia: p. 471-6.

FGV

LE 84-184

ARAUJO, José Emilio G. Agenda para el futuro: balance y perspectivas del desarrollo rural en América Latina y el Caribe: una visión desde el IICA. — San Jose: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, 1982. 382 p. (Serie desarrollo institucional; 13).

FGV

LE 84-185

AREZZO, Dryden Castro de. Colonização. — Brasília, D. F.: Fundação Petronio Portella, 1982. 56 p. (Curso de direito agrário; 7).

FGV

LE 84-186

CADASTRO e tributação / Pedro Cordeiro da Silva (coord.). — Brasília, D. F.: Fundação Petronio Portella, 1982. 196 p.: tab. (Curso de direito agrário; 4). Conteúdo: Mignone, Carlos Ferdinando. O

- cadastro rural — Jost, Leodegar. Tributação agrícola — Mignone, Carlos Ferdinando. A tributação da terra.
FGV LE 84-187
- ECONOMIA agrícola: ensaios / José Roberto Mendonça de Barros ... [et al.]; organizador João Sayad. — São Paulo: Univ. de São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1982. 176 p.: il. (Relatórios de pesquisa/Universidade de São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas; 11).
FGV; INPES LE 84-188
- LIMA, José Luiz. Estatísticas básicas do setor agrícola no Brasil / José Luiz Lima, Iraci del Nero da Costa, Francisco Vidal Lima. — São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas da Univ. de São Paulo, 1983. v. 1: 122 p.: tab. (IPE/USP. Estatísticas básicas da economia brasileira; 2).
INPES LE 84-189
- MAIA, Altir de Sousa. Discriminação de terras. — Brasília, D. F.: Fundação Petronio Portella, 1982. 204 p.: tab. (Curso de direito agrário; 6).
FGV LE 84-190
- MIGNONE, Carlos Ferdinando. O módulo rural. — Brasília, D. F.: Fundação Petronio Portella, 1982. 112 p.: il. (Curso de direito agrário; 5).
FGV LE 84-191
- ORLANDI, Alberto. América Latina y la economía mundial del café. — Santiago de Chile: CEPAL, 1982. 104 p.: tab.
FGV LE 84-192
- RODRIGUES, Maria Cecília Prates. A política do I.A.A. e a produção familiar na região canavieira de Ponte Nova, M. G. — Belo Horizonte; Univ. Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, 1982. 269 p.
UFRJ/FEA LE 84-193
- SEMANA de Estudos de História Agrária (1982: Assis). Anais. — Assis: Univ. Estadual Paulista, Instituto de Letras, História e Psicologia, Dept. de História, 1982. 355 p.
FGV LE 84-194
- SEMINÁRIO de Política Agrícola (1982: Brasília). Coletânea de artigos técnicos / Guilherme Leite da Silva, Mauro de Rezende Lopes

editores. — Brasília: Comissão de Financiamento da Produção, 1982. 154 p.: il. (Coleção análise e pesquisa/Brasil. Comissão de Financiamento da Produção; 25).

FGV

LE 84-195

- SILVA, José Graziano da. A modernização dolorosa; estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. — Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 192 p.: tab.

INPES

LE 84-196

WITTER, José Sebastião. Ibicaba, uma experiência pioneira. — 2. ed. (rev. e ampliada). — São Paulo: Ed. Arquivo do Estado, 1982. 170 p.: tab. (Coleção monografias/São Paulo (estado). Secretaria de Estado da Cultura. Divisão de Arquivo; 5). — 1. edição publicada em 1974 sob o título: Um estabelecimento agrícola na Província de São Paulo nos meados do século XIX. Bibliografia p. 167-70.

FGV

LE 84-197

720 *Recursos Naturais*

Ver também: LE 84-141

- CONGRESSO BRASILEIRO DE ENERGIA (2: abr. 1981: Rio de Janeiro). Anais = Proceedings / Editor chefe William M. Mansour. — [s. l.: s. n.] 1981 (Rio de Janeiro, Artes Gráficas Schulze Ltda.). 3 v. (xix, 1.246 p.) il. Índice de autores: p. 1.237-46. Os trabalhos estão impressos no idioma no qual foram apresentados.

INPES

LE 84-198

- ENERGY-POLICY analysis and congressional action / Edited by Raymond C. Scheppach and Everett M. Ehrlich. — Lexington, Mass.: Lexington Books, 1982. xi, 252 p.

INPES

LE 84-199

- FELDMAN, Robert A. The impact of oil import price shocks on domestic prices. — Boulder: Westview Press, 1982. 191 p.: il. (A Westview replica edition).

INPES

LE 84-200

800 MÃO-DE-OBRA; EMPREGO; POPULAÇÃO

810 *Treinamento e Alocação de Mão-de-Obra, Oferta de Mão-de-Obra e Força de Trabalho*

DUQUE, Francisco. *Treinamento: homem-fábrica ou homo faber?* / Francisco Duque, Mário Galvão. — Rio de Janeiro: Duque & Galvão, 1982. 112 p. — Bibliografia p. 107-12.
FGV LE 84-201

820 *Mercado de Trabalho, Política do Governo*

Ver também: LE 84-126; LE 84-138

CONGRESSO Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho (20.: 1982: São Paulo). *Anais.* — São Paulo: FUNDACENTRO, 1982. lxxii, 973 p.: il.
FGV LE 84-202

CONTRERAS, Victoria. *Mercado de trabajo en cifras: 1950-1980.* — Santiago de Chile: Programa Regional de Empleo para a América Latina e o Caribe, 1982. xix, 180 p.: tab.
FGV LE 84-203

FARRELL, Gilda. *Mercado de trabajo urbano y movimiento sindical.* — Quito: Pontificia Universidad Católica del Ecuador, Instituto de Investigaciones Económicas, 1982. 209 p.: il.
FGV LE 84-204

GONÇALVES, Reynaldo de Sousa. *Economia empregal e segurancial: uma política econômica para a humanidade do século XXI.* — Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. 222 p.
UFRJ/FEA LE 84-205

POLÍTICA de emprego. — Rio de Janeiro: Instituto Euvaldo Lodi, 1982. 133 p. (Coleção Universidade e indústria. Monografias).
UFRJ/FEA LE 84-206

SEMINARIO Internacional de Educação e Trabalho (1.: 1981: Rio de Janeiro). *Educação e trabalho.* — Rio de Janeiro: Instituto Euvaldo Lodi, 1982. 416 p. (Coleção universidade & indústria. Monografias/ Instituto Euvaldo Lodi).
FGV LE 84-207

840 *Demografia Econômica*

Ver também: LE 84-131

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (São Paulo). *Análise demográfica regional.* — São Paulo: SEADE, 1982.

— nv.: tab. — Conteúdo: v. 1: Rodrigues, Roberto do Nascimento & Rodriguez Wong, Laura. Estado de São Paulo: o perfil populacional do Estado de São Paulo, segundo o censo de 1980 — v. 3: Rodrigues, Roberto do Nascimento. Região do litoral: um núcleo de disparidades inter-regionais.

FGV LE 84-208

KREUTZ, Maria de Lourdes Garcia Leite. Adaptação do migrante ao seu local de destino: São Luís. — São Luís: Univ. Federal do Maranhão, 1982. 90 p.: tab.

FGV LE 84-209

900 PROGRAMAS DE BEM-ESTAR SOCIAL; CONSUMO; ECONOMIA REGIONAL E URBANA

910 *Programas de Bem-Estar Social*

FINANCING educational development. — Ottawa, Ont.: International Development Research Centre: Canadian International Development Agency, 1982. 142 p. — Trabalhos apresentados em um seminário internacional, realizado em Mont Sainte Marie, Canadá, 1982, organizado pelo IDRC e CIDA.

FGV LE 84-210

MONTORO Filho, André Franco. Previdência social e previdência complementar / André Franco Montoro Filho, Cornélia Nogueira Porto. — São Paulo: Univ. de São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1982. 237 p.: il. (Relatórios de pesquisa/USP, IPE; 12).

FGV; UFRJ/FEA LE 84-211

SCHIEFELDEIN, Ernesto. Educational financing in developing countries: research findings and contemporary issues. — Ottawa: International Development Research Centre, 1983. 168 p.: il. (IDRC-TS; 38e). — Bibliografia: p. 55-149.

FGV LE 84-212

920 *Consumo*

ACHARYA, Meena. Time use data and the living standards measurement study. — Washington, D. C.: World Bank, Development Research Department, 1982. 72 p.: il. (LSMS working paper; 18).

FGV LE 84-213

930 *Economia Urbana*

Ver também: LE 84-170

CACCIAMALI, Maria Cristina. Setor informal urbano e formas de participação na produção. — São Paulo. Inst. de Pesquisas Econômicas da Univ. de São Paulo, 1983. 146 p.: tab. (IPE/USP. Ensaios econômicos; 26). Apresentado originalmente como tese de doutorado à Univ. de São Paulo sob o título: Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção.

INPES

LE 84-214

940 *Economia Regional*

SCHEINOWITZ, Abraham Samuel. O planejamento regional. — Salvador: Univ. Federal da Bahia/Centro Editorial e Didático, 1983. 164 p.: il.

FGV

LE 84-215

Resumos Informativos

Esta seção é redigida por Antonio de Lima Brito e a seleção e a revisão técnica estão a cargo da Editoria. Os nomes de outros colaboradores eventuais aparecem ao final dos resumos por eles redigidos.

ADAMS, F. Gerard. Commodity exports and economic development: the commodity problem and policy in developing countries / F. Gerard Adams, Jere R. Behrman. — Lexington, Mass.: Lexington Books, 1982. 328 p.: il. Inclui índice. Bibliografia: p. 303-18.

INPES

LE 84-155

O comércio internacional de produtos primários tem-se constituído, sem sombra de dúvida, num aspecto de suma importância na análise e na política relacionada ao desenvolvimento econômico no período que

se seguiu à II Guerra. Observe-se claramente que muitos países em desenvolvimento dependeram, em grande medida, das exportações de produtos primários, dependência essa freqüentemente apontada como responsável pela dificuldade que esses países demonstram no atingimento de suas metas econômicas.

O livro está dividido em três partes com um total de 10 capítulos e trata, como o próprio título deixa claro, da questão das exportações de produtos primários e do desenvolvimento econômico. Mais precisamente, o trabalho sumaria os principais resultados de um projeto patrocinado pela Agency for International Development (AID) intitulado "International Primary Commodity Markets and Economic Development: An Integrated Econometric Analysis of Basic Policy Issues". Está embasado em estudos realizados em diferentes países sobre os principais bens produzidos por estes, como é o caso do café da Costa do Marfim (Privolos, 1981), do cobre chileno (Lasaga, 1981) e o de Zâmbia (Obidegwu e Nziramasanga, 1981), o café do Brasil (Adams e Privolos, 1981) e o da América Central (Siri, 1980), bem como em modelos de mercado de cobre (Pobukadee, 1980) e de café (Ford, 1978). Por conseguinte, a obra fundamenta-se nos trabalhos de inúmeros participantes de um projeto bastante amplo, com destaque para os de Ford, Liasaga, Nziramasanga, Obidegwu, Pobukadee, Privolos e Siri, configurando-se numa continuação de uma longa linha de pesquisa do Departamento de Economia da Universidade de Pennsylvania, nos Estados Unidos.

Em suma, a primeira parte, constituída de dois capítulos, faz uma introdução à análise do comércio internacional dos produtos primários e revê estudos anteriores sobre o tema. A segunda, com quatro capítulos, aborda modelos específicos e dos mercados internacionais de produtos primários. Por fim, a terceira e última parte, com quatro capítulos, apresenta as diferentes análises do problema e as respectivas respostas das políticas adotadas.

BALASSA, Bela. The newly industrializing countries in the world economy. — New York: Pergamon Press, 1981. 461 p.: tab. — (Pergamon policy studies on international development).

INPES

LE 84-122

As economias em desenvolvimento têm apresentado diversidade cada vez mais acentuada, pontificando como exemplo a importância crescente que os países de industrialização recente vêm adquirindo, principalmente

nos últimos 15 anos, a ponto de chegarem a competir em pé de igualdade com as economias desenvolvidas. O presente volume coloca esses países no contexto das alterações ocorridas nos padrões do desenvolvimento industrial e do comércio internacional. Os estudos apresentados, por seu turno, examinam a questão da interdependência econômica dos países em diferentes níveis de desenvolvimento, avaliam as políticas postas em prática, e analisam as medidas de política que possam vir a ser adotadas com vistas a explorar com mais profundidade os benefícios proporcionados pela crescente especialização observada em todo o mundo desenvolvido na busca de um rápido crescimento econômico. Balassa inicia seu trabalho com uma análise introdutória, na qual apresenta uma visão global do processo de desenvolvimento industrial e de estratégias. Em seguida, o autor divide o trabalho em duas partes distintas. A primeira, focaliza os choques externos que se abateram sobre os países recém-industrializados no período posterior a 1973, assim como a reação destas nações aos referidos choques; examina as implicações das políticas comerciais dos países desenvolvidos e do Tokyo Round of Multilateral Trade Negotiations para os países em desenvolvimento; investiga as alterações ocorridas nas vantagens comparativas dos bens manufaturados e os efeitos dessas alterações sobre o emprego nas nações desenvolvidas; e analisa as tendências recentes e em perspectivas no comércio de bens manufaturados entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Por fim, a segunda parte faz uma avaliação das políticas postas em prática por alguns países recém-industrializados — especificamente Brasil, Portugal, Grécia, Turquia, Hungria, Coreia e Formosa — no período que se seguiu à crise do petróleo e à recessão mundial.

BOMHOFF, Eduard Jan. Inflation, the quantity theory, and rational expectations. — Amsterdam: North-Holland, 1980. 242 p.: tab. — (Studies in monetary economics; 5).

INPES

LE 84-132

No presente trabalho o autor, fazendo uso de elaborações teóricas e de análise empírica, procura explicar os mecanismos através dos quais um processo inflacionário opera. Ele parte da velha tradição monetarista, onde a inflação é vista como um fenômeno puramente monetário, ou seja, ela tem como causa um crescimento na quantidade de moeda em circulação, chegando às mesmas conclusões que os antigos monetaristas. A novidade

de seu estudo, porém, reside na utilização dos desenvolvimentos mais recentes, tanto na teoria econômica quanto nas técnicas estatísticas de estimação.

Em termos teóricos, a diferença para com as análises tradicionais do uso da equação quantitativa está no suposto de racionalidade dos agentes econômicos. Estes são capazes de distinguir alterações na quantidade real de moeda de origem fortuita ou acidental — sem conseqüências para a taxa de inflação — de alterações duradouras e, portanto, capazes de modificar suas decisões alocativas — e conseqüentemente a taxa de crescimento dos preços. Desta forma, não existe mais uma proporcionalidade estrita entre preços e moeda, como era a velha tradição, mas sim entre a taxa *esperada* de crescimento monetário e a taxa *esperada* de inflação.

Um ponto de crucial importância passa a ser a questão da formação das expectativas. A hipótese das expectativas racionais é adotada, contrariamente a outras hipóteses, em razão do suposto comportamento racional dos agentes e considerando todos os fatores relevantes, o que, se realizada de outro modo, seria ineficiente e, portanto, irracional. Por outro lado, em termos metodológicos, a técnica de Box-Jenkins permite a verificação empírica das expectativas racionais, sendo esta uma característica de novidade do trabalho face a outros na mesma linha.

O livro compreende seis capítulos e dois apêndices. O Capítulo 1 discute, em termos amplos, a estrutura teórica da análise. O Capítulo 2 desenvolve formalmente o modelo teórico que associa moeda, preços e produto (a equação quantitativa). Os dois seguintes consistem em aplicações empíricas, para os Estados Unidos e a Holanda, de tal modelo. O Capítulo 5 ensaia algumas críticas aos procedimentos adotados, enquanto o último capítulo oferece um sumário do trabalho.

BRASIL-EUROPA ocidental: cooperação e conflito / Organizador Heinz-Michael Stahl. — Campinas: Cartigraf, 1982. 169 p.: tab. — (Coleção Ildes; 5). Documentos do seminário Brasil-Europa... realizado no 1.º Encontro Europa-Brasil promovido pelo Ildes, em Teresópolis, RJ, 15-17 de junho de 1982.

INPES

LE 84-156

O livro reproduz os debates travados sobre as relações comerciais, financeiras, tecnológicas e políticas entre as duas regiões, durante o primeiro Encontro Europa-Brasil patrocinado pelo Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Econômico e Social (ILDES), realizado em

Teresópolis (RJ), de 15 a 17 de junho de 1982. No entender do organizador desta coletânea, pode-se, de maneira bastante geral, admitir que os anos 80/90 apresentam um quadro pouco encorajador para um incremento da cooperação econômica já existente. No campo político, no entanto, essa cooperação mostra-se não apenas perfeitamente viável como potencialmente frutífera, no que respeita ao fortalecimento dos laços que unem Europa e Brasil, razão pela qual foram analisados tanto as possibilidades quanto os empecilhos de um intercâmbio mais estreito. Uma síntese das teses centrais das exposições proferidas ao longo do seminário, bem como das diferentes exposições apresentadas pelos participantes, é apresentada pelo organizador na primeira parte do livro. Na segunda, que representa a maior parte do volume, são mostradas as colaborações dos diversos participantes, aqui denominadas Documentos de Base. Al são expostos diferentes enfoques da questão, podendo-se destacar, entre outros, o trabalho de Celso Furtado sobre as relações comerciais da Europa Ocidental — que segundo ele constitui a área de maior peso no comércio internacional — com a América Latina, apontando os inúmeros obstáculos enfrentados por esta para manter o intercâmbio comercial com a Comunidade Econômica Européia (CEE) em nível satisfatório.

BURSZTYN, Marcel. Que crise é esta? / Coletânea organizada por Marcel Bursztyn, P. Leitão, A. Chain. — São Paulo: Brasiliense, 1984. 214 p. INPES LE 84-175

Com oito capítulos, a presente coletânea se insere no contexto de um trabalho mais abrangente realizado pelos organizadores desta edição. É resultado paralelo de um projeto que se realiza no CNPq a respeito das relações entre a atual crise em que se encontram não apenas a brasileira mas a grande maioria das sociedades de Ciência e Tecnologia.

O referido projeto tem por meta compreender o que seja a crise, sua natureza e manifestações, assim como as suas repercussões particulares sobre as atividades científico-tecnológicas em andamento no País. Por outro lado tenta-se, através desse estudo, visualizar as contribuições reais e potenciais que a Ciência e a Tecnologia possam trazer para solucionar ou minorar os problemas sócio-econômicos colocados pela conjuntura atual. Em outras palavras, trata-se de investigar o impacto da crise na C & T e vice-versa.

O citado projeto foi concebido em dois momentos diversos, situando-se o presente trabalho no segundo deles, tendo os organizadores partido da

idéia geralmente aceita de que a crise seria um fenômeno de natureza principalmente econômica, cuja solução deveria ser buscada também no domínio do econômico. Por outro lado, por saber-se que a crise extravasava essa dimensão, a consulta foi dirigida também a outros domínios na busca de informações sobre os diferentes efeitos e conseqüências daquele fenômeno, verificando-se a existência de várias concepções gerais da crise, consideradas não como excludentes mas complementares entre si. Concluindo, pode-se afirmar que o propósito de contribuir para a produção de "novas sínteses" de visões alternativas ao conhecimento dominante foi que inspirou os organizadores a reunir o material desta publicação, representado por uma diversidade de interpretações sobre a crise e vários de seus aspectos, buscando estimular um debate interdisciplinar que propicie um maior entendimento sobre o fenômeno, facilitando, talvez, o encontro de alternativas para as condições por ele impostas.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ENERGIA (2.: abr. 1981: Rio de Janeiro). Anais = Proceedings / Editor chefe William M. Mansour. — [s.l.: s.n.] 1981 (Rio de Janeiro, Artes Gráficas Schulze Ltda.). 3 v. (xix, 1.246 p.) il. Índice de autores: p. 1.237-46. Os trabalhos estão impressos no idioma no qual foram apresentados.

INPES

LE 84-198

Trata-se de volumosa coletânea apresentando nada menos que 109 artigos de autoria de extensa gama de colaboradores que participaram, em abril de 1981, do II Congresso Brasileiro de Energia no Rio de Janeiro. O volume A constitui-se de 36 artigos, sendo que os 20 capítulos iniciais tratam da energia nuclear, cobrindo um largo espectro de tópicos, destacando-se a análise de acidentes com as centrais, os mecanismos de segurança, os aspectos legais, projeto, instrumentação, suprimento de urânio e enriquecimento. Segue-se uma análise dos aspectos da gaseificação e liquefação do carvão, com ênfase especial sobre o alto teor de cinzas do carvão brasileiro (Capítulos 21 a 28). Os demais trabalhos desse volume reportam sobre combustíveis líquidos e gasosos derivados da madeira, biomassa e de rejeito, sendo que alguns deles estudam aspectos de projeto de geração de energia. O volume B incorpora 35 artigos, descrevendo, em princípio, os avanços recentes em eletrólise e na geração de gás hidrogênio (Capítulos 1 a 5); em seguida faz referência a projetos que dizem respeito à *performance* de moinhos de vento (Capítulos 6 a 9), abordando, subsequentemente, temas de agricultura relacionados com o programa de

energia brasileiro (Capítulos 10 a 14) ; novos enfoques são então sugeridos, com vistas à conservação da energia em usinas de açúcar, na indústria de cerâmica e projetos apropriados de tubulações de vapor (Capítulos 15 a 18) ; os demais capítulos desse volume (19 a 35) cobrem importantes tópicos na área de planejamento energético, tais como a geração econômica de eletricidade, as comparações entre as usinas nuclear e térmica, o balanço de energia no Brasil e no Chile, bem como a metodologia de controle e administração, propondo modelos de energia e centrais de potência para áreas remotas. O volume C engloba 38 artigos e trata, de início (Capítulos 1 a 3), do planejamento de produção de petróleo e usinas nucleares no Brasil; a seguir analisa a distribuição e controle de energia elétrica, incluindo esta parte pesquisas sobre a adaptação de geradores elétricos para moinhos de vento e turbinas d'água de baixa queda (Capítulos 4 a 9) ; posteriormente, trata dos projetos de análises de *performance* de coletores solares e aquecedores solares de água (Capítulos 10 a 14), após o que apresenta estudos e comparações para armazenamento de energia térmica (Capítulos 15 a 19) ; seguem-se novos aspectos tecnológicos de máquinas térmicas, bombas, refrigeradores e outros sistemas térmicos (Capítulos 20 a 24), uma análise dos problemas específicos de transferência de calor na geração de potência, transmissão e uso (Capítulos 25 a 30) ; uma poderosa metodologia para o estudo e análise de correntes marítimas para a geração de energia (Capítulos 31 e 32), encerrando-se finalmente o trabalho com o enfoque de projetos e problemas de vibração relacionados a veículos elétricos, transporte de combustível sólido, linhas de transmissão, torres de *off-shore*, além de vasos de pressão e tensões em tubulações (Capítulos 33 a 38).

COUVRE, Maria de Lourdes Manzini. A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático, 1964-1981. — São Paulo: Brasiliense, 1983. 327 p.

INPES

LE 84-117

Segundo a autora, a análise aqui feita do pensamento tecnocrático tem um certo caráter pedagógico, já que procura reavivar a memória do leitor para o que lhe foi transmitido nesses 19 anos, em termos de propostas e delineamentos tecnocráticos, na expectativa de que essa retomada mais sistemática contribua para pô-lo mais alerta, permitindo-lhe refletir sobre a possibilidade de que não venhamos a incorrer novamente em erros semelhantes.

Objetivando verificar qual o tipo de racionalidade que, além da coerção, possa explicar a persistência do chamado "Estado autoritário" pós-1964 até os nossos dias, a autora constrói mosaicos que formam algumas figuras indicativas da concepção do mundo do bloco ideológico tecnocrático.

O livro é constituído de seis capítulos, sendo que o primeiro procura configurar o "capitalismo social" como "tradução" tecnocrática do monopolismo e também como o bloco ideológico em foco estimula a forma de produzir monopolista em contexto de desenvolvimento desigual e combinado, como o brasileiro. O segundo capítulo tem em vista captar como os "tecnocratas" interpretam o Estado intervencionista, enquanto Estado planejador, em termos de "revolução consentida", e como cuidam da coesão interna do bloco intelectual, que se expressa grandemente no "processo de *civilianização* dos militares", quando esses devem incorporar melhor a concepção de mundo "tecnocrático". O terceiro capítulo evidencia o impasse do bloco ideológico em lidar com as classes dominadas, particularmente com a operária. A autora procura delinear a interpretação da política salarial no período mais repressivo e na chamada "abertura", que segundo ela não alcança o que pretendem esses tecnocratas, em termos de paz social. O processo educacional, concebido pelos tecnocratas em termos de "democratização do ensino" e que redunde, coerentemente com os interesses do Capital, em "educação restrita", é objeto de estudo no quarto capítulo. O quinto apresenta aspectos conclusivos dos anteriores, que revelam o quadro do impasse com o qual, segundo a autora, depara-se o bloco ideológico tecnocrático, enquanto defensores dos interesses do capital monopolista em sua tentativa de "institucionalizar" o "capitalismo social" através da "democracia social relativa". Por fim, o sexto e último capítulo apresenta a discussão de conceitos fundamentais como Estado autoritário, ideologia, ideologia pós-liberal, bloco ideológico e bloco ideológico-tecnocrático, passando pela problemática da divisão entre ciência e ideologia.

DESENVOLVIMENTO capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise / Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Renata Coutinho (orgs.); Carlos Lessa ... [et al.]. — São Paulo: Brasiliense, 1982. 228 p.: tab., gráf. 2 v., v. 1.

INPES

LE 84-124

Trata-se do primeiro volume da coletânea incorporando artigos de autoria de professores da Unicamp, escritos no período 1977/81, os quais

mostram a produção intelectual de vários autores apresentando o seu ponto de vista — quase sempre em co-autoria — sobre o desenvolvimento capitalista brasileiro e a crise atual.

Os artigos estão agrupados em três conjuntos. O primeiro deles reúne os trabalhos de Coutinho & Belluzzo e Coutinho, os quais dão uma visão geral do desenvolvimento capitalista mundial nos últimos 20 anos, buscando desenhar as principais facetas da crise, quais sejam o crescimento do nível de preços e a intensificação dos circuitos financeiros. O segundo conjunto apresenta os artigos de Serra, Tavares & Belluzzo e Cardoso de Mello & Belluzzo, que se atêm mais especificamente ao desenvolvimento capitalista no Brasil. Serra faz uma análise exaustiva das modificações mais relevantes ocorridas com a nossa economia a partir do pós-guerra, ao passo que os dois demais artigos desse conjunto, acima referidos, lidam com uma fase mais atual, ou seja os últimos 15 anos, e tanto num quanto noutro os autores tentam explicar o porquê da recuperação verificada depois de 1967 — quando ocorreu o propalado milagre brasileiro — assim como o retrocesso subsequente. O terceiro e último conjunto engloba três trabalhos. O de Coutinho e Belluzzo, fruto de uma “juntada” de dois outros textos dos autores, escritos em 1980 e 1981, fornecendo uma pletora de informações relativamente a várias medidas tomadas na área econômica no período 1974/81, e prevenindo fatos que acabaram realmente acontecendo, como a redução dos gastos públicos e a insolvência das pequenas e médias empresas. O de Braga, que apesar de possuir mais de 10 anos continua muito atual, já que trata do orçamento das estatais e da política econômica. Por fim, temos o artigo de Lessa e Dain, último da coletânea e diferente dos demais, já que não trata dos aspectos conjunturais da economia brasileira.

DORNBUSCH, Rudiger. Macroeconomia / Rudiger Dornbusch, Stanley Fischer. — 2. ed. — Rio de Janeiro: McGraw Hill, 1982. 673 p.

INPES

LE 84-106

Trata-se da segunda edição de um livro-texto de macroeconomia amplamente utilizado como referência básica dos currículos dos cursos introdutórios e intermediários de macroeconomia. O trabalho apresenta em seus 19 capítulos, distribuídos ao longo de quatro partes, uma cobertura ampla e abrangente da macroeconomia básica. A primeira parte, com quatro capítulos, pretende introduzir o aluno aos conceitos de contabilidade nacional e ao modelo IS-LM básico. A segunda é constituída

de seis capítulos nos quais procura-se detalhar a análise do comportamento dos principais agregados macroeconômicos como consumo, investimento, demanda e oferta de moeda e, a partir disso, introduzir o estudante à análise da política de estabilização. A terceira, com sete capítulos, constitui sem dúvida a grande inovação que o livro apresenta em termos de textos de macroeconomia. Aí é apresentado o instrumento analítico básico para o entendimento das questões relacionadas ao comportamento da inflação e do desemprego. Nesse sentido são destrinchados conceitos como oferta agregada, curva de Phillips, lei de Okun, etc. que, no mais das vezes, encontravam-se ausentes dos livros-texto. Finalmente, a quarta parte apresenta quatro capítulos dedicados ao instrumental analítico da macroeconomia de uma economia aberta. Deve-se apontar que essa parte também possui uma extensão e rigor de tratamento pouco usual em textos introdutórios.

Comentando de forma mais genérica, poderíamos dizer que uma das grandes vantagens do texto de Dornbusch e Fischer talvez esteja no esforço empreendido pelos autores para aplicar o instrumental analítico apresentado para o entendimento dos problemas econômicos da atualidade. Esse esforço fica demonstrado na fartura de análises empíricas sobre a economia americana que o livro apresenta. Além disso, procurando melhor adequar o texto aos nossos estudantes, a edição brasileira acrescenta dois amplos apêndices sobre os problemas de inflação, crescimento, balanço de pagamentos e as experiências de políticas de estabilização para o Brasil na década de 70. É de se esperar que a próxima edição brasileira inclua análise e evidências sobre a crise econômica atual.

ECONOMIA agrícola: ensaios / José Roberto Mendonça de Barros ... [et al.]; organizador João Sayad. — São Paulo: Univ. de São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1982. 176 p.: il. — (Relatórios de pesquisa/Universidade de São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 11).

FGV; INPES

LE 84-188

O objetivo deste livro, que reúne cinco ensaios de conhecidos pesquisadores do IPE, é saber em que medida a agricultura atende às expectativas, tendo em vista que é considerada pelo discurso público, na política econômica e pela opinião pública em geral como um setor especial, absorvendo contingentes bastante significativos da população trabalhadora, gerando saldos de divisas, fornecendo biomassa e contribuindo para uma política antiinflacionária.

Assim sendo, os temas desta coletânea buscam abranger os mais relevantes aspectos da agricultura brasileira, discutindo-se inicialmente, no ensaio de Mendonça de Barros, as perspectivas do setor agrícola no futuro, ao se adicionarem às suas funções tradicionais a de produção de energéticos, entre outras; Pastore, Dias e Castro analisam a seguir a difusão da tecnologia no meio rural buscando explicar as condições responsáveis pelos movimentos de avanço, estagnação ou retrocesso na criação e difusão de inovações tecnológicas, ocorridos no processo de evolução da agricultura brasileira após 1930; os efeitos dos vários instrumentos de política econômica sobre a pequena agricultura no Brasil são examinados por Homem de Melo, política essa entendida como dizendo respeito às decisões sobre investimentos públicos, estímulos para a realização de investimentos privados e regulamentação da atividade econômica, envolvendo, além de aspectos alocativos e efeitos sobre determinados indicadores econômicos (produção agregada, inflação, exportações, etc.), aspectos distributivos, por meio de seus efeitos diferenciados sobre a renda real dos produtores, consumidores, assalariados e outros; o ensaio de Longo demonstra como a agricultura e a especulação com terras rurais podem ser afetadas por impostos e pela reforma tributária atualmente em debate, destacando-se as características básicas do novo Imposto sobre a Propriedade Rural (ITR), o efeito alocativo do imposto num modelo em que a especulação imobiliária é tida como uma forma alternativa de investimento, e a tributação imobiliária como fonte de receita municipal; o quinto e último ensaio, de Sayad, discute o papel de destaque que o setor agrícola tem na determinação do desempenho da economia brasileira no curto prazo e no desenho de políticas de estabilização, enfatizando as características de financiamento e o processo de formação de preços do setor agrícola, além de analisar a maneira como a inflação e a recessão afetam esse setor.

ENERGY-POLICY analysis and congressional action / Edited by Raymond C. Scheppach and Everett M. Ehrlich. — Lexington, Mass.: Lexington Books, 1982, xi, 252 p.

INPES

LE 84-199

A crise do petróleo, determinada pelo embargo árabe em 1973/74, trouxe o problema da energia para o primeiro plano das preocupações parlamentares nos Estados Unidos. Até então, o interesse do Congresso norte-americano pelos problemas energéticos limitava-se à fixação de preços

para o gás natural, à legislação sobre a exploração mineral e à criação de fundos para a pesquisa e o desenvolvimento nessa área. O boicote do petróleo fez com que os governos de Nixon e Ford recomendassem, e o Congresso votasse, diversas propostas legislativas destinadas a estabilizar o preço do petróleo doméstico e a formular políticas de emergência que pudessem ser acionadas em caso de futuros boicotes.

As diretrizes parlamentares originaram-se, em grande parte, das análises da Comissão de Orçamento do Congresso, a partir das quais se propunha nova legislação com vistas a reduzir os níveis norte-americanos de importação de petróleo. Scheppach e Ehrlich baseiam-se nas análises dessa Comissão para revelar as bases das grandes decisões sobre energia a que chegaram a 95.^a e a 96.^a sessões legislativas do Congresso.

Antes de examinar as diversas questões que motivaram tais decisões, esta coletânea, que contém 11 capítulos, além de dois apêndices, não apenas apresenta uma perspectiva do problema energético como mostra um quadro do que prevalecia antes da atual política entrar em vigor. O Capítulo 2, por exemplo, expõe um painel da situação energética durante fins da década de 70, destacando o dilema dos Estados Unidos frente à dependência de petróleo importado e ao fato de serem os preços e o suprimento mundial desse produto dominados pela OPEP. Trata-se, portanto, de um importante exame da política energética dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que apresenta uma exposição clara dos debates analíticos que se travaram no Congresso desse país. Nessa qualidade, trata-se de uma obra que oferece informações valiosas no campo da análise de diretrizes, da energia, da economia e da ciência política.

FELDMAN, Robert A. The impact of oil import price shocks on domestic prices. — Boulder: Westview Press, 1982. 191 p.: il. — (A Westview replica edition).

INPES

L.F. 84-200

O trabalho contém cinco capítulos, tendo como tema a questão do violento aumento dos preços do petróleo no início dos anos 70. A principal meta do estudo é fornecer estimativas empíricas do impacto proporcionado pelo aumento de preço do petróleo importado sobre a estrutura e nível dos preços domésticos. A análise incorpora ainda os efeitos das decisões de política econômica interna norte-americana em resposta ao choque dos preços do petróleo importado, tanto a nível microeconômico — quando se questiona a que nível se deve fixar o preço do petróleo cru produzido

internamente — quanto macroeconômico, quando se discute de que maneira a macropolítica deve ser conduzida, tendo em vista a dimensão inesperada do aumento. Um dos principais instrumentos empíricos utilizados é a análise insumo-produto, combinada com a ótica da análise de equilíbrio parcial e simulações de modelos econométricos.

O estudo está estruturado basicamente em duas partes. Na primeira (Capítulos 2 e 3), trabalha-se com a hipótese de tecnologia com coeficiente insumo-produto fixo, definido em termos de unidades físicas, o que implica a impossibilidade de substituição entre combustíveis. Esta hipótese, por um lado, enseja uma base para comparação com os resultados da segunda parte (que incorpora a substituição entre tipos de energia), ajudando a verificar em que medida a substituição provocada pelos aumentos dos preços do petróleo diminui os aumentos dos preços domésticos e, por outro lado, preenche a lacuna de trabalhos que se valem do instrumental de análise insumo-produto. Na segunda parte (Capítulos 4 e 5), a hipótese de tecnologia com coeficiente fixo de insumo-produto é relaxada e a substituição entre combustíveis é incorporada na análise. Em particular, é estudada a substituição entre carvão, produtos refinados de petróleo, eletricidade e gás natural para 36 ramos industriais, sendo cada indústria tratada separadamente, de acordo com as suas possibilidades de substituição.

FINANCIAL profitability and losses in public enterprises of developing countries / Edited by Zia U. Ahmed. — Ljubljana: International Center for Public Enterprises in Developing Countries, 1982. 167 p. Baseado nos resultados do International Workshop, organizado pelo ICPE em colaboração com as Nações Unidas, em Ljubljana, 1 a 5 de junho de 1981.

INPES

LE 84-165

Dada a importância crescente das empresas públicas nos países em desenvolvimento, tornou-se muito interessante ter em mãos estudos que analisem a forma de atuação dessas empresas, cujos objetivos tendem a ser sociais, mas de cuja administração se exige, cada vez mais, um comportamento empresarial privado. O Centro Internacional de Empresas Públicas em Países em Desenvolvimento, na Iugoslávia, tem promovido diversos seminários com a finalidade de discutir aspectos particulares do funcionamento das empresas públicas. O presente livro constitui-se nos anais do seminário por este Centro realizado em junho de 1981, no qual o assunto discutido foi a importância da rentabilidade financeira na

avaliação do desempenho das empresas públicas. É composto de estudos encomendados e de outros que avaliam as experiências destas empresas no Paquistão, em Sri Lanka, na Malásia e na Iugoslávia. Entre os estudos encomendados estão: (i) o de Praxy Fernandes, que advoga a idéia de que a busca da lucratividade financeira da empresa pública é um elemento importante para possibilitá-la atingir os objetivos sociais que os planejadores desejam que elas busquem; (ii) o trabalho de S. S. Marathe, que enfatiza o excessivo controle governamental, as dificuldades financeiras, os erros de decisão e a ineficiência administrativa existentes nestas empresas; e (iii) o estudo de V. V. Ramanadham, que enfoca a necessidade de se eliminar a ineficiência administrativa como uma primeira etapa na análise dos *deficits* das empresas públicas antes de se concluir se os mesmos decorrem da busca de se atingir os objetivos sociais ou se eles decorrem de decisões empresariais ou de riscos tomados que não foram bem-sucedidos. O livro é uma coletânea importante de textos para todos os interessados em avaliar o papel empresarial do Estado, principalmente na situação atual de condições econômicas difíceis para praticamente todos os países do mundo, particularmente para aqueles extremamente dependentes do mercado internacional.

Thompson A. Andrade

GALBRAITH, John Kenneth. Moeda: de onde veio, para onde foi / Tradução de Antonio Z. Sanvicente. — 2. ed. — São Paulo: Pioneira, 1983. 338 p. Tradução de: "Money whence it came, where it went?"
IPLAN LE 84-114

O livro, com 21 capítulos, é mais que uma simples história da moeda, uma vez que se preocupa menos com a história em si e mais com as lições de história para o entendimento presente e futuro do papel da moeda e da política monetária nas decisões mais amplas da política econômica.

Com um estilo próprio — onde se misturam didatismo, erudição e ironia — o autor procura ao longo do trabalho envolver o leitor em uma mistura de estória, de base factual, com a história da moeda, aqui compreendida como o entendimento das diversas formas abstratas pelas quais a moeda se materializa através de sua história. Este romanceado começa com a análise da forma "moeda metálica" e a sua inseparável definição de riqueza ou tesouro, desde a Antiguidade até as épocas mer-

cantilistas. Segue-se o surgimento dos bancos, da atividade bancária e do papel-moeda, forma revolucionária em que se transforma a moeda com conseqüências importantes quanto à sua funcionalidade para o sistema econômico, notadamente a inflação ou a perda de valor da própria moeda.

Em termos de política monetária, chega-se então ao século XX e os exemplos históricos da hiperinflação alemã e da Grande Depressão americana servem como principais guias para a compreensão dos efeitos benéficos e deletérios de políticas monetárias diferenciadas. Com a era de Keynes o entendimento da moeda e as funções da política monetária alteram-se fundamentalmente, chegando o autor até às discussões mais recentes quanto às escolhas entre desemprego e estabilidade monetária que freqüentam os argumentos dos liberais e conservadores na chamada controvérsia monetarista. O trabalho se encerra com o autor retirando das lições da história o que ele denomina de imperativos que irão determinar a política monetária e a política econômica mais amplamente no futuro próximo.

GALBRAITH, John Kenneth. O novo estado industrial / Tradutor Leonidas G. de Carvalho; revisor Aldo Bocchini Neto. — 2. ed. — São Paulo: Pioneira, 1983. 296 p. Tradução de: *The new industrial state*, 3. ed.

IPLAN

LE 84-118

O presente volume, com 35 capítulos e prefácio — sendo que os 10 primeiros formam a base do que será apresentado pelo autor — é obra bastante conhecida, traduzida em mais de 20 línguas e já na 3.^a edição americana e 2.^a em português, tendo-se transformado, em quase duas décadas de existência, num dos clássicos da literatura econômica contemporânea e em leitura obrigatória não somente nos cursos universitários de economia, como também nos meios empresariais do mundo inteiro. Publicado em 1967, foi revisto 10 anos depois pelo autor, o qual declara no prefácio à 3.^a edição americana que quando estava concluindo *The affluent society* chegou à conclusão de que um mundo diverso e mais amplo começou a interferir em seus pensamentos. Era chegada a era das grandes empresas, quando o povo passou a servir cada vez mais às conveniências de organizações, as quais, originalmente, é que deveriam servir àquele. É aí que Galbraith aponta a mais fundamental hipótese da economia, a da soberania do consumidor e o poder final do indivíduo

na vida econômica, ao passo que este, o indivíduo, subordina-se mais e mais aos objetivos da organização produtora da qual ele é participante ou consumidor. O autor apresenta fatos pertinentes dentro dessa estrutura, defendendo a idéia de que eles se ajustam melhor nela do que na estrutura neoclássica ortodoxa. Esse método — o deslocamento a partir de hipótese maior em direção aos fatos que se ajustam a ela e a sustentam, ao invés do método do oposto — é conflitante com o procedimento consagrado em economia. Trata-se, por conseguinte, de um mundo em que a motivação das pessoas envolvidas não se ajustava ao modelo dos compêndios comuns, nem a relação entre empresa e Estado, tampouco os mercados, os quais, longe de constituírem o poder da economia, acomodavam-se cada vez mais às necessidades e conveniências das grandes companhias. Isto acabou convencendo a Galbraith de que essa nova realidade revelava um grande processo de mudança, "rigorosamente articulado". Essas instituições é que o levaram à conclusão de que o sistema econômico aceito, o neoclássico, simplesmente perpetuava um mito que exprimia o reverso da verdade. E isso passou a ser a essência da tese aqui defendida, com o autor atacando, por conseguinte, a estrutura econômica neoclássica ortodoxa e procurando reconstruí-la diversamente. Finalizando, enfatizamos que para o autor o poder decisório na sociedade industrial moderna não é exercido pelo capital, mas pela organização; não pelo capitalista, mas pelo burocrata da indústria. Isto ocorre tanto nos sistemas de planejamento do Ocidente como também nas sociedades socialistas.

HISTÓRIA econômica: ensaios / Antonio Emilio Muniz Barreto... [et al.]. — São Paulo: Inst. de Pesquisas Econômicas da Univ. de São Paulo, 1983. 181 p.: tab., gráf. — (IPE/USP. Relatórios de pesquisa; 13).

INPES

LE 84-115

Este livro reúne sete ensaios de natureza variada efetuados por professores do Departamento de Economia da USP especificamente da área da História Econômica. O trabalho inicial procura quantificar o fluxo exportador de moedas de prata através do porto de Buenos Aires, durante a segunda metade do século XVIII, com base nos registros manuscritos dos navios que deixaram o porto nesse período (Muniz Barreto); segue-se uma análise dos elementos da estrutura econômica de 18 localidades mineiras, essencialmente a estrutura de posse da mão-de-obra escrava, principal fator de produção utilizado na lide extrativa e provavelmente um

dos componentes de maior importância no estoque de riqueza individual em Minas (Luna); o estudo seguinte busca observar algumas características como sexo, ocupação, condição social, etc., das pessoas alvo da devassa promovida em Minas em 1738. Interessam aos autores, especificamente, os indivíduos condenados por concubinato, uma vez que estes chegam a corresponder a cerca de nove décimos dos sentenciados (Luna e Costa); o próximo trabalho baseia-se nas informações colhidas pela autora a partir de inventários existentes no arquivo do fórum de São Paulo, tendo trabalhado com 796 peças documentais nas quais constatou a existência de 1.309 proprietários com 2.936 escravos, obteve informes sobre os cativos de forma a conhecer sua origem, sexo, idade, e preços, além de analisar a distribuição de riqueza à base da propriedade de escravos (Cardoso de Mello); uma breve história da estrutura tributária de São Paulo, de 1835 ao término da Primeira República, é apresentada a seguir, onde, segundo o autor, a questão da discriminação de rendas pertencentes às províncias surge como o problema de maior relevância, tendo a lei orçamentária de 1835 contemplado a Renda Geral do Império com praticamente todos os campos tributáveis (Nozoe); o artigo subsequente objetiva apresentar evidências que permitam entender melhor as formas de crédito existentes em São Paulo durante a Primeira República (Saes); por fim, o último artigo do volume faz uma avaliação da diversificação da agricultura no Estado de São Paulo *vis-à-vis* a crise de 1929, quando se observa o surgimento de outras culturas além do café, com sua produção voltada para o mercado, pontificando neste caso o algodão e a cana-de-açúcar (Nogueira Neto).

HOFFMANN, Rodolfo. Análise de regressão: uma introdução à econometria / Rodolfo Hoffmann, Sônia Vieira. — 2. ed. — São Paulo: Hucitec, 1983. 379 p.

CENDEC

LE 84-139

Com 11 capítulos, além de prefácio, apêndice, bibliografia e índice analítico, este alentado volume é uma segunda edição aumentada e melhorada de trabalho publicado em 1977 com o intuito de preparar material didático para as disciplinas de econometria e análise de regressão em cursos oferecidos pelo Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da ESALQ-USP e pelo Departamento de Estatística do IMECC-UNICAMP. Segundo seus autores, esta primeira obra no gênero, elaborada por especialistas nacionais, foi motivada pela escassez de trabalhos sobre o assunto,

acreditando os mesmos que será de grande utilidade para todos aqueles que se dedicam ao estudo das disciplinas supracitadas. Destacam que o interesse na aprendizagem de tais técnicas se explica, em grande parte, pelo uso que delas se faz em pesquisas econômicas, mostrando que a análise de regressão, mesmo em seus aspectos mais complexos, também é aplicada em biologia, como é o caso de regressões assintóticas, amplamente utilizadas no estudo do crescimento dos seres vivos. Chamam ainda a atenção para um aspecto importante da obra, qual seja a apresentação de exercícios numéricos "que não exigem, para serem resolvidos, nem mesmo uma máquina de calcular", podendo o aluno, dessa forma, sem despendar muito tempo em cálculos, testar sua aprendizagem e utilizar os conhecimentos recém-adquiridos. Finalmente, os autores lembram que foram acrescentados vários exercícios e introduzida, no Capítulo 4, uma seção sobre a interpretação geométrica da análise de regressão de acordo com o método de mínimos quadrados, interpretação essa que, embora não seja necessária para o entendimento das demais seções do livro, contribui para uma melhor compreensão do referido método.

THE MANAGED economy: essays in British economic policy and performance since 1929 / Edited by Charles Feinstein. — Oxford: Oxford Univ. Press, 1983. 284 p.: tab.

INPES

LE 84-116

A coletânea congrega 13 trabalhos de destacados autores que analisam a política econômica inglesa ao longo de meio século, mais especificamente dos anos 30 aos anos 70. No decorrer desse longo período, a economia britânica apresentou um desempenho bastante irregular, ora com situações críticas — como ocorreu no princípio e no final do período citado, quando pontificaram a queda na produção e o desemprego em massa — ora com recordes de crescimento e de quase pleno emprego, nos anos intermediários. Essa instabilidade do desempenho econômico e o desenvolvimento e aplicação de políticas com vistas a melhorar a situação constituem-se nos dois temas mais importantes do volume, os quais proporcionam a base de estudo do aspecto mais significativo e característico da moderna história econômica britânica: o crescimento da economia administrada. Cabe destacar que os trabalhos aqui apresentados deixam transparecer claramente a influência que as idéias de Keynes exerceram nas políticas postas em prática no decorrer do período em estudo, principalmente na questão das despesas com a guerra e do desemprego em massa, que se

acentuou em 1920 e persistiu nos anos intermediários às duas guerras. Somente já na década de 70, em vista do fraco desempenho econômico observado, é que muitos economistas e políticos começaram a questionar a validade das proposições keynesianas, passando a adotar a alternativa monetarista, com destaque para as teorias do norte-americano Milton Friedman. Para uma melhor compreensão do volume, os organizadores separam os trabalhos em três blocos. O primeiro incorpora os Capítulos 1 a 5, com uma abordagem generalizada dos anos 30 (Harrod, Winch, Richardson e Capie); o segundo engloba os Capítulos 5 a 9, dedicados à análise das teorias keynesianas (Sayers, Matthews, Paish, Opie e Kaldor); por fim, o terceiro grupo abrange os Capítulos 10 a 13, que fazem um estudo pormenorizado dos tumultuados anos 70, quando a economia britânica, conforme dito anteriormente, mergulha em inúmeras dificuldades, no bojo da crise que se abateu sobre as economias industrializadas (Taylor, Brown, Singh e Burns).

MARINHO, Henrique J. M. Noções de política monetária: uma abordagem brasileira. — Rio de Janeiro: Campus, 1983. 133 p.: tab., gráf.

INPES

LE 84-147

Segundo o seu autor, o presente livro condensa, de forma simplificada, os princípios elementares de política monetária. A intenção é proporcionar aos estudantes de graduação em Economia os conceitos de análise monetária associados à realidade do modelo brasileiro, visando a uma aprendizagem mais apurada, bem como a preencher a grande lacuna de livros, sobre a utilização de instrumentos monetários a níveis de introdução. Ao longo do trabalho, cujos dois primeiros capítulos abordam aspectos teóricos e institucionais da oferta de moeda, bem como os mecanismos existentes para controlá-la a níveis programados pela política monetária, o autor faz um estudo da evolução da moeda até a constituição do sistema monetário atual (Capítulo I); analisa os instrumentos de política monetária, ou seja, o recolhimento compulsório, os redescontos e o mercado aberto na economia brasileira (Capítulo II); discute algumas teorias, mormente as de maior repercussão, que explicam a demanda por moeda (Capítulo III); estuda os efeitos da utilização dos instrumentos monetários, fiscais e cambiais na economia como um todo (Capítulo IV); fala sobre uma política de controle para as transações internacionais que um país possa ter, além de analisar os tipos

de taxa de câmbio, a política cambial brasileira e o balanço de pagamentos (Capítulo V); faz uma análise pormenorizada do fenômeno inflacionário, mostrando os diversos tipos de inflação, focalizando a inflação brasileira em particular e apontando os indicadores mais utilizados para medir a mesma (Capítulo VI), encerrando o trabalho com um enfoque pormenorizado do Sistema Financeiro Nacional, mostrando os principais grupos institucionais que o compõem, apresentando um histórico do mesmo, discorrendo sobre a competência do Conselho Monetário Nacional e desenvolvendo, por fim, as principais funções de suas instituições (Capítulo VII).

MIGLIOLI, Jorge. Acumulação de capital e demanda efetiva. — São Paulo: T. A. Queiroz, 1982. 301 p. — (Biblioteca básica de ciências sociais; ser. 3: Teoria e método; 2).

CENDEC

LE 84-110

O objetivo do livro, segundo o próprio autor, é um estudo do pensamento marxista sobre a questão da demanda efetiva, o que significa analisar o papel da realização da mais-valia no processo de acumulação de capital.

A razão de ser do trabalho estaria na visão, bastante disseminada no meio acadêmico ortodoxo, segundo a qual a teoria da demanda efetiva aparece no pensamento econômico apenas com Keynes. O autor pretende mostrar que a questão é bastante anterior, já tendo sido tratada com profundidade antes por Marx e outros teóricos marxistas, dentre estes destacando-se Kalecki. Se dentro da ortodoxia neoclássica a questão da demanda efetiva foi evitada pela adoção da chamada Lei de Say desde Ricardo e Mill para apenas ser rejeitada por Keynes, para os teóricos marxistas a teoria da demanda efetiva foi objeto de grande discussão por detrás do velho problema da realização e “dos mercados”.

O livro procura mostrar como evoluiu a discussão a respeito da demanda efetiva dentro da literatura marxista, estando constituído de cinco partes. Os quatro primeiros capítulos da primeira parte discutem a Lei de Say e suas implicações, que servem para mostrar a importância dessa lei para a ortodoxia neoclássica e também como contraste às análises marxistas. Na Parte II, a própria análise de Marx para a questão da realização e acumulação é apresentada com o objetivo de mostrar o

quanto uma teoria da demanda efetiva estava implícita em seus escritos, embora não claramente delineada. Em seguida, o autor analisa os economistas marxistas que discutiram o problema da realização, especialmente Tugan-Baranovski, Lênin e Rosa Luxemburgo, com suas diferentes interpretações. Finalmente, a Parte V, a mais importante do livro, discute a contribuição de Kalecki para a compreensão do problema da demanda efetiva na dinâmica das economias capitalistas. Como diz o autor, com Kalecki a teoria da demanda efetiva passou a ser o próprio ponto de partida para interpretar o movimento das economias capitalistas.

MODELING of large-scale energy systems: proceedings of the IIASA/IFAC symposium on Modeling of Large-Scale Energy Systems, February 1980 / Editores W. Häfele, L. K. Kirchmayer. — Oxford: Pergamon Press, 1981. 461 p.: il. — (International Institute for Applied Systems Analysis. IIASA proceedings series; v. 12).

INPES

LE 84-141

Trata-se de substancial volume divulgando os artigos representativos da contribuição de 17 países ao simpósio que leva o mesmo título do livro, organizado pelo International Institute for Applied Systems Analysis (IIASA), e cujo propósito, segundo o organizador, é analisar o alcance, as limitações e as aplicações atuais que se dá aos modelos energéticos no estado das artes. Através dos diferentes trabalhos foi possível tomar-se conhecimento de progressos bastante significativos em vários países que influenciaram decisões de ordem tática, estratégica e política, além dos *insights* das necessidades de pesquisas futuras apresentados. Os artigos foram distribuídos ao longo de cinco diferentes partes, a primeira das quais trata dos problemas concernentes à conservação e à demanda de energia; segue-se uma análise de conjuntos de modelos integrados e sua aplicação na política; a terceira parte lida com problemas de escolha de tecnologia, oferta e utilização de energia; em seguida são apresentadas questões de distribuição e alocação de recursos; e, por último, questões de tomada de decisão sob condições de incerteza. De acordo com o organizador, os modelos apresentados incluem aspectos físicos, de séries temporais, outros que apresentam fatores técnicos, econômicos, do meio ambiente e sociais, assim como representações de simulação ligadas às tomadas de decisão. A experiência colhida indica, segundo Häfele, que cada vez

mais não só os executivos da área governamental como os das empresas privadas estão adotando os modelos econômicos e energéticos como guias para a obtenção de melhores políticas tecnológicas.

PARIS-DAUPHINE Conference on Money and International Monetary Problems (5.: 1981: University of Paris-Dauphine). Recent issues in the theory of flexible exchange rates / Edited by E. Claassen, P. Salin. — Amsterdam: North-Holland, 1983. 285 p.: tab., gráf. — (Studies in monetary economics; 8).

INPES

LE 84-148

Trata-se de alentada coletânea incorporando os artigos apresentados por ocasião da Quinta Conferência sobre Moeda e os Problemas Monetários Internacionais, realizada na Universidade de Paris-Dauphine em 1981. Tais artigos, na opinião dos editores, são de grande valia para uma melhor compreensão do funcionamento dos sistemas de taxas de câmbio flutuantes. Na verdade, dizem eles, a generalização desse tipo de taxas possibilita ao observador, mormente a partir de 1973, uma multiplicidade de escolhas no que diz respeito a experiências práticas que permitem uma melhor análise empírica dos modelos de taxas de câmbio. Ao mesmo tempo, o debate teórico foi bastante aprofundado durante o período, podendo-se mesmo afirmar que agora já existe uma abordagem tradicional do funcionamento do sistema de taxas de câmbio flexíveis. Os artigos em pauta admitem a doutrina da paridade do poder de compra como fator básico na determinação de longo prazo da taxa de câmbio. Preferem, no entanto, focalizar os aspectos de curto prazo, uma vez que tudo leva a crer, com base no mecanismo das taxas flutuantes dos anos 70, que a inconstância de algumas variáveis importantes — como por exemplo taxas de câmbio nominais e reais, balanças comerciais e taxas de juros — era maior do que a esperada. As diversas contribuições aqui apresentadas oferecem novas e importantes idéias que explicam esse fenômeno, as quais estão expostas ao longo das três partes em que o volume está dividido.

Na primeira delas, "Taxas de Câmbio Nominais e Reais", os três artigos procuram, a partir de diferentes perspectivas, explicações para a evidência empírica da variabilidade das taxas nominais e reais. Isto porque a evidência estaria a indicar que, mesmo sob um regime de taxas flutuantes, a política monetária teria efeitos não neutros, pelo menos no curto prazo. A segunda parte, "Macroeconomia das Taxas de Câmbio Flutuan-

tes", é composta de cinco trabalhos que tratam a questão em uma perspectiva mais ampla, isto é, procuram identificar os efeitos de choques externos sobre o equilíbrio macroeconômico em economias abertas com taxas flutuantes. Finalmente, os três últimos artigos que compõem a terceira parte, "O Comportamento das Autoridades Monetárias sob o Regime de Câmbio Flexível", discutem questões instrumentais, ou seja, o uso dos instrumentos de política monetária e seus efeitos em programas de estabilização.

THE POLITICS of inflation: a comparative analysis / Edited by Richard Medley. — New York: Pergamon Press, 1982. 248 p.: tab., gráf. — (Pergamon policy studies on international politics).

INPES

LE 84-135

Com nove capítulos, a presente coletânea baseia-se em parte no que foi debatido durante a décima conferência anual da Comissão de Estudos Atlânticos, realizada na Universidade Livre de Berlim, em setembro de 1978. São discursos, ensaios e conferências versando, em profundidade, sobre temas como a inflação, a recessão e os métodos políticos, através da ótica de cientistas políticos e economistas que ocupam cátedras em universidades americanas e britânicas.

O tom geral do livro é dado por Leon Lindberg, professor de Ciência Política na Universidade de Wisconsin, Madison, com seu trabalho *Inflation, recession, and the political process: challenges to theory and practice*, que procura colocar tais problemas na moldura de algumas perguntas que os demais co-autores procuram aclarar. O Professor Lindberg formula três questões fundamentais dentro dos parâmetros da realidade política: (i) por que os governos concorrem (ou não) para fixar as características institucionais da estrutura de salários e preços?; (ii) por que eles inovam (ou não) ao administrar diferentes setores e regiões dentro de suas economias?; e (iii) por que eles intervêm (ou não) para forçar a redução ou a moderação do impacto das desigualdades de rendimentos e riqueza?

Tais questões são mescladas com ênfase diferente em cada capítulo. A inflação é tratada como um problema internacional, sendo afetada, em cada país, pelo que os outros fazem ou deixam de fazer, o que se reflete nos problemas da economia doméstica de cada um, oferecendo ainda a coletânea uma variedade de perspectivas sobre os problemas inter-relacionados com a inflação e a evolução política ao longo dos diferentes artigos que incorpora.

PRICING policy and investment criteria in public enterprises: proceedings of two International Workshops organized by ICPE with the United Nations Development Administration Division / Edited by Zia U. Ahmed. — Ljubljana: International Center for Public Enterprises in Developing Countries, 1982. 297 p.: il.

INPES LE 84-136

Este é um texto que reproduz os trabalhos discutidos em dois seminários organizados pelo Centro Internacional para Empresas Públicas em Países em Desenvolvimento, com a colaboração da Organização das Nações Unidas, em 1980, na Iugoslávia, com o objetivo de obter subsídios para o seu projeto de pesquisa sobre o financiamento de empresas públicas. O primeiro seminário versou sobre políticas tarifárias, tendo contado com trabalhos relatando as experiências nesta área em países como a Inglaterra, Índia, Tanzânia, México e Paquistão, contando ainda com algumas contribuições que discutiram os aspectos teóricos da questão. É de particular interesse o texto escrito por Praxy Fernandes, "Pricing-Fallacies and Fantasies", que faz uma ampla revisão crítica a respeito dos critérios para a definição de preços públicos. O segundo seminário tratou dos critérios e dos processos de decisão para o investimento das empresas públicas. Também nesta seção do livro são reproduzidas as contribuições de especialistas de diversos países, embora a maioria dos trabalhos verse menos sobre as experiências de seus países de origem e mais sobre aspectos fundamentais da associação entre a definição de uma política de investimento das empresas públicas e questões mais amplas, ligadas às estratégias do desenvolvimento nacional. O livro também contém os relatórios finais de ambos os seminários, sintetizando as discussões dos pontos mais relevantes e fazendo recomendações. Estes relatórios são de muita utilidade para todos os que se interessam por esta área de estudo.

O SEGUNDO BRASIL: perspectivas sócio-demográficas / Editor Manuel Augusto Costa. — Brasília, 1983. 223 p.: tab., gráf.

INPES LE 84-131

Trata-se de trabalho resultante de um projeto que compreendeu a realização de estudos e um simpósio sobre implicações sócio-econômicas da dinâmica demográfica no Brasil, organizados e coordenados tecnicamente pelo Grupo de Parlamentares para Estudos da População e Desenvolvimento (GPEPD). O simpósio sobre "O Segundo Brasil" foi reali-

zado em dezembro de 1982 na Câmara dos Deputados, em Brasília, e teve por objetivo analisar impactos sócio-econômicos da evolução demográfica até que se duplique a população nacional, avaliar as implicações políticas dessa duplicação, debater o papel dos parlamentares diante das mudanças demográficas e discutir as necessidades de uma política demográfica para o Brasil.

O livro se inicia com o discurso de abertura do simpósio pelo Presidente do GPEPD, deputado Haroldo Sanford, e o pronunciamento da senadora Eunice Michiles, que reflete o seu ponto de vista no que se refere a matéria populacional, salientando-se a sua proposição em favor de maior participação das mulheres nos debates a respeito das questões demográficas em geral e do planejamento familiar em particular. Segue-se o trabalho de Manuel Augusto Costa, no primeiro capítulo, o qual representa um sumário das idéias que originaram a concepção de política demográfica no mundo e no Brasil, terminando com um resumo de alguns temas, sugestões ou indagações surgidas durante os encontros com a equipe técnica do projeto. O segundo capítulo é composto pelas sinopses apresentadas durante o simpósio, elaboradas com base nos documentos setoriais, seguindo-se a esta um sumário do simpósio com sugestões e observações julgadas relevantes para a temática, após o que se insere um capítulo com comentários acerca do projeto e de assuntos surgidos durante a sua execução. Os capítulos subseqüentes englobam os Estudos Setoriais, que constituíram a medula do projeto, a base de referência para o simpósio e para a elaboração de sinopses que foram amplamente divulgadas por ocasião do conclave.

SILVA, José Graziano da. A modernização dolorosa; estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. — Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 192 p.: tab.

INPES

LE 84-196

Trata-se de coletânea incorporando 10 ensaios elaborados pelo autor de 1976 a 1980, cujos temas principais são a evolução da estrutura agrária, a expansão da fronteira agrícola e a recriação da pequena produção no âmbito da agricultura brasileira.

O primeiro texto — Agricultura e Crescimento Econômico — escrito em 1976 foi, na opinião do autor, sua primeira tentativa de equacionar, a nível macro, o papel da pequena produção agrícola brasileira e é o único

em que ele suprimiu parágrafos e citações cujo conteúdo já não correspondia às suas opiniões atuais. O segundo — A Questão Agrária no Brasil — é composto de duas partes. A primeira apresenta o resumo da pesquisa de seis volumes desenvolvida por uma equipe do Departamento de Economia Rural da Faculdade de Ciências Agrônômicas da UNESP (*Campus de Botucatu*). A segunda é uma síntese da participação do autor no debate sobre o papel da reforma agrária durante o referido seminário. O terceiro trabalho selecionado — Estrutura Agrária e Relações de Produção — procura interpretar a evolução recente da estrutura agrária à luz do movimento geral da economia, bem como relacionar a expansão da fronteira agrícola e a urbanização acelerada dos anos 70 com o desempenho da agricultura brasileira nessa época. O quarto texto — A Propósito da Expansão da Agricultura Paulista — mostra que a forma particular que assume o desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira importa não em transformar diretamente toda a produção, mas em se aproveitar das condições mais propícias para sua expansão. O quinto trabalho — A Estrutura Agrária do Estado do Paraná — tenta mostrar as transformações ocorridas ao nível da estrutura agrária à medida que se consolida o processo de ocupação, legalização e valorização das terras do oeste do estado, a partir dos anos 60. O sexto ensaio — A Porteira já está Fechando? — tem uma certa pretensão especulativa a respeito dos possíveis desdobramentos para a agricultura brasileira (como um todo) do novo padrão de ocupação da fronteira amazônica baseada em grandes extensões de terra, das quais boa parte meramente especulativa. O sétimo artigo — A Pequena Produção e as Transformações da Agricultura Brasileira — procura interpretar o significado da modernização do setor agrícola brasileiro do ponto de vista dos seus efeitos sobre a pequena produção camponesa. O oitavo texto — Os Trabalhadores da Agricultura Brasileira — tenta estimar, a partir de dados secundários disponíveis, os diversos grupos que compõem a força de trabalho rural do País. O penúltimo trabalho — A Reconcentração Fundiária — destaca o peso da recente política de ocupação da Amazônia através de propriedades gigantescas na elevação do índice agregado na concentração fundiária do País nos anos que separaram os dois últimos cadastros (1972-78). Por fim, o último ensaio — O Novo Imposto e o Velho Poder dos Proprietários Rurais — é uma crítica ao Governo brasileiro por alterar o Imposto Territorial Rural (ITR) para enfrentar o agravamento do grau de concentração fundiária a que o País assistiu na década de 70.

SHONFIELD, Andrew. The use of public power — Oxford: Oxford University Press, 1982. 140 p.

INPES

LE 84-108

Este livro é parte de uma série de publicações patrocinadas pelo Departamento de Economia do European University Institute de Florença, onde Shonfield era professor. Foi publicado pouco mais de um ano após a morte do autor, ocorrida em janeiro de 1981, tendo em Suzanna Shonfield seu organizador, e apresentando um Prefácio bastante elaborado por John Hicks.

Esta contundente crítica que Shonfield faz das teorias econômicas vigentes e das economias mistas ocidentais dos últimos 20 anos, é continuação de um trabalho seminal do autor, *Modern capitalism*, publicado em 1965, no qual ele discorre sobre equilíbrio entre o poder público e o privado, sendo que o capitalismo moderno a que ele se refere é, segundo Hicks, "toda a economia mista, com os grandes setores público e privado, que, além de desfrutar de enorme sucesso, pareciam ter-se tornado então a forma dominante de organização econômica em muitos países". Naquela época as economias ocidentais continuaram a crescer a passos largos, mormente na década de 60 e início da de 70, com os ciclos comerciais controlados com sucesso pelos diversos governos, os quais dispunham de recursos cada vez maiores. Em 1973, todavia, o choque do petróleo trouxe no seu bojo um arsenal de incertezas. Os gastos públicos passaram a ser seriamente criticados e os governos começaram a ditar normas prevendo a séria crise que se desenhava. A inflação galopante e a conseqüente reação popular deu aos políticos conservadores uma excelente oportunidade para tentarem inverter as regras do jogo. Shonfield aproveita a ocasião para lançar ataques mordazes aos monetaristas, às políticas não intervenientes de Ronald Reagan e Margareth Thatcher, além de fazer comparações entre os desempenhos econômicos dos Estados Unidos e Inglaterra *vis-à-vis* aqueles alcançados pela Alemanha, França, Japão e outros países industrializados. Com respeito à abordagem então posta em prática na economia mista do Reino Unido, o autor declara: "... a retórica não-intervencionista prevalece. Apesar disso, os *lame ducks* industriais continuam a receber apoio... o extremismo monetário conduziu a medidas que trarão um encargo econômico pesadíssimo, além de serem usadas como *substitutos* para outras atividades...".

O livro, além do prefácio de Hicks, contém três capítulos. As experiências dos anos 60 e início dos 70 acima referidos são encontradas com

detalhes no Capítulo 1, seguindo-se, no Capítulo 2, uma análise da Teoria de Nênese e a derrocada dos anos 70, encerrando-se o trabalho, no Capítulo 3, com o exame de abordagens alternativas para tomadas de decisão no campo econômico — a neo-keynesiana e a não intervencionista — no que diz respeito aos custos e benefícios que proporcionam, tendo como pano de fundo as grandes variações da *performance* econômica recente de determinados países ocidentais e do Japão. Um esboço dos temas que o autor pretendia continuar é encontrado ao final do livro sob o título “A Discussão Continua”.



PUBLICAÇÕES ESPECIAIS

Esta seção relacionou principalmente textos inéditos e edições de circulação dirigida considerados de difícil acesso. Divide-se em três partes: (i) "Publicações Seriadas", cobrindo cerca de 100 títulos normalmente registrados na Biblioteca do INPES; (ii) "Estudos e Pesquisas", focalizando não só contribuições da área acadêmica, mas uma série de outros trabalhos desenvolvidos no âmbito da articulação de políticas e da formulação do planejamento; e (iii) "Referência", divulgando obras que compilam informações de natureza numérica ou descritiva. A sigla abaixo das citações, nas duas últimas partes, indica a coleção à qual a mesma pertence.

Publicações Seriadas

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO, Washington, D.C.

World Bank. Development Research Department. Discussion papers.

BALASSA, Bela. Exports, policy choices, and economic growth in developing countries after the 1973 oil shocks. — 1983. 20 p.: tab. n. 48.

NISHIMIZU, Mieko & ROBINSON, Sherman. Trade policies and productivity change in semi-industrialized countries. — 1983. 39 p.: tab. n. 52.

CENTRO DE INVESTIGACIONES ECONOMICAS, Buenos Aires.

Documento de trabajo.

BERLINSKI, Julio. Cambios en la información técnica y aprendizaje en una planta argentina de motores. — 1982. 39 p.: tab. n. 109.

BERLINSKI, Julio. Innovaciones en el proceso y aprendizaje en una planta argentina de fundición. — 1982. 58 p.: tab., gráf. n. 108.

- BERLINSKI, Julio. Innovaciones en productos y aprendizaje: el caso de una planta argentina de implementos agrícolas. — 1981. 63 p.: tab., gráf. n. 106.
- BERLINSKI, Julio. Productividad, escala y aprendizaje en una planta argentina de motores. — 1981. 83 p.: tab., gráf. n. 105.
- CONDE, Roberto Cortés. Income differentials and migrations. — 1983. n. 112. — Separata de: *ECONOMICS in the long view: essays in honour of W. W. Rostow*. v. 2. — London: MacMillan Press, 1982. p. 132-48.
- MANTEL, Rolf R. & MARTIRENA-MANTEL, Ana María. Acerca de la medición de los beneficios sociales de una unión aduanera. — 1983. 27 p.: gráf. n. 110.
- MANTEL, Rolf R. & MARTIRENA-MANTEL, Ana María. Sobre la uniformidad de las tarifas óptimas. — 1981. n. 107. — Separata de *Ensayos Economicos*, (20):1-22, dic. 1981.
- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO, São Paulo.

Relatório de pesquisas: EAESP

- ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti de. Escolha de técnicas e "trade-offs" entre produção e emprego em países subdesenvolvidos. — 1981. 66 fls.: il. n. 10.
- FORGHIERI, Cláudio Cintrão. Grupos semi-autônomos. — 1981. 76 fls.: il. n. 12.
- HAMBURGER, Polia Lerner. Controle da poluição e proteção ao consumidor: estudo exploratório sobre as percepções dos executivos. — 1981. 95 fls.: tab. n. 14.
- MÜLLER, Geraldo. O CAI brasileiro e as transnacionais e o CAI soja/ indústria das oleaginosas. — 1982. 79 fls.: il. n. 24.
- MÜLLER, Geraldo. O CAI de carnes no Brasil e a metodologia da pesquisa sobre CAIs: empresas transnacionais e pecuária de carnes no Brasil. — 1982. 123 fls.: tab. n. 21.
- RATTNER, Henrique. Relações universidade-empresa no desenvolvimento tecnológico nacional/Henrique Rattner (coord.), José Paulo C. Vieira, Marcos A. Suarez. — 1982. 72 fls.: il. n. 23.

INSTITUTE FOR DEVELOPMENT, Vienna.

Occasional paper.

SHIHATA, Ibrahim. The unique experience of the OPEC Fund. — 1983. 21 p. n. 83/1.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Instituto de Planejamento. Centro Nacional de Recursos Humanos, Brasília, DF.

CNRH. Textos para discussão.

CAMARGO, Lísio Fábio de Brasil & GALINKIN, Maurício. Suavização do impacto dos cortes de dispêndios governamentais sobre o nível de emprego global. — 1982. 12 fls. n. 13/82.

CAMARGO, Sebastião F. et alii. Base de dados para cálculo da taxa bruta de mortalidade. — 1983. 149 p. n. 5/83.

CAMARGO, Sebastião F. et alii. Estimativas dos componentes da dinâmica demográfica 1960/70 e 1970/83. — 1983. 33 fls. n. 3/83.

GALINKIN, Maurício. Números, ah, esses números ... (a propósito da pesquisa mensal de emprego, da FIBGE). — 1983. 21 fls. n. 2/83.

GUSSO, Divonzir Arthur. Desenvolvimento, mudança social e educação de 2.º grau: um estudo de cenários. — 1982. n. 4/82.

GUSSO, Divonzir Arthur. Escolarização e déficit escolar: os fatos e as versões. — 1982. 20 fls. n. 12/82.

MARTINE, George R. The agricultural frontier in Brazil: alternative or reinforcement to rural urban migration. — 1982. 23 p. n. 3/82.

MARTINE, George R. Mobilidade espacial e mobilidade ocupacional no Brasil: aspectos substantivos e metodológicos. — 1982. 26 p. n. 1/82.

MARTINE, George R. Transformação na agricultura e êxodo rural: mudanças na estrutura fundiária, produtividade e relações de produção (1970-1980). — 1982. 24 fls. n. 6/82.

MARTINE, George R. & CAMARGO, Lísio Fábio. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. Versão revisada. — 1983. 49 p. n. 5/82.

MOURA CASTRO, Cláudio de & GUSSO, Divonzir Arthur. O ensino básico: necessidades, prioridades e dúvidas. — 1982. 25 p. n. 2/82.

MOURA CASTRO, Cláudio de et alii. The invisible hand in brazilian health services: can it head? — 1982. 15 fls. n. 7/82.

PIZARRO, Crisóstomo. Condicionantes políticos (econômicos) dos processos de participação de massas: algumas proposições básicas. — 1982. 2 fls. n. 9/82.

PIZARRO, Crisóstomo & CALSING, Francisco Eliseu. O movimento cooperativista de produtores agrícolas na década de setenta. — 1982. 29 p. n. 8/82.

PIZARRO, Crisóstomo & CALSING, Francisco Eliseu. Sindicatos, demanda operária e reforma institucional na década de 1970. — 1982. 71 p. n. 10/82.

INTERNATIONAL CENTRE FOR PUBLIC ENTERPRISES IN DEVELOPING COUNTRIES, Ljubljana.

ICPE. Monograph series.

RAMANADHAM, Venkata Vemuri. The Yugoslav enterprise. — 1981. 61 p.: il. n. 2.

INTERNATIONAL DEVELOPMENT CENTER OF JAPAN, Tokyo.

IDCJ working paper series.

DOI, Masayuki. Analysis of strategies for urban transportation problems in developing countries. — 1983. 30 p.: gráf. n. 25.

NGHIEP, Le Than et alii. An appraisal method for plural infrastructure projects. — 1982. 22 p. n. 23.

OHIKAWA, Kazushi & TAKAMATSU, Nobukiyo. Capital formation, productivity and employment: Japan's historical experience and its possible relevance to LDCs. — 1983. 36 p.: tab. n. 26.

OTSUKA, Katsuo. Economic growth and changes in the industrial structure: Australia and Japan. — 1983. 36 p.: tab. n. 24.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, Geneve.

World employment programme research. Working paper.

COOTE, Hilary C. Consumer electronics: employment, production and trade. — 1983. 42 p.: tab., gráf. n. 22.

MARKWALD, Ricardo Andrés. The impact of U.S. environmental controls on trade and employment: the case of Brazil. — 1981. 44 p.: tab., anexo. n. 11.

MUKHOPADHYAY, Sudhin K. Factors affecting agricultural research and technology: a case study of India. — 1983. 79 p.: tab. n. 120.

SUCKLING, John. Energy prices, development and the policy response in a small siege economy: Zimbabwe 1964-1981. — 1983. 176 p.: tab., gráf. n. 119.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA, Rio de Janeiro.

PUC-RJ. Texto para discussão.

DIAZ-ALEJANDRO, Carlos Frederico & HELLEINER, Gerry. Handmaiden in distress: world trade in the 1980s. — 1982. 41 fls. n. 35.

PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA ECONÔMICA, Rio de Janeiro.

Série fac-símile.

ANDRADE, Afranio Alves de. Urbanização e custos numa economia em desenvolvimento: o caso de Minas Gerais / Afranio Alves de Andrade, Roberto Luiz de Melo Monte-Mor. — 1983. 112 p.: tab. n. 7.

PRINCETON UNIVERSITY, Princeton.

Research Program in Development Studies. Discussion paper.

GERSOVITZ, Mark. Trade, capital mobility and sovereign immunity. — 1983. 27 p.: gráf. n. 108.

LA TROBE UNIVERSITY. Department of Sociology, School of Social Science, Melbourne.

La Trobe working papers in sociology.

CLARK, Alfred W. Interorganizational network analysis: a link between micro and macro social analysis. — 1982. 19 p.: il. n. 61.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília, DF.

UnB/Departamento de Economia. Texto para discussão.

MUELLER, Charles C. Fronteira, frentes e a evolução recente da ocupação da força de trabalho rural no Centro-Oeste. — 1982. 27 fls. n. 94

WRIGHT, Charles L. Método econométrico: algumas reflexões sobre a obra pioneira de Von Thünen. — 1982. 21 fls. n. 93.

UNIVERSITY OF TEXAS, Austin.

Technical paper series.

BAKLANOFF, Eric N. Copper in Chile: the expropriation of a partially nationalized industry. — 1983. 15 p.: tab. n. 38.

KENNEDY, Peter. Food and agricultural policy in Peru, 1960-1977. — 1983. 22 p.: tab. n. 39.

WILLIAMS COLLEGE, Williamstown, Mass.

Department of Economics. Research paper.

ALSTON, Lee James. Farm foreclosures in the inter-war period. — 1983. 15 p.: anexo, il. n. 60.

ALSTON, Lee James. Farm foreclosure moratorium legislation: a lesson from the past. — 1983. 19 p.: 5 tab. n. 56.

RADETZKI, Marian & DUYNE, Carl Van. The demand for scrap and primary metal ores after a decline in secular growth. — 1983. 26 p.: tab., anexo. n. 58.

SCHAPIRO, Morton Owen. A model of 19th century U.S. population growth and re-distribution. — 1983. 19 p.: tab., anexo. n. 59.

SCHOR, Juliet B. Changes in the cyclical variability of real and money wages: evidence from nine countries, 1955-1980. — 1983. 33 p.: tab. n. 57.

Estudos e Pesquisas

ADABO, José Homero. Análise dos preços de atacado e varejo da carne bovina na cidade de São Paulo. — São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1980. 145 fls.: il. Bibliografia: 120-4. — Tese (M) Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Escola de Pós-Graduação de Ciências Sociais. FGV

ALBUQUERQUE, Lynaldo Cavalcanti de. Tecnologia progressiva e desenvolvimento / Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, José Duarte de Araújo, Phactuel Machado Rego. — Brasília, DF.: Cons. Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1981. 25 p. — Conferência proferida na Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro em 1981. FGV

ALEM, Silvio Frank. Os trabalhadores e a redemocratização: estudo sobre o Estado, partidos e a participação dos trabalhadores assalariados urbanos na conjuntura da guerra e do pós-guerra imediato, 1942-1948. — Campinas, 1981. pág. irreg. — Tese (M) Univ. Estadual de Campinas, Inst. de Filosofia e Ciências Humanas

UFRJ/FEA

ALVIM Júnior, Pedro. Alguns efeitos macroeconômicos do endividamento público interno: o caso brasileiro. — Brasília, 1981. 172 p. — Tese (M) Univ. de Brasília, Dept. de Economia. UFRJ/FEA

ARAÚJO, Edson Avelino de. Fronteira agrícola e formação de centros comerciais urbanos em Goiás (1930-1955). — Belo Horizonte, 1981. 278 p. — Tese (M) Univ. Federal de Minas Gerais/Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. UFRJ/FEA

- AROUCA, Maurício Cardoso. Estrutura da demanda de energia no setor residencial no Brasil e uma avaliação da energia para cocção de alimentos / Maurício Cardoso Arouca, Frederico Birchall M. Gomes, Luiz Pinguelli Rosa. — Rio de Janeiro: Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, UFRJ, 1983. 36 p. + 23 p.: tab. INPES
- BASTOS, Edinaldo Gomes. Farming in the Brazilian sertão: social organization and economic behavior. — Ann Arbor, Mich.; London: Univ. Microfilms International, 1982. xiii, 282 fls.: il. — Tese (PhD) Cornell Univ., Faculty of the Graduate School, 1982. FGV
- BENEVIDES, Moema Unis. Considerações sobre a política monetária brasileira: o caso do Banco do Brasil no período 1945-1960. — São Paulo, 1981. 159 p. — Tese (M) Univ. de São Paulo, Dept. de Economia. UFRJ/FEA
- BISERRA, José Valdeci. Uncertainty and decision analysis on large sharecropped farms in Northeast Brazil. — Ann Arbor, Mich.; London: Univ. Microfilms International, 1982. xx, 232 fls.: il. — Tese (PhD) Ohio State Univ. Graduate School, 1980. FGV
- BRANCO, Marta Castello. O dilema de política cambial no Brasil: origens e debate no início dos anos 80. — Rio de Janeiro, 1981. 143 p. — Tese (M) Pontifícia Univ. Católica do Rio de Janeiro, Dept. de Economia. UFRJ/FEA
- BRANCO, Marta Pinheiro de Castello. Investimento e o programa BEFIEX. — Rio de Janeiro: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, 1982. 70 fls.: tab. Versão preliminar. INPES
- BRISOLLA, Sandra Negraes. Formas de inserção da mulher no mercado de trabalho: o caso do Brasil. — Campinas; 1982. 2 v. paginação contínua. — Tese (D) Univ. Estadual de Campinas. INPES
- BUZANELLO, Edegar J. Base teórica para interpretação do progresso técnico e processo de trabalho no capitalismo a partir de Marx / Edegar J. Buzanello, Silvio A. F. Cário. — Porto Alegre: Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da UFRS, 1983. 26 fls. Comemoração: "30 anos do IEPE". INPES
- CALAZANS, Maria Julieta Costa. Os trabalhadores rurais e a sindicalização: uma prática. — Rio de Janeiro: [s.n.] 1983. 48 fls. Trabalho apresentado no Seminário sobre Movimentos Sociais no Rio Grande do Norte em 1983. FGV

- CAMARGO, Lísio. FINSOCIAL e geração de empregos / Lísio Camargo; colaboração de Luiz Carlos E. Silva e Dorothea Werneck. — Brasília: IPEA-IPLAN-CNRH, 1983. 16 p. IPLAN
- CARMO, Antonio José Braga do. Demanda de fertilizantes a nível regional e de Brasil, 1954-79. — São Paulo: 1982. 289 fls.: tab. — Tese (M) Univ. de São Paulo. INPES
- CARRENO ROMAN, Eufronio. The Brazilian model of development. — Ann Arbor, Mich.; London: Univ. Microfilms International, 1982. x, 320 fls.: tab. — Tese (PhD) State Univ. of New Jersey, Graduate Program in Economics, New Brunswick, N. J., 1980. FGV
- CASTRO, Antonio Barros de. Da crise ao impasse nas economias capitalistas avançadas. — Rio de Janeiro, 1981. 130 p. — Tese (L.D.) Univ. Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Economia e Administração. UFRJ/FEA
- CONCEIÇÃO, Lourivaldo da. A natureza jurídica da SUDENE. — Recife: SUDENE, 1982. v., 175 p. — Tese (M) Universidade Gama Filho. Departamento de Ciências Jurídicas. FGV
- CONTADOR, Cláudio Roberto. A experiência da correção monetária no Brasil: a realidade e o mito. — Rio de Janeiro: UFRJ/COPPEAD, 1981. 38 fls. — (Relatório de pesquisa/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Administração; 26). Bibliografia: fls. 35-8. FGV
- CUADRA, Eduardo José Solórzano. Diferenças espaciais de nutrição, renda e pobreza no Brasil. — São Paulo, 1981. 168 p. — Tese (M) Univ. de São Paulo, Departamento de Economia. UFRJ/FEA
- DIAS, Roberto Serpa. Elasticidades de substituição e de demanda de fatores na agricultura brasileira. — Viçosa, 1982. 55 p. — Tese (M) Univ. Federal de Viçosa. UFRJ/FEA
- A EVOLUÇÃO da demanda de energia e de óleo combustível no setor industrial. — Rio de Janeiro: Coord. dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, UFRJ, 1983. 28 fls.: tab. INPES
- EVOLUÇÃO das lavouras no período de 1973 a 1981 / Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia, Centro de Estudos Agrícolas. — Rio de Janeiro: FGV, IBRE, CEA, 1982. 32 p.: tab. FGV

- FIALHO, Ildeu Pereira Milagres. Tamanho da propriedade, eficiência econômica e modernização da agricultura. — Viçosa, 1981. 97 p. — Tese (M) Univ. Federal de Viçosa/DER. UFRJ/FEA
- FIALLO, Laura Elizabeth Wiese de. Análise da demanda e preços de tomate no Estado de São Paulo. — Piracicaba, 1981. 116 p. — Tese (M) Univ. de São Paulo, Escola Superior de Agricultura. UFRJ/FEA
- FINON, Dominique. Le contrat nucléaire germano-brésilien (1975-1983): grandeurs et servitudes du transfert d'une technologie hautement complexe / Dominique Finon, Luiz Pinguelli Rosa. — Nice: Institut pour le Développement de la Coopération Internationale, 1983. "Communication au colloque L'Europe et la coopération internationale dans le domaine énergétique. Sophia-Antipolis, 1983". INPES
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A política econômica governamental e os ciclos: reflexões sobre a crise atual. — Porto Alegre: Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da UFRS, 1983. 20 fls.: tab. Comemoração: "30 anos do IEPE". INPES
- FORMIGA, Tadeu Nobre. PROAGRO-Programa de Garantia de Atividade Agropecuária: avaliação de seus objetivos na microrregião homogênea de Passo Fundo, RS. — Rio de Janeiro: EBAP, Curso de Mestrado em Administração Pública, 1983. 219 fls.: il. — Tese (M) Escola Brasileira de Administração Pública, Curso de Mestrado em Administração Pública. Bibliografia: fls. 214-9. FGV
- FRAGA Neto, Arminio. Expectativas racionais e modelos macroeconômicos: uma sistematização da discussão recente. — Rio de Janeiro, 1981. 71 p. — Tese (M) Pontifícia Univ. Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Economia. UFRJ/FEA
- FRANCO, Gustavo Henrique Barroso. Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana. — Rio de Janeiro, 1982. 301 p. — Tese (M) Pontifícia Univ. Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Economia. UFRJ/FEA
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR, Rio de Janeiro. Estudo sobre a exportação de serviços. — Rio de Janeiro: 1981. 3 v.: tab. Versão preliminar. Convênio FINEP/CECEX. INPES

- GALVAN, Cesare Giuseppe. Progresso tecnológico e taxa de lucro: algumas questões sobre o método de Marx. — João Pessoa: Univ. Federal da Paraíba, Curso de Mestrado em Economia, 1983. 24 fls. — (Série textos para discussão. Univ. Federal da Paraíba, Curso de Mestrado em Economia; 17). FGV
- GUIMARÃES, Edson Peterli. Uma análise de proteção global à indústria brasileira proporcionada pela tarifa e pelo custo de transporte. — Recife, 1981, 86 p. — Tese (M) Univ. Federal de Pernambuco, Programa Integrado em Mestrado em Economia e Sociologia. UFRJ/FEA
- HACKBART, Rolf. Oferta e demanda por moeda em Keynes em períodos de recessão econômica / Rolf Hackbart, David C. Garlow. — Porto Alegre: Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da UFRS, 1983. 9 fls. + 6 fls. Comemoração: "30 anos do IEPE". INPES
- HARRIS, John Andrew de Oliveira. Evolução da definição de moeda. — Rio de Janeiro: 1983. 160 fls.: tab., gráf. — Tese (D) Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. INPES
- HARTLEY, Michael J. Econometric methods for agricultural supply under uncertainty: fertilizer use and crop response. — [Washington, D.C.]: World Bank, Development Research Department, 1982, 41 p. FGV
- HENKIN, Hélio. O esquema teórico de Friedman para a análise das flutuações de curto prazo e sua visão da "teoria geral". — Porto Alegre: Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da UFRS, 1983. 24 fls. Comemoração: "30 anos do IEPE". INPES
- LAGO, Luis Aranha Correia do. As contas externas do Brasil em 1982 e 1983 depois da ida ao FMI. — [Rio de Janeiro]: FGV, Inst. Brasileiro de Economia, Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional, 1983. 40 fls.: tab. FGV
- LANDAU, Elena. A aceleração inflacionária de 1979. — Rio de Janeiro, 1982. 88 p. — Tese (M) Pontifícia Univ. Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Economia. UFRJ/FEA
- LEITE, José Alfredo Américo. A teoria monetária de Tobin. — João Pessoa: Univ. Federal da Paraíba, Curso de Mestrado em Economia, 1982. 10 fls. — (Série textos didáticos/Univ. Federal da Paraíba, Curso de Mestrado em Economia; 7). FGV

- LIMA, Antonio Almeida. Incentivos fiscais de Pernambuco a novos investimentos: uma contribuição ao estudo de sua eficácia. — Recife, 1982. 171 p. — Tese (M) Univ. Federal de Pernambuco UFRJ/FEA
- MANTEL, Rolf R. Sobre la uniformidad de las tarifas optimas / Rolf R. Mantel, Ana M. Martirena-Mantel. — Buenos Aires: Instituto Torcuato Di Tella, Centro de Investigaciones Económicas, 1981. 21 p. — (Documento de trabajo/Instituto Torcuato Di Tella, Centro de Investigaciones Económicas; 107). FGV
- MARQUES, Maria Silvia Bastos. Moeda e inflação: a questão da causalidade. — Rio de Janeiro: FGV, EPGE, 1982. 83 fls.: il. — Tese (M) Escola de Pós-Graduação em Economia. FGV
- MARQUES, Newton Ferreira da Silva. A concentração bancária brasileira no período pós-1964. — Recife, UFPE/PIMES, 1982. 157 p. — (Série dissertações). — Tese (M) Univ. Federal de Pernambuco, Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia. UFRJ/FEA
- MERCADO futuro de taxas de câmbio, Rio de Janeiro, ago. 1981. — Rio de Janeiro, Assoc. Nacional das Instituições do Mercado Aberto, 1982. 57 p. — (Cadernos de debates; 4). UFRJ/FEA
- MILIONI, Armando Zeferino. Resolução numérica de um modelo estocástico para otimização do consumo e exploração de um recurso não renovável. — São José dos Campos: 1983. 111 fls.: tab. — Tese (M) Instituto Tecnológico de Aeronáutica. INPES
- MORENO, Gislaene. As desigualdades intra-regionais e suas inter-relações no processo de desenvolvimento da educação escolar: o caso mato-grossense. — Rio de Janeiro: FGV, IESAE, Dep. de Administração de Sistemas Educacionais, 1982. xi, 183 fls.: tab. — Tese (M) Instituto de Estudos Avançados em Educação. Inclui anexos. FGV
- MOTTA, Reynaldo de Souza. Alternativas de otimização do crescimento econômico e da dívida externa: o caso do Brasil. — Brasília, 1982. 210 p. — Tese (M) Escola de Administração Fazendária, Centro de Pesquisa. UFRJ/FEA
- MULLER, Alberto Eugênio Guido. Infra-estrutura viária urbana da cidade de São Paulo: aspectos econômicos, financeiros e distributivos. — São Paulo, 1982. 251 p. — Tese (M) Univ. de São Paulo, Faculdade de Economia e Administração. UFRJ/FEA

- NATAL, Jorge Luiz Alves. A questão alimentar-nutricional na política econômica (1930-1976): um vai-vem na periferia da agenda pública. — Campinas, 1982. 232 p. — Tese (M) Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Economia e Planejamento Econômico. UFRJ/FEA
- NONNENBERG, Marcelo José Braga. Transformação de valores em preços e polarização de taxas de lucro: uma tentativa de verificação empírica. — Brasília, 1982. 122 p. — Tese (M) Univ. de Brasília, Departamento de Economia. UFRJ/FEA
- PEREIRA, José Matias. Formas de ocupação da Amazônia: desenvolvimento e desigualdades regionais das mesorregiões de Manaus; Hiléia Amazonense. — Manaus, 1983. 112 p. IPLAN
- POLLITT, Brian H. Revolution and the mode of production in the sugar-cane sector of the Cuban economy, 1959-1980: some preliminary findings. — Glasgow: Univ. of Glasgow, Institute of Latin American Studies, 1981. 14 p.: tab. — (Occasional papers. University of Glasgow, Institute of Latin American Studies; 35). FGV
- RESENDE, Marcelo de Moura Lara. Indexação *versus* desindexação: inflação com ou sem anestesia; reflexões sobre mais um dilema da economia brasileira. — Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1983. 28 fls.: tab. Versão preliminar. INPES
- ROCHA, Roberto de Rezende. Juros e inflação: uma análise da equação de Fisher para o Brasil. — Rio de Janeiro, 1983. 377 fls.: tab., gráf. — Tese (D) Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. INPES
- RODRIGUEZ, Ricardo de Barros. Desigualdades financeiras regionais no Brasil, 1968-1980. — Belo Horizonte, 1982. 282 p. — Tese (M) Univ. Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. UFRJ/FEA
- ROHR, Ernani João. Investimentos e custos do tratamento de efluentes poluidores de curtumes do Vale do Rio dos Sinos, RS. — Porto Alegre, 1982. 162 p. — Tese (Pós-Graduação) Univ. Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas. UFRJ/FEA
- ROSA, Teresa Coelho Cativo. Aspectos da industrialização na Amazônia; repercussões sobre o perfil da mão-de-obra. — Belém, 1982. 117 p. — Tese (M) Univ. Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. UFRJ/FEA

- SAMPAIO, Glory Wilma Macknight de Almeida. A indústria de semicondutores eletrônicos-Brasil. — Rio de Janeiro, 1982. 187 p. — Tese (M) Univ. Federal do Rio de Janeiro, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia. UFRJ/FEA
- SANTOS, Maria Helena de Castro. Alcool: subproduto do açúcar ou combustível? Uma perspectiva histórica (1900-1975) / Maria Helena de Castro Santos, Héctor A. Poggiese. — Rio de Janeiro: FINEP, 1982. 160 fls.: anexo, tab., gráf. Versão preliminar. INPES
- SCHMITZ, Hubert. Technology and employment practices: industrial labour processes in developing countries. — Brighton, 1983. 254 p. — Tese (D) Univ. of Sussex, Inst. of Development Studies. UFRJ/FEA
- SILVA, José Cláudio Ferreira da. Diferenciação salarial na indústria brasileira. — Rio de Janeiro, 1983. 194 fls.: tab. — Tese (D) Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. INPES
- SILVA, Luiz Artur Clemente da. Evolução da estrutura agrária do Estado do Ceará. — Piracicaba, 1982. 160 p. — Tese (M) Escola Superior de Agricultura da Univ. de São Paulo. UFRJ/FEA
- SILVA, Marcos Eugênio da. Inovação tecnológica no setor de máquinas-ferramenta brasileiro: um estudo de caso. — São Paulo, 1982. 129 p. — Tese (M) Univ. de São Paulo, Faculdade de Economia e Administração. UFRJ/FEA
- SOARES, Walmer Jacinto. Pequenas e médias empresas no Brasil: política econômica e participação política. — Rio de Janeiro: Inst. Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1982. 231 fls.: tab. — Tese (M) IUPERJ. FGV
- SOLA, Lourdes. The political and ideological constraints to economic management in Brazil, 1945-1963. — Somerville College, 1982. 2 v. — Tese (D). UFRJ/FEA
- SPOHR, Paulo Alexandre. Subsídio implícito no crédito rural: repercussão na agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. — Porto Alegre, 1982. 152 p. — Tese (Pós-Graduação) Univ. Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas. UFRJ/FEA
- SWAELEN, Edward Joaquim Amadeo. Desemprego, salários e preços: um estudo comparativo de Keynes e do pensamento macroeconômico

- da década de 1970. — Rio de Janeiro, 1982. 213 p. — Tese (M) Univ. Federal do Rio de Janeiro, Inst. de Economia Industrial. UFRJ/FEA
- TIGRE, Paulo Bastos. Technology and competition in the Brazilian computer industry. — Brighton, 1982. 323 p. — Tese (D) Univ. of Sussex. UFRJ/FEA
- TOLEDO, Paulo Edgard Nascimento de. Perspectivas do sistema hidroviário Tietê-Paraná no transporte do calcário agrícola no Estado de São Paulo. — Piracicaba, 1982. 119 p. — Tese (M) Escola Superior de Agricultura da Univ. de São Paulo. UFRJ/FEA
- TUNHOLI, Orlando de Menezes. Uma análise da influência de variáveis de política e do clima sobre a oferta de produtos agrícolas selecionados no Centro-Sul do Brasil. — Brasília, 1982. 114 p. — Tese (M) Escola de Administração Fazendária, Centro de Pesquisa. UFRJ/FEA
- WELLS, John. The distribution of personal income in Brazil during the sixties: a critical note on the paper by Morley and Williamson. — Cambridge: University of Cambridge, s.d. 16 fls.: tab. INPES
- WILHELM, Pedro Paulo Hugo. Função de produção CES geral: caso da indústria de transformação de Santa Catarina. — Salvador, 1982. 76 p. — Tese (M) Univ. Federal da Bahia. UFRJ/FEA
- ZINI Júnior, Alvaro Antonio. Uma avaliação do setor financeiro no Brasil da reforma de 1964/65 à crise dos anos oitenta. — Campinas, 1982. 374 p. — Tese (M) Univ. Estadual de Campinas, Departamento de Economia e Planejamento Econômico. UFRJ/FEA

Referência

- BRASIL. [Constituição . Emendas]. Constituições do Brasil / compilação e atualização dos textos, notas, revisão e índices Adriano Campanhole, Hilton Lobo Campanhole. — 6. ed. — São Paulo: Atlas, 1983. 695 p. Inclui índice. FGV

- CATÁLOGO de publicações em ciências agrícolas do Rio de Janeiro / Associação Profissional dos Bibliotecários do Rio de Janeiro. Grupo de Bibliotecários em Informação e Documentação Agrícola. — Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1981. 160 p. FGV
- CLASSIFICAÇÃO Brasileira de Ocupações: CBO / Ministério do Trabalho, Secretaria de Emprego e Salário. — Brasília, DF.: Sistema Nacional de Emprego, 1982. xix, 753 p. FGV
- CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA (Brasil). Economista: legislação. — S.l., 1982. 195 p. UFRJ/FEA
- EDUCACIÓN, trabajo y empleo: reseña sumaria / Maureen Woodhall. — Ottawa, Ont.: International Development Research Centre, 1981. 40 p. Original em inglês. Resumo de artigos de diversos autores. FGV
- ELETROBRÁS. O setor de eletricidade no Brasil e a criação da Eletrobrás: levantamento cronológico. — Rio de Janeiro, 1982, 170 p. UFRJ/FEA
- THE EUROPA yearbook: a world survey. — London: Europa Pub., 1981. 2 v. UFRJ/FEA
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro. Censo demográfico, t. 5, mão-de-obra: Espírito Santo. — Rio de Janeiro: IBGE, 1983. 243 p. — (Recenseamento geral do Brasil; 9. 1980). INPES
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro. Censo demográfico, t. 4, dados gerais — migração, instrução, fecundidade, mortalidade: Rio Grande do Sul; Santa Catarina: Paraná: São Paulo: Paraíba: Ceará: Maranhão: Roraima-Amapá: Rondônia. — Rio de Janeiro: IBGE, 1982. 9 publicações distintas, por estado, com paginação própria. — (Recenseamento geral do Brasil; 9. 1980). INPES
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro. Censo demográfico, t. 3, dados distritais: Amazonas; Goiás — Rio de Janeiro: IBGE, 1983. Duas publicações distintas, por estado. — (Recenseamento geral do Brasil; 9. 1980). INPES
- IOF: Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários: manual para cobrança e recolhimento no SFH / documento elaborado pelo Depar-

- tamento Técnico da ABECIP. — 2. ed. rev. e atual. — Rio de Janeiro: Assoc. Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança; Centro de Produtividade e Expansão do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, 1981. 73 p. FGV
- MORETTI Filho, Justo. Redação de dissertações e teses. — Piracicaba: Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, 1982. 67 p.: il. FGV
- OECD economic outlook: historical statistics, 1960-1980. — Paris: OCDE, 1982. 149 p.: il. INPES
- SISTEMA em Linha de Acompanhamento de Projetos. Cadastro geral de pesquisas 76/80 — projetos/atividades. — Brasília, DF.: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1982. 503 p. FGV
- YEARBOOK of international organizations. — 19. ed. — Brussels, Union of International Associations, International Chamber of Commerce, 1981. UFRJ/FEA



PESQUISAS ECONÔMICAS *

Esta seção divulga as informações obtidas numa enquête informal, realizada a intervalos bienais, sobre pesquisas econômicas concluídas e em andamento nas instituições acadêmicas brasileiras, em especial as vinculadas à ANPEC, com o objetivo de contribuir para aumentar o intercâmbio entre economistas de interesses afins, nos diversos pontos do País. Aos profissionais da área interessados em divulgar seus trabalhos, pedimos que escrevam para Literatura Econômica — Cadastro de Pesquisas — CP 2.672, 20.001 — Rio de Janeiro, RJ. Esta seção é organizada por Fernanda Machado Pinto, cabendo a classificação de assunto a Geni Chaves Fernandes e a coleta de dados a Gilberto V. de Carvalho.

Índices das Pesquisas Concluídas e em Andamento, por Assunto

000 ECONOMIA GERAL; TEORIA; HISTÓRIA; SISTEMAS

010 *Economia Geral*

ALMY, Susan W. (CME/UFBa). A pesquisa na economia brasileira: uma contribuição metodológica. — Salvador : Gráfica Arco Iris, 1983. 90 p.
001

CONTADOR, Cláudio R. (COPPEAD/UFRJ). Aspectos da economia brasileira. — Rio de Janeiro: UFRJ, 1982. — COPPEAD. Monografia; 1).
002

* Neste número, *Literatura Econômica* inicia a divulgação de levantamento concernente ao biênio 1982/83, concluído no primeiro trimestre de 1984. Os trabalhos estão agrupados por assunto — segundo o sistema de classificação para livros utilizado pelo *Journal of Economic Literature* — e ordenados alfabeticamente por autor. As siglas entre parênteses, logo após o nome dos autores, indicam as instituições onde os mesmos estão vinculados. Uma listagem decodificada dessas siglas encontra-se no final da seção. Os resumos que porventura aparecem nos trabalhos não publicados foram redigidos pelos próprios autores.

- COSTA, Iraci del Nero da (FIEP/USP). Devassa nas Minas Gerais : observações sobre casos de concubinato / Co-autor: Francisco V. Luna. — In: BARRETO, A. E. M. et al. *História econômica : ensaios*. — São Paulo : FIEP/USP, 1983. — (Relatórios de pesquisa; 13). p. 43-58. Também publicado nos *Anais do Museu Paulista*. São Paulo : USP, 1982. t. 31, p. 221-33. 003
- . A vida quotidiana em julgamento : devassas em Minas Gerais / Co-autor: Francisco V. Luna. — In: COSTA, Iraci del Nero da & LUNA, Francisco Vidal. *Minas colonial : economia e sociedade*. São Paulo : Pioneira, 1982. p. 79-85. — (Estudos econômicos-FIEP/Pioneira). 004
- FANDINO MARINHO, J. Mário (IEPE/UFRGS). A consciência da classe : um intento de mensuração / Co-autor: José Fachel. — *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 2, 1982. 005
- OZORIO DE ALMEIDA, Anna Luiza (FEA/UFRJ; INPES/IPEA). Atribuições de uma economista na Amazônia : reflexões sobre uma pesquisa de campo. — Rio de Janeiro : UFRJ, dez. 1983. — (FEA/UFRJ. Textos didáticos; 23). 006
- SAMPAIO, Yony (PIMES/UFPE). Qualidade e mediocridade da universidade brasileira. — *Lit. Econ.*, Rio de Janeiro, 4 (2) 82. 007
- SCHNEIDER, Ivo Alberto (IEPE/UFRGS). Comunicação no âmbito da sociologia rural. — In: MELO, José Marques. *Pesquisa em comunicação no Brasil : tendências e perspectivas*. — Ed. Cortez, 1983. 008

020 Teoria Geral da Economia

- GUIMARÃES, Eduardo Augusto (IEI/UFRJ). Curvas de custo e economias de escala. — Rio de Janeiro : UFRJ, 1983. — (FEA/UFRJ. Texto didático; 18). 009
- . Economias de escala e barreiras a entrada : uma formalização. — Rio de Janeiro : UFRJ, 1983. — (IEI/UFRJ. Texto para discussão; 16). 010
- . O processo de investimento da firma. — Rio de Janeiro : UFRJ, 1982. — (FEA/UFRJ. Texto didático). 011
- MOREIRA, Inaldo Lima (PIMES/UFPE). Forma de propriedade dos meios de produção, relações de produção e modo de produção. — Recife : Departamento de Economia da UFPE, 1983. — (PIMES/UFPE. Série textos para discussão; 142). 012

Ver também: 017.

030 *História do Pensamento Econômico, Metodologia*

ABREU, Marcelo de Paiva (PUC/RJ; FEA/UFRJ; INPES/IPEA). A vida e a obra de Eugênio Gudín. — Término previsto: março, 1984. A ser publicado em *Lit. Econ.* 6(4) 84.

Resumo: Artigo curto encomendado para publicação em *Literatura Econômica*, tendo como objetivo apresentar a biografia sucinta de Gudín e avaliar sua contribuição ao ensino e à pesquisa econômica no Brasil. 013

ARAÚJO Jr., José Tavares de (IEI/UFRJ). Keynes e a liquidez do terceiro mundo. — Rio de Janeiro : UFRJ, 1983. — (IEI/UFRJ. Texto para discussão; 21). 014

EKERMANN, Raul José (EPGE/FGV). A análise teórica schumpeteriana do ciclo econômico. — Trabalho apresentado no seminário "Crescimento e flutuações: a dinâmica das economias capitalistas na visão de Keynes, Marx e Schumpeter". — UNICAMP, Campinas, set. 1983. 015

———. Introdução a "princípios de economia política" de J. S. Mills. — São Paulo : Abril Cultural, 1983. 016

GUIMARÃES, Eduardo Augusto (IEI/UFRJ). Uma nota introdutória ao artigo "As leis dos rendimentos sob condições de concorrência" de Piero Sraffa / Co-autor: Ricardo Tolipán. — *Lit. Econ.*, Rio de Janeiro, 4 (1) 82. 017

ORTEGA, José Antonio (IEI/UFRJ). Tecnologia, mudança tecnológica e sua relação com o emprego, conforme vistas pelos clássicos. — Rio de Janeiro : UFRJ, 1983. — (IEI/UFRJ. Texto para discussão; 24). 018

SILVEIRA, Antonio Maria da (EPGE/FGV). Simon e o satisfazimento. — *Lit. Econ.*, Rio de Janeiro, 5 (5) 83. 019

Ver também: 031.

040 *História Econômica*

ABREU, Marcelo de Paiva (PUC/RJ; FEA/UFRJ; INPES/IPEA). Estatísticas históricas brasileiras 1822-1947 : setor externo e moeda /

- Co-autor: Winston Fritsch. — Término previsto: dezembro, 1985.
Resumo: Projeto a ser desenvolvido no contexto de iniciativa mais ampla promovida pela ANPEC. 020
- . Fontes primárias estrangeiras relevantes para a história econômica do Brasil. — Término previsto: junho, 1984.
Resumo: Artigo elaborado principalmente com base nos guias publicados sob o patrocínio da UNESCO. 021
- COSTA, Iraci del Nero da (FIEP/USP). Estatísticas básicas do setor agrícola no Brasil / Co-autores: Francisco V. Luna e José L. Lima. — São Paulo : FIEP/USP, 1983. 122 p. — (Estatísticas básicas da economia brasileira; 2). 022
- . Fundamentos econômicos da ocupação e povoamento de Minas Gerais. — *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, IEB/USP, (24) :41-52, 1982. 023
- . Minas Gerais : estruturas populacionais típicas. — São Paulo : EDEC, 1982. 143 p. 024
- . Ocupação, povoamento e dinâmica populacional. — In: COSTA, Iraci del Nero da & LUNA, Francisco Vidal. — *Minas colonial : economia e sociedade*. — São Paulo : Pioneira, 1982. p. 1-30. — (Estudos econômicos). 025
- . Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX / Co-autor Francisco V. Luna. — *Est. Econ.*, São Paulo, 13 (1) :211-21, 1983. 026
- . Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica ao alvorecer do século XIX / Co-autor: Francisco V. Luna. — In: COSTA, Iraci del Nero da & LUNA, Francisco Vidal, *Minas colonial : economia e sociedade*. — São Paulo : Pioneira, 1982. p. 57-77. — (Estudos econômicos — FIEP/Pioneira). 027
- FIORI, José Luís (IEI/UFRJ). O debate latinoamericano sobre o estado contemporâneo. — Concluído em janeiro de 1984.
Resumo: Sumário crítico da literatura produzida nos anos 70 sobre o estado nos capitalismos periféricos e tardios. 028
- . Relendo a política econômica : as falácias do nacionalismo popular do 2.º Vargas / Co-autor: Carlos Lessa. — Rio de Janeiro : UFRJ, 1983. — (IEI/UFRJ. Texto para discussão; 30). 029

MELLO, João Manuel C. de (DEPE/UNICAMP). Capitalismo tardio.
— São Paulo : Brasiliense, 1982. 250 p. 030

———. A economia política da CEPAL. — Término previsto: 1984.
031

NOZOE, Nelson Hideiki (FEA/USP). Breve história da estrutura tributária de São Paulo, de 1935 ao término da Primeira República. — In: BARRETO, A. E. M., org. *História econômica : ensaios*. — São Paulo : FIPE/USP, 1983. p. 105-120. 032

———. A estrutura tributária e as atividades econômicas na capital paulista. — Concluído em junho de 1983. — Tese (DO). Orientadora: Alice Piffer Canabrava.

Resumo: Estudo que evidencia as inter-relações da estrutura tributária do Estado de São Paulo, a produção e comércio cafeeiros e o desenvolvimento das atividades econômicas urbanas durante a República Velha. 033

SAES, Flávio Azevedo Marques de (FEA/USP). O desenvolvimento do crédito e dos bancos em São Paulo (1850-1930). — Concluído em outubro de 1983. — Tese (LD).

Resumo: O estudo procura reconstituir, no plano empírico, a transição de um sistema de crédito privado para o bancário e entender os fundamentos dessa transição, com especial cuidado para o entendimento das relações entre crédito e formas de trabalho e, portanto, entre crédito e os diferentes setores de economia. 034

———. Principais características e fatores condicionantes da dinâmica da economia paulista entre 1850 e 1930 / Co-autora: Zélia Maria Cardoso de Mello. — Término previsto: abril, 1984.

Resumo: Trata-se de tentativa de caracterizar, com o maior cuidado possível, os diferentes setores da economia paulista entre 1850 e 1930, setores esses que flutuaram em torno da economia cafeeira. A partir dessa caracterização será possível entender as relações que se estabelecem entre os setores e a própria dinâmica da economia paulista. 035

———. A questão do crédito na economia paulista da Primeira República. — In: BARRETO, Antonio E. Muniz et al. *História econômica : ensaios*. — São Paulo : Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983. p. 121-52. 036

———. O término do escravismo : uma nota sobre a historiografia. —
Est. Econ., São Paulo, 12 (3) :29-40, 1982. 037

SUZIGAN, Wilson (University College London). Investments in manufacturing industries in Brazil, 1869-1939. — Término previsto: junho, 1984. — Tese (DO). Orientador: Dr. David E. Goodman.

Resumo: Com base numa estimativa do investimento na indústria de transformação, o trabalho discute os aspectos mais relevantes do debate sobre o desenvolvimento industrial brasileiro, inclusive: origens do capital, protecionismo, apoio governamental, etc. 038

Ver também: 003; 004; 086; 087; 088; 090; 091; 098; 099.

100 CRESCIMENTO ECONÔMICO; DESENVOLVIMENTO; PLANEJAMENTO; CICLOS

110 *Crescimento Econômico; Desenvolvimento; Teoria e Política de Planejamento*

ARAÚJO Jr., José Tavares de (IEI/UFRJ). Crescimento e potencial de acumulação : um comentário à tese de Guimarães. — *R. de Economia Política*, São Paulo, 3 (1) 83. 039

———. An evolutionary theory of economic change. — *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, 13 (2) 83. 040

BONELLI, Regis (PUC-RJ; INPES/IPEA). Mudanças nas estruturas de produção, renda e consumo e crescimento econômico no Brasil no período 1970-75 / Co-autor: Paulo Vieira da Cunha. — *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, 12 (3) 82. 041

CUNHA, Paulo Vieira da (IEI/UFRJ; INPES/IPEA). Mudanças nas estruturas de produção, renda e consumo e crescimento econômico no Brasil no período 1970-75 / Co-autor: Regis Bonelli. — *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, 12 (3) 82. 042

FIORI, José Luís (IEI/UFRJ). Por uma economia política do tempo conjuntural. — Concluído em novembro de 1983.

Resumo: Crítica do debate sobre os conceitos de tempo longo e curto; estrutura e conjuntura nas análises econômicas e políticas feitas na ótica da economia política. 043

Ver também: 131; 172.

120 *Estudos de Desenvolvimento Econômico*

BONELLI, Regis (PUC-RJ; INPES/IPEA). Crescimento econômico, industrialização e balanço de pagamentos : o Brasil dos anos 70 aos 80 / Co-autor: Pedro S. Malan. — Concluído em julho de 1983. (no prelo). 044

———. Crise internacional, crise brasileira : perspectivas e opções / Co-autor Pedro S. Malan. — *Pensamiento Iberoamericano*, Madrid, v. 4, 1983. 045

———. Investimento e emprego face a desequilíbrios internos e externos. — In: ARIDA, Pérsio, ed. *Dívida externa, recessão e ajuste estrutural : o Brasil diante da crise*. — Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982. (2.^a ed. 1983). 046

FERREIRA, Léo da Rocha (INPES/IPEA). Effects of alternative policies on level and variation of income and on resource use and output, Northeast Brazil / Co-autor: W. W. McPherson. — Trabalho apresentado na Conferência Internacional de Economistas Agrícolas, 18. IAAE, Jakarta, Indonésia, 1982. 047

MELLO, João Manuel C. de (DEPE/UNICAMP). Reflexões sobre a crise atual / Co-autor: Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo. — São Paulo : Brasiliense, 1982. 150 p. 048

Ver também: 014; 028; 041; 042.

130 *Flutuações, Projeções Econômicas e Inflação*

ABREU, Marcelo de Paiva (PUC/RJ; FEA/UFRJ; INPES/IPEA). Variante IV do modelo macroeconômico da economia brasileira / Co-autores: Ajax Bello Moreira, Dionísio Dias Carneiro Netto e Antonio Claudio Sochaczewski. — Rio de Janeiro, 1983. — (IPEA/INPES. Texto para discussão interna; 59). 049

ARAUJO, João Lizardo de (COPPE/UFRJ). Comentário sobre consumos e preços relativos do diesel e da gasolina. — Concluído em março de 1982.

- Resumo: Ajuste e análise de modelo dinâmico para explicar a evolução dos consumos relativos dos dois carburantes no período 1970/81. 050
- . Levantamento sumário de modelos energéticos. — Concluído em fevereiro de 1982.
- Resumo: Avaliação crítica das abordagens existentes para modelar o sistema energético e as relações energia-economia. 051
- ASSIS, Milton Pereira de (INPES/IPEA). Modelos de previsão e simulação de inflação brasileira. — Término previsto: dezembro, 1983.
- Resumo: Estimação de modelos econométricos de equações simples e simultâneas para a análise de políticas antiinflacionárias e para previsões da inflação futura. 052
- BONELLI, Regis (PUC/RJ; INPES/IPEA). Distribuição de rendas e padrões de crescimento : um modelo dinâmico da economia brasileira / Co-autor: Paulo Vieira da Cunha. — *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, 13 (1) 83. 053
- CONTADOR, Cláudio R. (COPPEAD/UFRJ). A economia brasileira : uma versão econométrica. — Concluído em outubro de 1983.
- Resumo: Um modelo macroeconômico para a economia brasileira. 054
- . Sobre as causas da recente aceleração inflacionária : comentários. — *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, 13 (3) 82. 055
- CUNHA, Paulo Vieira da (IEI/UFRJ; INPES/IPEA). Distribuição de renda e padrões de crescimento : um modelo dinâmico da economia brasileira / Co-autor: Regis Bonelli. — *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, 13 (1) 83. 056
- EKERMANN, Raul José (EPGE/FGV). Política salarial, inflação e emprego / por Raul José Ekerman [et al.] — In: TAVARES, Maria da Conceição & DAVID, M. D., eds. *A economia política da crise*. — Rio de Janeiro : Vozes, 1982. p. 65-80 + apêndice. 057
- MALAN, Pedro S. (PUC-RJ; INPES/IPEA). Feliz 1984. — *R. Senhor*, dez. 1982. 058
- MORAES, Roberto Camps de (IEPE/UFRGS). Os efeitos redistributivos da inflação e os reajustes salariais. — *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, 12 (3) 82. 059

- . Inflação, taxa de lucro e reajustes salariais. — *Ensaios FEE*, Porto Alegre, 2 (2) 82. 060
- SILVEIRA, Antonio Maria da (EPGE/FGV). Indexação e ambiência geral de negócios. — Término previsto: maio, 1984.
Resumo: Estudo da extensão em que o sistema de indexação corrente no Brasil contribui para a incerteza e instabilidade da ambiência geral de negócios. 061
- . Modelos em moeda e redistribuição de renda. — Rio de Janeiro : Edições Multiplic II, jun., 1982. 062
- SOUZA, Juarez de (PIMES/UFPE). Alguns aspectos da crise econômica brasileira. — In: Encontro Nacional de Economia, 10, Águas de São Pedro. *Anais* ... — Brasília, ANPEC, 1982. 063
- . Inflation in Brazil : 1974-1980. — Concluída em junho de 1982. — Tese (PhD) Univ. of Illinois. Orientador: Werner Baer. 064
- . A política salarial e a inflação no Brasil: 1974-1980. — In: Encontro Nacional de Economia, 10, Águas de São Pedro. *Anais* ... Brasília, ANPEC, 1982. 065

Ver também: 015; 048; 085; 097; 188; 192.

200 ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS

210 Métodos e Modelos Econométricos, Estatísticos e Matemáticos

- ASSIS, Milton Pereira de (INPES/IPEA). A estrutura e o mecanismo de transmissão do modelo macroeconômico para o Brasil (MEB). — Rio de Janeiro, set. 1982. — (IPEA/INPES. Texto para discussão interna; 50). 066
- AZEVEDO Filho, A. J. B. V. (ESALQ/USP). O uso de programação matemática na análise de investimentos na pecuária de corte : técnicas intensivas vs. mercado de capitais / Co-autor: E. M. Neves. — In : Congresso Latino Americano de Pesquisa Operacional, 1. *Anais* ... — Rio de Janeiro : Sociedade Brasileira de Pesquisa Operacional, 1982, tomo 1, p. 41-55. 067
- BOLUDA, Luis Carlos P. J. (INPES/IPEA). Anexo estatístico da pesquisa "funções de custo e de produção *translog* para as empresas de

transporte rodoviário de carga" de autoria de Antonio Edmundo Resende. — Concluído em: março de 1983.

Resumo: O anexo contém os procedimentos computacionais desenvolvidos para estimar o sistema de equações de *SHARE* da função de produção translog bem como as elasticidades de substituição e de preço entre os fatores de produção utilizados (Capital, Energia, Trabalho, Carreteiro e Materiais). 068

———. Anexo estatístico da pesquisa "proposta preliminar de um modelo de demanda de energia do setor rodoviário de cargas" de autoria de Antonio Edmundo Resende. — Término previsto: fevereiro, 1984.

Resumo: O anexo contém os procedimentos computacionais desenvolvidos para estimar a equação de demanda, por novos caminhões, tendo em vista projetar a frota nacional de veículos de carga e assim, através de cenários de utilização e de eficiência, estimar o consumo futuro de óleo diesel nos horizontes estabelecidos pela coordenação do grupo de demanda de energia. 069

BONELLI, Regis (PUC/RJ; INPES/IPEA). Indicadores de emprego e produção industrial : uma nota metodológica / Co-autor: Eustáquio Reis. — Rio de Janeiro, nov. 1982. — (IPEA/INPES. Texto para discussão interna). 070

CUNHA, Paulo Vieira da (IEI/UFRJ; INPES/IPEA). Métodos estatísticos na análise de mudanças ocupacionais. — *Est. Econ.*, São Paulo, 12 (1) 82. 071

ZONINSEIN, Jonas (IEI/UFRJ). The bariloché model / Co-autores: Hugo D. Scolnik; Carlos A. Ruiz; Irene Loiseau; Guillermo Albizuri. — In: MEADOWS, S.; RICHARDSON, J.; BRUCKMAN, G. *Groping in the dark*. — Somerset, N. J. : John Wiley & Sons, 1982, p. 142-165. 072

220 Estatísticas Sócio-Econômicas

BARROS, Ricardo Paes de (INPES/IPEA). Consumo de energia para cocção : análise das informações disponíveis em março 1983 / Co-autor: Luis Carlos P. J. Boluda. — Rio de Janeiro, 1983. — (IPEA/INPES. Texto para discussão. Grupo de Energia; 12). 073

COSTA, Iraci del Nero da (FIPE/USP). Estatísticas básicas da agricultura brasileira / Co-autor: José Luiz Lima. — Término previsto: junho, 1984. 074

DUARTE, Renato Santos (PIMES/UFPE; FUNDAJ). Indicadores de participação sócio-política. — In: Seminário Nacional sobre Qualidade de Vida (Aracaju, 1982). *Anais*. p. 195-96. 075

HORTA, Maria Helena T. T. (INPES/IPEA). Demanda de importações no Brasil, 1960-1980 : estimações agregadas e desagregadas por categoria de uso e projeções para 1982 / Co-autor: Marcelo de Paiva Abreu. — Rio de Janeiro, junho, 1982. — (INPES/IPEA. Textos para discussão interna; 48). 076

SABOIA, João Luiz Maurity (IEI/UFRJ). A razão essencial e sua utilização como deflator do salário mínimo : 1940-1981. — Rio de Janeiro : UFRJ, maio, 1983. — (IEI/UFRJ. Texto para discussão; 23). 077

Ver também: 020; 022; 070; 100; 182; 216; 227.

300 TEORIA E INSTITUIÇÕES MONETÁRIAS E FISCAIS

MONTORO Filho, André Franco (FIPE/USP). Recursos governamentais não tributários. — In: Encontro Nacional de Economia, 10. (Águas de São Pedro, 1982). *Anais*. 078

310 Teoria e Instituições Monetárias e Financeiras

MONTORO Filho, André Franco (FIPE/USP). Moeda e sistema financeiro no Brasil. — Rio de Janeiro : IPEA/INPES, 1982. 228 p. — (Série PNPE; 5). 079

SILVEIRA, Antonio Maria da (EPGE/FGV). Estudos sobre moeda e taxas de juros no Brasil. — Rio de Janeiro : Edições Multiplic II, dez., 1982. 080

Ver também: 034; 036; 062.

320 Finanças Públicas Internas e Política Fiscal

ARAÚJO Jr., José Tavares de (IEI/UFRJ). Financial mechanisms for science and technology : the Latin American experience / Colaborador: L. F. S. Candiota. — New York : United Nations Centre for Science and Technology for Development, abril, 1982. 081

MONTORO Filho, André Franco (FIEP/USP). Redistribuição tributária / Co-autor: Paulo de Tarso P. Leite Soares. — Término previsto: 1984.

Resumo: Estudo de possíveis reformas que fortaleçam estados e municípios. 082

———. Reforma tributária e impostos municipais / Co-autor: Paulo de Tarso P. Leite Soares. — Término previsto: agosto, 1983.

Resumo: Pesquisa sobre a viabilidade e potencialidade do aumento do IPTU e suas consequências. 083

OZORIO DE ALMEIDA, Anna Luiza (FEA/UFRJ; INPES/IPEA). O custo da expansão da fronteira / Co-autora: Maria Beatriz de Albuquerque David. — Término previsto: fevereiro, 1984.

Resumo: Análise de dados colhidos junto ao INCRA e outras instituições que operam em regiões de fronteira. 084

PRADO, Eleutério Fernando da Silva (FIEP/USP). Um modelo de simulação de alterações tributárias para o Brasil / Co-autor: Décio K. Kadota. — Concluída em agosto de 1982.

Resumo: Elaborou-se um modelo macroeconômico desagregado para avaliar impactos de alterações tributárias na arrecadação de impostos, preços relativos, distribuição de renda, etc. 085

Ver também: 032; 033.

400 ECONOMIA INTERNACIONAL

ABREU, Marcelo de Paiva (PUC/RJ; FEA/UFRJ; INPES/IPEA).

Anglo-Brasilian economic relations and the consolidation of American pre-eminence in Brazil: 1930-1945. — Rio de Janeiro : PUC, Departamento de Economia, 1982. — (PUC/RJ. Texto para discussão; 30). — A ser publicado por C. Abel & C. Lewis, eds. *Economic imperialism in Latin America*. — Londres, Athlone Press. 086

———. Argentina and Brazil during the 1980s : the impact of British and American international economic policies. — Rio de Janeiro : PUC, Departamento de Economia, 1983. — (PUC/RJ. Texto para discussão; 57). — A ser publicado por R. Thorp, ed. — *Latin America in the 1930s*. — London, MacMillan. 087

- . As lições da história : 1929-1933 e 1979-198? / Co-autor: Winston Fritsch. — In: ARIDA, P., org. *Dívida externa, recessão e ajuste estrutural : o Brasil diante da crise.* — Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982. p. 17-38. 088

410 Teoria do Comércio Internacional

- MORAES, Roberto Camps de (IEPE/UFRGS). A distribuição dos ganhos de comércio entre centro e periferia. — Término previsto: stembro, 1984. — Tese (DO). Orientador: Andrea Maneschi. Resumo: Análise teórica dos modelos de troca desigual entre países, verificando as implicações sobre a distribuição dos ganhos de comércio entre dois conjuntos de países. 089

420 Relações de Comércio, Política Comercial, Integração Econômica

- ABREU, Marcelo de Paiva (PUC/RJ; FEA/UFRJ; INPES/IPEA). Comentários aos trabalhos apresentados na sessão "Relações internacionais e política externa" do Seminário Internacional sobre a Revolução de 1930. — In: *A Revolução de 1930 : Seminário Internacional.* — Brasília : Ed. Universidade de Brasília, 1983, p. 645-9. 090

- . John Maynard Keynes e as relações econômicas anglo-brasileiras durante a segunda guerra mundial. — *R. Bras. Econ.*, Rio de Janeiro, 36 (1) 82. 091

- ARAUJO Jr., José Tavares de (IEI/UFRJ). Exportação de manufaturados, concorrência e mudança tecnológica : um estudo do caso brasileiro nos anos 70 / Colaboradores: Carlos Renato Mota e Eduardo G. Assumpção. — Rio de Janeiro, 1983. — (IEI/UFRJ. Relatório de pesquisa). 092

- . Mudança tecnológica e competitividade das exportações brasileiras de manufaturados. — Rio de Janeiro, set. 1982. 21 p. — (IEI/UFRJ. Texto para discussão; 8). 093

- HORTA, Maria Helena T. T. (INPES/IPEA). Fontes de crescimento das exportações brasileiras na década de 70. — *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, 13 (2) 83. 094

- MOREIRA, Inaldo Lima (PIMES/UFPE). O sistema da economia mundial capitalista : um esboço de compreensão-I. — Recife : Depar-

- tamento de Economia da UFPE, 1982. — (PIMES/UFPE. Textos para discussão; 123). 095
- . O sistema da economia mundial capitalista : um esboço de compreensão-II. — Recife : Departamento de Economia da UFPE, 1983. — (PIMES/UFPE. Textos para discussão; 130). 096
- SILVA, José Cláudio Ferreira da (INPES/IPEA). A maxi : antes e depois / Co-autor: Eustáquio José Reis. — *Boletim de Conjuntura Industrial*, Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, 3 (2) 83. 097
- 430 *Balanco de Pagamentos, Finanças Internacionais*
- ABREU, Marcelo de Paiva (PUC/RJ; FEA/UFRJ; INPES/IPEA). Anglo-Brazilian sterling balances, 1940-52. — Rio de Janeiro : PUC, Departamento de Economia, 1983. — (PUC/RJ. Texto para discussão; 56). 098
- . Brazilian sterling balances, 1940-52. — **Término previsto:** junho, 1984.
- Resumo: Incorporação de novos materiais — de arquivos brasileiros e estatísticos — ao texto para discussão n. 56, já publicado pela PUC/RJ, Departamento de Economia. 099
- . Demanda de importações no Brasil, 1960-80 : estimações por categoria de uso e projeções para 1982 / Co-autora: Maria Helena T. T. Horta. — Rio de Janeiro, 1982. — (IPEA/INPES. Texto para discussão; 48). 100
- ASSIS, Milton Pereira (INPES/IPEA). A crise do setor externo e o ajustamento requerido pelas opções de política econômica. — **Término previsto:** novembro, 1983.
- Resumo: Análise do setor externo da economia brasileira no contexto da crise mundial e simulações de políticas alternativas para o setor externo. 101
- SOUZA, Juarez de (PIMES/UFPE). A dívida externa e a crise cambial no Brasil. — Documento apresentado no Congresso Brasileiro de Economistas, 5., Curitiba, 1983. 102
- . A política cambial no Brasil : das minis às maxi-desvalorizações. — In: Encontro Nacional de Economia, 11 (Belém). *Anais*. — Brasília : ANPEC, 1983.

Resumo: Investiga as possíveis "razões" da máxi de dez. 1979 através de um modelo onde a variável taxa de câmbio pode ser otimizada (resultados preliminares). 103

Ver também: 076; 126.

440 Investimentos Internacionais e Ajuda Externa

GUIMARÃES, Eduardo Augusto (IEI/UFRJ). Changing international investment strategies : the "new form of foreign investment in Brazil" / Co-autores: Pedro S. Malan e José Tavares de Araújo Jr. — Rio de Janeiro, jan., 1983. 144 p. — (IPEA/INPES. Texto para discussão interna; 45). 104

———. A opção entre capital de empréstimo e capital de risco / Co-autor: Pedro S. Malan. — Rio de Janeiro, mar., 1982. 101 p. — (IPEA/INPES. Texto para discussão interna; 46). 105

MALAN, Pedro S. (PUC/RJ; INPES/IPEA). O problema da dívida externa. — In: TAVARES, Maria da Conceição & DAVID, M. D., eds. *A economia política da crise : problemas e impasses da política econômica brasileira*. — Rio de Janeiro : Vozes, 1982. p. 9-24. 106

ZONINSEIN, Jonas (IEI/UFRJ). Consolidação do modelo brasileiro de *joint ventures* / Co-autor: Aloisio Teixeira. — Concluído em setembro de 1983.

Resumo: Análise dos principais aspectos ligados à formação de *joint ventures* no setor industrial no Brasil, tendo em vista identificar as perspectivas relativas a esta forma de inserção do capital estrangeiro e propor medidas de política econômica que orientem e disciplinem estas associações. 107

500 ADMINISTRAÇÃO; FINANÇAS DAS EMPRESAS; COMERCIALIZAÇÃO; CONTABILIDADE

510 Administração

NEVES, E. M. (ESALQ/USP). Organização administrativa da exploração leiteira / Co-autores: A. J. B. V. Azevedo Filho, P. F. Machado, M. A. M. Braz. — Concluído em outubro de 1983. — In: *Anais do III Simpósio sobre Pecuária Leiteira*. — Campinas, Coord. Assist. Técnica Integral (CATI), Secr. Agricultura de São Paulo. 108

AZZONI, Carlos Roberto (FIPE/USP). Análise econômica dos projetos de expansão da COSIPA no contexto da siderurgia nacional / Co-autores: Carlos A. P. Braga, Marial R. Filardo, Marcos E. da Silva. — Concluído em dezembro de 1983.

Resumo: Avalia a rentabilidade da COSIPA à luz dos condicionantes institucionais em que opera o setor siderúrgico nacional. 109

NEVES, E. M. (ESALQ/USP). Estruturas de custo agrícolas : alguns comentários / Co-autor: A. J. B. V. Azevedo Filho. — In: *Anais do II Seminário sobre Tecnologia e Economia do Alcool*, Piracicaba, SICCT-ESALQ/USP, 1982. 110

———. Sistemas de produção agrícola : mudanças nas políticas governamentais e seus efeitos nas estruturas de custos / Co-autor: A. J. B. V. Azevedo Filho. — A ser publicado pela revista *O Solo*, São Paulo, ESALQ/USP.

Resumo: Analisa, com base em estruturas de custos, os efeitos das políticas agrícolas principalmente as mudanças nas taxas de juros nos sistemas de produção. 111

530 *Comercialização*

SAMPAIO, Yony (PIMES/UFPE). Sistemas de comercialização no agreste de Pernambuco : metodologia / Co-autor: Edinaldo Gomes Bastos. — Concluído em 1983. 112

———. Sistemas de comercialização no agreste de Pernambuco : revisão da literatura recente / Co-autor: Hermino Ramos de Souza. — Concluído em dezembro de 1983. 113

SOUZA, Juarez de (PIMES/UFPE). Sistemas de comercialização no agreste de Pernambuco / Pesquisa coordenada por Yony Sampaio. — Término previsto: 1983.

Resumo: Trata-se de investigar a articulação do capital agroindustrial, mercantil e financeiro na comercialização; investiga também a composição das margens e a expansão do sistema financeiro na região. 114

600 ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL; MUDANÇA TECNOLÓGICA;
ESTUDOS INDUSTRIAIS

- GUIMARÃES, Eduardo Augusto (IEI/UFRJ). Barreiras à entrada. — Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. — (FEA/UFRJ. Texto didático; 19). 115

610 *Organização Industrial e Política de Governo*

- ARAUJO, João Lizardo de (COPPE/UFRJ). Avaliação crítica do PNA / Co-autor: Luis Pinguelli Rosa. — Concluído em abril de 1982.
Resumo: Uma tentativa de síntese da evolução e perspectivas do PNA, procurando integrar aspectos sociais, econômicos e tecnológicos. Apresentado em seminário na Itália. 116
- CONSIDERA, Claudio Monteiro (FEA/UFF; INPES/IPEA). Comportamento oligopolista e controle de preços industriais : o caso do gênero material de transporte, 1969-82. — *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, 13 (1) 83. 117
- . A indústria brasileira : avaliação e perspectivas. — *Boletim de Conjuntura Industrial*, Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, 3 (4) 83. 118
- . A industrialização brasileira : aspectos da evolução recente. — Sem previsão de término.
Resumo: Diagnóstico da industrialização recente com ênfase na composição da produção, emprego e exportação. 119
- DUARTE, Renato Santos (PIMES/UFPE; FUNDAJ). Análise e perspectivas do setor produtor de alimentos no Nordeste e efeitos decorrentes da implantação do Programa Nacional do Alcool, PNA. — Concluído em dezembro de 1983.
Resumo: Levantamento dos efeitos da implantação do Proálcool no Nordeste sobre a produção regional de alimentos. Foram estudadas as repercussões do programa sobre os métodos produtivos e sobre a produção das destilarias e dos engenhos de cana dos nove estados nordestinos. 120
- FIORI, José Luís (IEI/UFRJ). O debate sobre o Estado e a industrialização brasileira : algumas interrogações. — Rio de Janeiro : UFRJ, 1983. — (IEI/UFRJ. Texto para discussão; 14). 121

GUIMARÃES, Eduardo Augusto (IEI/UFRJ). Acumulação e crescimento da firma : um estudo de organização industrial. — Rio de Janeiro : Zahar, 1982. 196 p. 122

OZORIO DE ALMEIDA, Anna Luiza (FEA/UFRJ; INPES/IPEA). Subcontracting and "disguised employment" in Brazilian industrialization. — Rio de Janeiro : IPEA/INPES, 1982. — (Brazilian economic studies; 6). 123

ZONINSEIN, Jonas (IEI/UFRJ). *Joint ventures* (JV) na industrialização brasileira : notas para o estudo das formas de capital / Co-autor: Aloísio Teixeira. — Rio de Janeiro : UFRJ, out., 1983. — (IEI/UFRJ. Textos para discussão; 29). 124

———. As políticas de investimento público e a evolução do mercado para o setor da construção pesada nos anos 70. — Concluído em agosto de 1982.

Resumo: Avaliação de caráter anticíclico do investimento estatal em infra-estrutura de energia e transportes e seus efeitos sobre o crescimento das firmas de construção pesada. 125

Ver também: 107; 164; 165; 168.

620 Mudança Tecnológica

CACCIAMALI, Maria Cristina (FIPE/USP). Setor têxtil : exportações e alternativas tecnológicas. — Concluído em novembro de 1983.

Resumo: O trabalho privilegia três aspectos em relação ao setor têxtil, os pontos de estrangulamento para o desenvolvimento do setor, o desempenho das exportações e as possíveis alternativas tecnológicas, no curto e médio prazo face ao quadro recessivo. 126

GALVAN, Cesare Giuseppe (UFPB). A difusão da indústria nuclear : considerações preliminares aos programas latino-americanos. — *R: Econ. Política*, São Paulo, 3 (4):107-25, 1983. 127

———. Explicaciones controvertidas en la historia de la industria nuclear (con referencias al caso de la República Federal Alemana). — Documento apresentado ao Encuentro Interdisciplinario sobre Energía y Sociedad. Colegio de Sociólogos de México. — México, DF, 12 a 14 de agosto de 1982. 128

- . A indústria nuclear alemã : Estado, capital, mercado mundial.
— Sem previsão de término.

Resumo: (1) Síntese dos principais momentos da evolução tecnológica alemã no campo nuclear, sublinhando os aspectos internacionais; (2) breve debate das explicações aduzidas na RFA; (3) formulação de hipóteses explicativas e sua discussão. Hipóteses preliminares: a) importância de investimentos já realizados; b) consolidação da subsunção real do trabalho ao capital; c) caráter concentrado da subsunção; e d) articulação estado-capital como lugar da concretização da mudança. 129

- . El proceso capitalista de producción y reproducción de las disparidades tecnológicas. — *El Trimestre Económico*, México, DF, 49 (3) 82. 130

- . Progreso tecnológico e taxa de lucro : algumas questões sobre o método de Marx. — Concluído em janeiro de 1983.

Resumo: Análise da contraposição de forças históricas, umas levando o capital à crise pela redução de sua rentabilidade, outras aumentando a lucratividade e solucionando a crise. 131

- . Tecnologia, crise e capitalismo : uma contribuição ao debate da lógica do capital / Co-autor: Fausto Burgeño Lomeli. — *Cadernos do Centro Josué de Castro*, Recife, 2, 1983 (no prelo). 132

Ver também: 092; 093; 133; 159.

630 Estudos Industriais

- ARAUJO Jr., José Tavares de (IEI/UFRJ). Technical progress and forms of competition : a case study of the glass industry. — Rio de Janeiro : UFRJ, 1983. — (IEI/UFRJ. Texto para discussão; 12). 133

- AZZONI, Carlos Roberto (FIPE/USP). Avaliação da competitividade das exportações e seus efeitos sobre a acumulação de capital e a localização industrial no Estado de São Paulo / Co-autores: Luiz A. A. Abblas, Juarez A. B. Rizzieri. — Concluído em janeiro de 1983.

Resumo: Analisa a acumulação de capital e a localização industrial em São Paulo à luz da dinâmica seguida pelo setor exportador. 134

LIMA, Rubens Soares de (FEE/RS). A indústria de bens de capital no Rio Grande do Sul / Co-autores: Pedro Fernando de Almeida e Roberto Cunha Marcoantonio. — Término previsto: outubro, 1984.

Resumo: Produzir conhecimento sobre a estrutura, limitações e potencialidades da indústria de bens de capital no RS, buscando estabelecer suas articulações com os padrões de acumulação da economia brasileira. 135

LIMAVERDE, João de Aquino (ETENE/BNB). A indústria de cerâmica vermelha no Nordeste / Co-autores: Edivaldo Tavares de Souza e Maria Salete de Brito. — Concluído em dezembro de 1982.

Resumo: Pesquisa econômica sobre a indústria de cerâmica vermelha em todo o Nordeste, enfatizando os aspectos: custos, investimentos, mão-de-obra, mercado, tecnologia de processo, matérias-primas, além de outros. 136

MENDONÇA, Luciane P. (IMPA; INPES/IPEA). Demanda de energia na indústria cerâmica. — Sem previsão de término. — Tese (ME). Orientador: Jack Schechtman.

Resumo: Pesquisa sobre as possibilidades de substituição de derivados de petróleo nos diferentes segmentos da indústria cerâmica, fornecendo uma estimativa da demanda de energéticos por esta indústria nos próximos anos. 137

SABOIA, João Luiz Maurity (IEI/UFRJ). As causas da difusão da posse dos bens de consumo duráveis no Brasil. — Rio de Janeiro, fev., 1983. — (PNPE. Fac-símile; 4). 138

Ver também: 018; 109; 125; 126; 189; 193; 205; 207; 208.

710 Agricultura

ALMY, Susan W. (CME/UFBA). A base social da força de trabalho agrícola no Recôncavo : evolução e uma tentativa de mudança. — Concluído em outubro de 1983.

Resumo: Analisa as relações entre o sistema de produção e a organização social do pequeno produtor, e a penetração do Estado. Descreve um programa de desenvolvimento rural integrado da UFBA, com especificação das suas ações sócio-econômicas. 139

———. Fazenda familiar e fazenda capitalista. — Término previsto: maio, 1984.

Resumo: Compara duas teorias sobre a resistência do sistema de produção agrícola ao uso de mão-de-obra contratada e confronta-as com os dados censitários de 1975, nos níveis municipais micro e regional em nove estados. 140

———. Uma pesquisa experimental sobre produção de feijão entre pequenos agricultores em Cruz das Almas e Serrinha, Bahia, 1978 / Co-autores: Kenneth Buhl e Richard Lockwood. — Concluído em agosto de 1983.

Resumo: Relata uma distribuição experimental de semente de feijão a pequenos agricultores de duas zonas ecológicas, a receptividade delas às variedades e os resultados agronômicos. 141

COSTA, Iraci del Nero da (FIEPE/USP). Integração do setor rural com o setor não-rural / Co-autor: Nelson H. Nozoe. — Concluído em dezembro de 1982. 142

FANDINO-MARIÑO, J. Mário et alii (IEPE/UFRGS). Avaliação sócio-econômica da pesquisa agropecuária : um modelo de trajetória. — *R. Econ. Rural*, Brasília, 20 (3) 82. 143

———. Homogeneidade e diversidade da estrutura rural gaúcha / Co-autor: Mario Riedl. — Sem previsão de término.

Resumo: Uma regionalização do estado do Rio Grande do Sul com base em dados sociais censitários. 144

———. Land size, agricultural modernization and ... — Concluído em 1983.

Resumo: Análise empírica de práticas ecológicas por faixa de área cultivada de uma amostra de 70 produtos do município do Cerro Largo, RS. 145

———. Programa de avaliação sócio-econômica da pesquisa agropecuária do projeto II — EMBRAPA/BIRD. — Brasília : Empresa Bras. de Pesq. Agropecuária, 1982. 146

FERREIRA, Léo da Rocha (INPES/IPEA). Insumos modernos na agricultura brasileira / Co-autor: Cláudio Roberto Contador. — Término previsto: dezembro de 1983.

- Resumo: O objetivo deste estudo está centrado na análise e consequência das distorções existentes na produção e emprego de insumos modernos. São examinados especificamente os fertilizantes, defensivos, máquinas e equipamentos agrícolas. 147
- NODA, Sandra N. (ESALQ/USP). Relações de trabalho na agricultura amazônica : o caso da juta e malva. — Término previsto: 1984. — Tese (ME).
Resumo: Analisa-se a evolução das relações de trabalho na cultura da juta, desde sua introdução pelos japoneses em 1929 até 1981. 148
- NOZOE, Nelson Hideiki (FEA/USP). Integração do setor rural com o setor não-rural / Co-autora: Iraci del Nero da Costa. — Concluído em março de 1982.
Resumo: Estudo do desenvolvimento agrícola e dos processos demográficos e de urbanização no Brasil. 149
- OZORIO DE ALMEIDA, Anna Luiza (FEA/UFRJ; INPES/IPEA). Agricultores e comerciantes : interações na ocupação da fronteira. — Término previsto: janeiro de 1984.
Resumo: Análise dos dados de uma pesquisa de campo. 150
- . Desempenho econômico dos colonos nos projetos de colonização oficial e particular. — Término previsto: dezembro de 1983.
Resumo: Análise dos dados de uma pesquisa de campo. 151
- . Disponibilidade e qualidade das terras na Amazônia. — Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER) 21, Brasília, 25 a 28 de julho, 1983. 152
- . Frentes de penetração da pequena produção agrícola na Amazônia / Co-autora: Maria Beatriz de Albuquerque David. — International Geographical Union, Latin American Regional Conference, Working Group on Land Development in the Tropics, Belo Horizonte, 8 a 13 de agosto de 1982. 153
- . Resenha de David Goodman & Michael Redclift "From peasant to proletarian : capitalist development and agrarian transitions". — *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, 12(3):953-62, 1982. 154
- SAMPAIO, Yony (PIMES/UFPE). Desenvolvimento rural : efeitos sobre o emprego e a renda em quatro projetos do Polonordeste. — In:

- Encontro Nacional de Economia, 11. (Belém). *Anais*. — Brasília : ANPEC, 1983. 155
- . Estrutura agrária, produção e emprego rural / Co-autor: José Ferreira Irmão. — In: *Emprego no Nordeste 1950-80 : modernização e heterogeneidade*. — Recife: Ed. Massangana, 1983. 563 p., cap. 22. 156
- . Estrutura agrária, produção e emprego rural no Nordeste / Co-autor: José Ferreira Irmão. — In: *Capitalismo e força de trabalho*. — Salvador : Universidade Federal da Bahia, 1983. 238 p. 157
- . Estrutura agrária, produção e emprego rural no Nordeste / Co-autor: José Ferreira Irmão. — In: *Trabalho e condições de vida no Nordeste*. — São Paulo : Hucitec. 158
- . Geração de tecnologia para a pequena produção no Nordeste / Co-autores: Carlos Alberto de Oliveira et alii. — Concluído em junho de 1983. 159
- . Parâmetros para avaliação da pesquisa agropecuária no Nordeste / Co-autores: Edinaldo Gomes Bastos, Everaldo Sampaio, Fernando Campelo. — Término previsto: 1985. 160
- SCHNEIDER, Ivo Alberto (IEPE/UFRGS). Transferência de conhecimento agrícola num modelo reverso de comunicação. — *R. Econ. Rural*, Brasília, 21 (2) 83. 161
- SOUZA, Nali de Jesus de (IEPE/UFRGS; Secretaria do Trabalho do RS). Diagnóstico sócio-econômico da região de Caxias do Sul. — Concluído em abril de 1983.
- Resumo: Foi efetuada a evolução econômica da região entre 1970-75-82, estabelecimento de bolsões de pobreza na zona rural; constatou-se a existência de abundante mão-de-obra volante na agricultura e grande desemprego urbano. 162
- . Diagnóstico sócio-econômico da região do Vale do Taquari. — Concluído em fevereiro de 1983.
- Resumo: Evolução econômica da região entre 1970-75, estabelecimento de bolsões de pobreza na zona rural; caracterizada como maior problema da região a existência de minifúndios improdutivos. 163
- Ver também:* 008; 022; 067; 108; 110; 111; 120; 127; 128; 129; 130; 187; 200; 218.

ARAUJO, João Lizardo de (COPPE/UFRJ). Avaliação do Programa Nacional do Alcool : subsídios para o caso etíope / Co-autores: Luiz Pinguelli Rosa e Fernando Pereira da Costa. — Concluído em setembro de 1982.

Resumo: Aprofundamento do estudo de abril de 1982. 164

———. Evolution and perspectives of Brazilian energy information system. — International Workshop on National Energy Data Systems, New Delhi, 1982. Tata Energy Research Institute e O.N.U. 165

———. Metodologia para avaliação do potencial de biomassa. — Término previsto: março de 1984.

Resumo: Abordagem sistemática da definição e avaliação do potencial de biomassa, com atenção às culturas energéticas (trabalho realizado em equipe : área interdisciplinar de energia). 166

———. Potencial de produção de álcool etílico : proposta metodológica e aplicação ao caso brasileiro / Co-autor: Fernando Pereira da Costa. — Concluído em março de 1983.

Resumo: Sistematização preliminar de metodologia para avaliação do potencial de etanol. 167

———. Subsídios à avaliação do Programa Nacional do Alcool / Co-autores: Adilson de Oliveira et alii. — Concluído em setembro de 1982.

Resumo: Análise das perspectivas da produção nacional de petróleo, alterações na estrutura de refino, política de preços dos derivados e demanda de carburantes. 168

FERREIRA, Léo da Rocha (INPES/IPEA). Agricultura e produção de energia / Co-autor Fernando C. Perés. — *R. Econ. Rural*, Brasília, v. 20, 1982. Número especial. 169

———. Agricultura e produção de energia : avaliação do uso de biomassas como fontes de energia / Co-autor: Otávio A. F. Tourinho (equipe do IMPA) — Término previsto: maio de 1984.

Resumo: Os programas de biomassa fixam em geral metas de substituição de parte da demanda de derivados de petróleo por produtos tais como o álcool, lenha, carvão vegetal, óleos vegetais, etc. A substi-

tuição destas demandas implica não somente os custos da produção agrícola, implantação e operação de usinas de processamento de transporte dos insumos até as destilarias e daí até os centros consumidores, como também os custos econômicos que decorrerão de deslocamento de culturas tradicionais, como seus reflexos no mercado interno, bem como no balanço de pagamento. 170

———. Um modelo de análise da produção de energia pela agricultura / Co-autores: Fernando C. Peres, José R. Mendonça de Barros, Luiz Moricochi. — Rio de Janeiro, 1982. — (IPEA/INPES. Texto para discussão. Grupo de Energia; 11). 171

SAES, Flávio Azevedo Marques de (FEA/USP). A questão energética no planejamento econômico do Brasil a partir de 1945. — In: CALABI, A. S. et alii. *A energia e a economia brasileira*. — São Paulo : FIPE/Pioneira, 1983. p. 97-115. 172

SOUZA, Nali de Jesus de (IEPE/UFRGS). Diagnóstico sócio-econômico da bacia do Rio Gravataí / Co-autora: Yeda Rorato Crusius. — Concluído em agosto de 1983.

Resumo: Estudo efetuado com o fim de implantação de infra-estrutura hídrica. Constatada a existência de prejuízos periódicos na agricultura em virtude das cheias e da inexistência de infra-estrutura adequada; existência de banhados que, se recuperados, poderiam contribuir para o aumento da produção. 173

730 *Geografia Econômica*

OZORIO DE ALMEIDA, Anna Luiza (FEA/UFRJ; INPES/IPEA). Orientação espacial do avanço da fronteira no Brasil. — Concluído em outubro de 1983.

Resumo: Descrição da expansão das zonas de influência dos principais centros metropolitanos sobre as áreas de fronteiras : penetração dos grandes troncos rodoviários, o aumento de acessibilidade e o crescimento das cidades. 174

———. A seletividade perversa da ocupação da Amazônia : disponibilidade e qualidade das terras na fronteira. — Concluído em outubro de 1983.

Resumo: Análise da seletividade do processo de ocupação da Amazônia em termos da qualidade das terras apropriadas e disponíveis se-

gundo diversas fontes de informação. Necessidade de política de orientação espacial e tecnológica para a região. 175

———. Tipos de fronteira e modelos de colonização na Amazônia: revisão da literatura e especificação de uma pesquisa de campo / Co-autora: Maria Beatriz de Albuquerque David. Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 3., Vitória, 11-15 outubro de 1982. 176

———. Tipos de fronteira e tipos de migrantes. — Término previsto: novembro de 1983.

Resumo: Análise da forma de expansão espacial da atividade econômica e das condições de chegada dos migrantes às distintas fronteiras agrícolas no Brasil. Revisão da literatura e proposta de tipologia. 177

Ver também: 084; 150.

800 MÃO-DE-OBRA; EMPREGO; POPULAÇÃO

Ver também: 219.

810 *Treinamento e Alocação de Mão-de-Obra, Oferta de Mão-de-Obra e Força de Trabalho*

DUARTE, Renato Santos (PIMES/UFPE; FUNDAJ). Criação de emprego e renda na economia informal urbana do Nordeste : o caso de Salvador e Fortaleza. — In: Encontro Nacional de Economia, 10. Aguas de São Pedro. *Anais.* — Brasília : ANPEC, 1982. v. 1, p. 65-85. 178

———. Dependência tecnológica e criação de emprego no setor informal urbano das economias periféricas : o caso do Nordeste brasileiro. — *Boletim Sobre População, Emprego e Renda no Nordeste*, Recife, SUDENE/FUNDAJ, 2 (1) :107-24, jan./abr., 1983. 179

———. Necessidades de treinamento de mão-de-obra no agreste setentrional de Pernambuco. — Concluído em novembro de 1982.

Resumo: Levantamento dos níveis de qualificação e das necessidades de treinamento não-formal da mão-de-obra rural e urbana da área norte do agreste pernambucano. O trabalho faz recomendação de cursos a serem oferecidos com vistas à melhor qualificação da mão-de-obra local. 180

JATOBA, Jorge, org. (PIMES/UFPE). Emprego no Nordeste, 1950/80 : modernização e heterogeneidade / Co-autores: Aldemir Souza et alii. — Recife : Massangana, 1983. 525 p. 181

820 Mercado de Trabalho, Política do Governo

BONELLI, Regis (PUC-RJ; INPES/IPEA). Distribuição de renda : evolução nos anos 70. — Rio de Janeiro, 1982. 30 p. — (IPEA/INPES. Texto para discussão interna; 52). 182

CACCIAMALI, Maria Cristina (FIPE/USP). Distribuição de renda, formas de participação na produção e setor informal. — Seminário sobre Criação de Emprego e Renda na Economia Informal Urbana da América Latina. CLACSO/FIJI, Recife, 1983. 183

———. Formas de participação na produção e renda familiar. — Término previsto: junho, 1984. 184

———. Setor informal e formas de participação na produção. — São Paulo : USP, 1983. 146 p. — (FIPE/USP. Série ensaios econômicos; 26). 185

CARVALHO, Lívio W. R. de (ECO/UnB). Políticas salariais brasileiras no período 1964/81. — *R. Bras. Econ.*, Rio de Janeiro, 36 (1) 82. 186

COSTA, Iraci del Nero da (FIPE/USP). Transformações da estrutura produtiva da agricultura e movimentos migratórios no Brasil / Co-autor: Cornélio N. Porto. — Concluído em fevereiro de 1983. 187

CUNHA, Paulo Vieira da (IEI/UFRJ; INPES/IPEA). Crescimento econômico e mudança ocupacional : uma crítica à hipótese dualista. — *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, 13 (2) 83. 188

———. Industrial wage adjustments and 1979 wage law : an empirical note. — Concluído em novembro de 1982. — A ser publicado em Dados, Revista de Ciências Sociais, sob o título: "Ajustamentos nos salários industriais e a lei salarial de 1979: nota empírica".

Resumo: Discussão dos efeitos da Lei 6.708 tendo por base uma amostra de grandes empresas industriais da região da Grande São Paulo. Relatório apresentado à DEID-DRD / The World Bank. 189

———. Minimum wages in Latin America. — Concluído em junho de 1983. 99 p. + anexos. — Relatório de pesquisa apresentado à Employ-

ment and income Distribution Division — Development Research Department / The World Bank.

Resumo: Análise das políticas de salários mínimos em 18 países latino-americanos e discussão de seus impactos econômicos. Período 1965-1980. 190

———. Minimum wage policy with compulsory collective contracts : an empirical investigation of the wage formation process for unskilled workers in Brazilian industry. — Concluído em fevereiro de 1983. 112 p.

Resumo: Proposta de pesquisa empírica apresentada à Employment and Income Distribution Division — Development Research Department / The World Bank. 191

———. Política salarial, inflação e emprego / Co-autores: Claudio Considera, José Cláudio F. Silva, José Márcio Camargo e Raul José Ekerman. — In: TAVARES, M. C. & DAVID, M. D. *A economia política da crise*. — Rio de Janeiro : Vozes, 1982. p. 65-87. 192

EKERMAN, Raul José (EPGE/FGV). Salários médios e salários individuais no setor industrial / Co-autor: Uriel de Magalhães. — Concluído em março de 1983.

Resumo: Determinantes técnicos e financeiros da diferenciação de salários entre indústrias. 193

JATOBA, Jorge (PIMES/UFPE). A ação do setor público e o mercado de trabalho no Nordeste / Co-autores: Aldemir Souza et alii. — Concluído em março de 1983.

Resumo: Avaliação do impacto de alguns programas regionais de desenvolvimento sobre o emprego. 194

———. A crise do desemprego : avaliação e políticas. — Recife : UFPE, maio 1983. — (UFPE/PIMES. Textos para discussão; 136). 195

———. Política econômica e mercado de trabalho. — Recife : UFPE, nov. 1982. — (UFPE/PIMES. Textos para discussão; 126). 196

———. Subsídios à formulação de uma política de emprego para o Nordeste. — Recife : UFPE, abr. 1982 — (UFPE/PIMES. Textos para discussão; 116). 197

- MORAES, Roberto Camps de (IEPE/UFRGS). A nova política salarial : alguns efeitos esperados e observados. — *R. da ANPEC*, 5 (6) 82 e *Análise Econômica*, 1 (1) 83. 198
- NEVES, E. M. (ESALQ/USP). Algumas causas de evasão escolar na zona rural do estado de São Paulo : uma esquematização / Co-autores: M. I. G. Molina; J. Molina Filho; R. Shiota. — *R. Forum Educacional*, Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 6 (2) :72-81, abril/junho, 1982. 199
- . Evolução das principais explorações agrícolas no estado de São Paulo e seus efeitos na mobilidade da população e salários rurais. — Concluído em junho de 1983.
Resumo: Trata-se de um capítulo da pesquisa "escolarização no meio rural: condições sócio-econômicas e pedagógicas de seu desenvolvimento", a ser publicada em livro pelo CENP/Secr. Educação Est. São Paulo. 200
- PASTORE, José (FIPE/USP). Emprego e alimentação como base para o desenvolvimento social. — In: *Política*, Brasília, Fundação Milton Campos, n. 18, 1982, p. 19-23. 201
- . Rotatividade e política salarial : o mito e a realidade. — *Economia em Perspectiva*, n. 6, fev. 1982. 202
- PRADO, Eleutério Fernando da Silva (FIPE/USP). Emprego e setor público no Brasil. — *Est. Econ.*, São Paulo, 12 (2) 82. 203
- SABOIA, João Luiz Maurity (IEI/UFRJ). Evolução histórica do salário mínimo no Brasil : fixação, valor real e diferenciação regional. — Concluído em junho de 1983.
Resumo: Estudo histórico do salário mínimo no Brasil desde sua criação, com ênfase na discussão de um processo de fixação e sua evolução em termos reais. 204
- . Salário mínimo e a taxa de salários na economia brasileira : novas evidências. — Rio de Janeiro : UFRJ, jun. 1983. — (IEI/UFRJ. Texto para discussão; 26). 205
- SILVA, José Cláudio Ferreira da (INPES/IPEA). A atual legislação salarial, as perdas de renda real da classe trabalhadora e o nível de emprego. — *Boletim de Conjuntura Industrial*, Rio de Janeiro, 3 (2) 83. 206

———. Diferenciação salarial na indústria brasileira. — Concluído em julho de 1983. — Tese (D). Orientador: Raul Ekerman.

Resumo: A partir de quatro vetores de características individuais, empresariais, setoriais e regionais procura estabelecer as razões das diferenças salariais na indústria brasileira. 207

———. Os salários na indústria brasileira : um estudo sobre diferenciação. — *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, 13 (3) 83. 208

WIENDL, Maria de Lourdes T. B. (ESALQ/USP). Migração e doença mental. — Sem previsão de término.

Resumo: Pretende-se relacionar a incidência de doença mental entre migrantes rurais com a ausência de um grupo referente a seu comportamento. 209

ZOCKUN, Maria Helena (FIPE/USP). Lei salarial, variações de emprego e redistribuição da massa de salário. — Término previsto: março, 1984.

Resumo: Análise comparativa da massa de salários do mercado formal urbano, entre 1980 e 1981, através de um modelo que distingue suas fontes de variação, e leva em conta a mudança de distribuição do emprego, por classe de remuneração, promovida pelas Leis 6.708 e 6.886. 210

Ver também: 046; 057; 059; 060; 062; 065; 123; 142; 149; 162; 163.

830 *Sindicato, Dissídios Coletivos, Relações de Emprego (empregador-empregado)*

Ver também: 191; 217.

840 *Demografia Econômica*

COSTA, Iraci del Nero da (FIPE/USP). Políticas populacionais : o caso brasileiro / Co-autor: Nelson H. Nozoe. — Concluído em dezembro de 1983. 211

DUARTE, Renato Santos (PIMES/UFPE; FUNDAJ). Migração e pobreza urbana no Nordeste. — *Boletim sobre População, Emprego e Renda no Nordeste*, Recife, SUDENE/FUNDAJ, 2 (2) :291-305, maio/ago. 1983. 212

———. Migration and urban poverty in Northeast Brazil. — Recife : UFPE, fev. 1982. 228 p. — (PIMES/UFPE. Série teses; 5). 213

NOZOE, Nelson Hideiki (FEA/USP). Políticas populacionais : o caso brasileiro / Co-autora: Iraci del Nero da Costa. — Concluído em dezembro de 1983.

Resumo: O trabalho trata das mudanças observadas recentemente na sociedade brasileira quanto à questão populacional. 214

PRADO, Eleutério Fernando da Silva (FIPE/USP). Mínimo de subsistência e pobreza no Nordeste : alguns aspectos quantitativos. — R. Econ. Nord., Fortaleza, 14 (1) 83. 215

———. Segmentos populacionais e distribuição da renda. — Término previsto: maio, 1984.

Resumo: Estudo da distribuição da renda por segmentos da população segundo a ocupação do chefe e considerando a composição funcional. 216

Ver também: 024; 025.

900 PROGRAMAS DE BEM-ESTAR SOCIAL; CONSUMO; ECONOMIA REGIONAL E URBANA

910 *Programas de Bem-Estar Social*

CACCIAMALI, Maria Cristina (FIPE/USP). Programa de alimentação do trabalhador : uma avaliação / Co-autores: Campino, A. C. C. e Cyrillo, D. C. — São Paulo : USP, 1983. — (FIPE/USP. Trabalho para discussão interna; 21). 217

GOMES, Cesar Augusto (PIMES/UFPE). Uma avaliação do projeto de abastecimento de alimentos básicos em áreas de baixa-renda : PROAB. — Término previsto: janeiro, 1984.

Resumo: A pesquisa visa avaliar o abastecimento que a COBAL faz, através de varejistas credenciados, às populações de baixa-renda, com o fornecimento de 11 produtos básicos, a preços subsidiados, em torno de 15%. Almeja o programa contribuir para melhorar o nível nutricional dessa população, resultante de um maior consumo de alimento de razoável qualidade. Os dados até aqui analisados mostram que

esse objetivo não foi integralmente cumprido e que as queixas da população se referem mais à péssima qualidade do que propriamente aos preços. 218

MONTORO Filho, André Franco (FIEP/USP). Previdência social e previdência complementar / Co-autora: Cornélia Nogueira Porto. — São Paulo : FIEP/USP, 1982. 237 p. 219

PASTORE, José (FIEP/USP). Mudança social e pobreza no Brasil : 1970/81. (O que ocorreu com a família brasileira?) / Co-autores: Hélio Zylberstajn e Carmen Silva Pagotto. — São Paulo : FIEP/Pioneira, 1983. 152 p. 220

———. A participação da mulher e do menor no mercado de trabalho : uma estratégia de sobrevivência / Co-autores: Hélio Zylberstajn e Carmem Silva Pagotto. — Concluído em novembro de 1983.

Resumo: Verificar quem são os menores, jovens e mulheres que trabalham, como combinam o trabalho com o estudo ou as tarefas domésticas e como são suas famílias. 221

Ver também: 201.

920 *Consumo*

MICHEL, Nelson Emilio (IEPE/UFRGS). A teoria da preferência revelada : uma análise empírica do bem-estar de um conjunto de consumidores. — Porto Alegre : Editora da UFRGS, 1983. 67 p. — (Texto para discussão; 12). 222

Ver também: 138.

930 *Economia Urbana*

AZZONI, Carlos Roberto (FIEP/USP). Evolução das teorias de localização da atividade econômica. — In: *Economia urbana, localização e relações intersectoriais*. — São Paulo : USP, 1982. — (FIEP/USP. Relatórios de pesquisa; 9). 223

AZZONI, Carlos Roberto (FIEP/USP). Identificação de oportunidades de investimentos industriais para o desenvolvimento regional / Co-

- autor: Luiz A. Q. Ablas. — In: *Economia urbana, localização e relações intersetoriais*. — São Paulo : USP, 1982. — (FIPE/USP. Relatórios de pesquisa; 9). 224
- . Teoria da localização : uma análise crítica. — São Paulo : USP, 1982. 220 p. — (FIPE/USP. Ensaaios econômicos; 19). 225
- . Teoria econômica *versus* evidência empírica : o caso da localização industrial em São Paulo. — *R. Bras. Econ.*, Rio de Janeiro, 37 (2) 83. 226
- MICHEL, Nelson Emilio, coord. (IEPE/UFRGS). Pesquisa de orçamentos familiares na região de Porto Alegre : 1983 / Co-autores: José Carlos Grijo e Elsa Cristina de Mundstock. — Término previsto: dezembro, 1984.
- Resumo: Levantamento detalhado a nível de unidade familiar das receitas e sua distribuição pelos diferentes bens disponíveis no mercado, bem como das condições gerais de vida das famílias residentes na região de Porto Alegre. 227
- OZORIO DE ALMEIDA, Anna Luiza (FEA/UFRJ; INPES/IPEA). O crescimento das cidades nas regiões de fronteira no Brasil. — Seminário Nacional de Economia Urbana, 1., Brasília, 23 a 26 de maio, 1983. Universidade de Brasília. 228
- . Setor terciário : resumo das principais abordagens. — Seminário Nacional de Economia Urbana, 1., Brasília, 23 a 26 de maio, 1983. Universidade de Brasília. 229
- VIEIRA, Cláudio Afonso (FIPE/USP). Análise do modelo de crescimento e das políticas de intervenção na região Centro-Oeste : indicações de possíveis alternativas para o seu desenvolvimento. — Concluído em dezembro de 1983. — Tese (titular). 230
- . Urbanização e o custo de reprodução da força de trabalho. — Concluído em junho de 1983. — Tese (DO). Orientador: Juarez Alexandre B. Rizzieri.
- Resumo: Investiga, no âmbito do Estado de São Paulo, os efeitos da urbanização sobre o custo de reprodução da força de trabalho. Com este propósito o estudo está voltado primordialmente para duas categorias econômicas: o salário e a renda do solo urbano. 231
- Ver também:* 134; 136; 178; 179.

LIMA, Rubens Soares de (FEE/RS). Apontamentos para uma discussão sobre a questão regional / Co-autor: Pedro Fernando Cunha de Almeida. — *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 4 (1) 83. 232

Ver também: 047; 112; 113; 114; 144; 152; 153; 155; 156; 157; 158; 159; 160; 181; 194; 197; 212; 213; 215.



LISTA DAS INSTITUIÇÕES

CME/UFBA

Curso de Mestrado em Economia. Faculdade de Ciências Econômicas — Univ. Federal da Bahia.

COPPE/UFRJ

Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia. Centro de Tecnologia — Univ. Federal do Rio de Janeiro.

COPPEAD/UFRJ

Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Administração. Centro de Tecnologia — Univ. Federal do Rio de Janeiro.

DEPE/UNICAMP

Departamento de Economia e Planejamento Econômico. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas — Univ. Estadual de Campinas.

ECO/UnB

Departamento de Economia — Univ. de Brasília.

EPGE/FGV

Escola de Pós-Graduação em Economia — Fundação Getúlio Vargas.

ESALQ/USP

Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz — Univ. de São Paulo.

ETENE/BNB

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste — Banco do Nordeste do Brasil S.A.

FEA/UFF

Faculdade de Economia e Administração — Univ. Federal Fluminense.

FEA/UFRJ

Faculdade de Economia e Administração – Univ. Federal do Rio de Janeiro.

FEA/USP

Faculdade de Economia e Administração – Univ. de São Paulo.

FEE/RS

Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre.

FIPE/USP

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Faculdade de Economia e Administração – Universidade de São Paulo.

FUNDAJ

Fundação Joaquim Nabuco, Recife.

IEI/UFRJ

Instituto de Economia Industrial. Faculdade de Economia e Administração – Univ. Federal do Rio de Janeiro.

IEPE/UFRGS

Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas. Faculdade de Ciências Econômicas – Univ. Federal do Rio Grande do Sul.

IMPA

Instituto de Matemática Pura e Aplicada – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

INPES/IPEA

Instituto de Pesquisas – Instituto de Planejamento Econômico e Social.

PIMES/UFPE

Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia. Curso de Mestrado em Economia – Univ. Federal de Pernambuco.

PUC/RJ

Departamento de Economia. Pontifícia Univ. Católica do Rio de Janeiro.

UFPB

Univ. Federal da Paraíba.

Composto e impresso no
Centro de Serviços Gráficos
do IBGE, Rio de Janeiro - RJ.
— O.S. 23 835 —

outras publicações do ipea

Moeda e sistema financeiro no Brasil — André Franco Montoro Filho	Cr\$ 2.480,00
Análise macroeconômica: um texto intermediário — Edmar L. Bacha	Cr\$ 1.620,00
Estrutura industrial no Brasil: concentração e diversificação — Sérgio Buarque de Holanda Filho	Cr\$ 2.720,00
A inflação brasileira no pós-guerra: monetarismo versus estruturalismo — Fernando de Holanda Barbosa	Cr\$ 2.700,00
Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil — Charles C. Mueller	Cr\$ 3.750,00
O setor privado nacional: problemas e políticas para seu fortalecimento — Annibal V. Villela e Werner Baer	Cr\$ 2.270,00
Um modelo macroeconômico de política a curto prazo para o Brasil — Milton P. Assis	Cr\$ 2.820,00
Industrialização e desenvolvimento regional: a nova indústria do Nordeste — Antonio Rocha Magalhães	Cr\$ 3.200,00
Pesquisa e Planejamento Econômico (revista quadrimestral):	
Assinatura anual	Cr\$ 10.000,00
Número avulso	Cr\$ 5.000,00
Brazilian Economic Studies, n.º 6	Cr\$ 4.860,00
Brazilian Economic Studies, n.º 7	Cr\$ 4.860,00
Literatura Econômica, vol. 6, n.º 2 (março/abril de 1984)	

pedidos pelo reembolso postal:
serviço editorial — av. presidente antônio carlos, 51/13.º andar
— cep 20 020 — rio de janeiro (rj)

